



Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I - VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Joana Margarida Banito Tomé e Diamantino António Caldeira Estanislau.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, António Miguel da Costa Ferreira e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) e Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição de Fernando Miguel Catarino José, Sandra Marina Lopes Frota, em substituição de Vitor Manuel Ramalho Ferreira e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição de Sónia Isabel Leal Maurício Martins, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, Anita da Conceição Birrento Vilar, Rogério da Conceição Palma Rodrigues e Maria Helena Crispim Pratas, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 9, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, Pedro Miguel Pereira Florêncio, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo e António Pedro Mano Loução, conforme documentos registados sob os n.ºs 10 a 17, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, Maria Paula Soeiro Cândido, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto e Natália Jennifer Watts Soares, conforme documentos registados sob os n.ºs 18 a 22, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CH apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel, Miguel Leitão Maurício e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 23 a 25, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição, a Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, tendo sido substituída por Dora Cristina Soeiro Mira, conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Marco Filipe Alcaide Barrancos, não se verificou a sua presença, pelo que ficou prejudicado a respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Helena Isabel Herrera Ramos Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Óscar Alexandre de Jesus dos Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, João Manuel Ramos dos Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CH, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Faltou a Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, da bancada do PS.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Hoje temos quatro inscrições para intervenção no período do público (conforme documentos registados sob os n.ºs 28 a 31, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Anabela Costa – Eu, Anabela Costa, é pela terceira vez que estou presente neste espaço com a mesma finalidade, tentar saber a resposta sobre a resolução de um processo que iniciou a 5 de julho de 2017. Anualmente, e mais que uma vez, tenho contactado este serviço camarário, quer por escrito, quer telefonicamente, mas no ano passado resolvi marcar presença na Assembleia Municipal de setembro. Assim, na sequência dessa presença marcaram-me uma reunião para 11 de outubro de 2023 com a vereadora Rita Carvalho e um engenheiro, onde ficou estabelecido que iria ser posto a concurso a remoção de um telhado de amianto do imóvel devoluto, que foi ilegalmente construído, e que está colado à casa que habito, num terreno penhorado pelas Finanças por falta de pagamento de IMI, para que posteriormente pudessem demolir o referido imóvel.

Já se passaram 7 anos desde que iniciei este processo de fiscalização, nº. 576 F de 2017, e parece que continua a passo de caracol. Levou 5 anos, de 2017 a 2022, até a fiscalização visitar o espaço e fotografar o que eu já tinha enviado. Depois, em 2023, decorrido um ano, a fiscalização faz nova verificação.

Este ano, em meio de 2024, após um contacto telefónico meu ao serviço camarário, fui informada que o meu processo tinha transitado para o Departamento de Obras Municipais. Decorrido um mês, após esta intervenção, estive à minha porta um representante da empresa “Santos & Pulquério” com um ofício da Câmara a tirar fotos ao imóvel em causa e disse-me que iria apresentar um orçamento à Câmara.

Em julho deste ano estive novamente aqui na Assembleia Municipal e, depois de intervir e do Sr. Presidente ter falado, pedi-lhe que me fosse enviada a resposta por escrito. Infelizmente, decorrido 3 meses e até hoje ainda nenhuma correspondência da Câmara me chegou à caixa do correio. Por isso, mais uma vez solicito nesta Assembleia que os responsáveis não se esqueçam que mereço uma resposta, por respeito a uma cidadã desta terra que sempre cumpriu com os seus deveres e que sabe que existe uma legislação do Código Administrativo, em que qualquer correspondência tem um prazo para ser respondida. Obrigada pela vossa atenção.

Maria Teresa Cruz – Venho aqui só para saber uma questão, tenho aqui uns jornais locais de Setúbal, este é de junho e informa que o município vai promover arrendamento acessível, venho saber precisamente se essas ditas casas já estão a começar a ser construídas, se é verdade ou não, porque estou numa situação muito difícil em termos de habitação.

Permaneço num parque de campismo, sou uma pessoa com problemas de saúde e estou inscrita para uma casa de renda acessível, de acordo com aquilo que eu ganho, porque já sou reformada. Quero saber, uma vez que já percorri Setúbal e não vejo nenhum sítio onde me dê a entender que realmente essa obra esteja em desenvolvimento. Segundo ouço na televisão, essas casas teriam de ser entregues até 2026, mas como não vejo por aí nada, gostava de saber, uma vez que já estou inscrita há quase 3 anos, pode ser que me calhe alguma e vinha saber disso, como não tenho outra forma de saber gostava de ser informada. Obrigado.



Alice Marques – Apresento-me perante vós para colocar à vossa consideração a situação que estamos a viver, a qual está relacionada com um terreno que adquirimos com o dinheiro de uma herança, pensando que com isso estaríamos a contribuir para o futuro do nosso filho que tem deficiência a nível de desenvolvimento, mas que agora se tornou no nosso maior pesadelo.

Quando o comprámos tínhamos uma solução acordada com o construtor, a qual não se chegou a concretizar. Estamos neste momento a tentar arranjar uma solução, mas, infelizmente, não estamos a conseguir devido a vários fatores e agora caímos num cenário complicadíssimo devido a um agravamento brutal do IMI aplicado pela Câmara a terrenos e imóveis em ruínas, em que passámos de um IMI que rondava os mil euros para um IMI de 10 mil euros, visto que foi multiplicado por 10 este ano, que irá ter um agravamento de 20% até chegar a 20 vezes daqui a 5 anos, ficando num valor a rondar os 20 mil euros. Trata-se de um aumento de impostos sem precedentes na história do país e incomportável para quem vive apenas dos seus rendimentos particulares.

Segundo as informações que nos passaram, a Câmara de Setúbal foi a única que aplicou esta medida a terrenos, tendo os outros municípios aplicado a medida apenas a imóveis devolutos e em ruínas que têm um IMI muito mais baixo. Como um caso que conhecemos em que uma pessoa pagava apenas 50 euros de IMI, e uma coisa é pagar 50x10 que dá 500 euros e outra é mil euros vezes 10 que dá 10 mil.

Este é um dos motivos por esta situação, que ainda não teve muito impacto na comunicação social, imaginemos o que seria se todos os terrenos do país, onde fosse possível construir, fossem abrangidos por esta medida e os proprietários penalizados desta maneira.

No início do ano, tivemos uma reunião com o Sr. Presidente André Martins, que compreendeu a gravidade da situação e mostrou abertura para se arranjar uma solução, tendo-nos encaminhado para uma reunião com a senhora vereadora do Urbanismo, no entanto, até agora a senhora vereadora ainda não nos conseguiu receber e já recebemos uma nova carta da Câmara a falar do agravamento do próximo ano. Agradeço o tempo que me dispensaram e toda a ajuda que possam dar para solucionar esta situação que impõe sacrifícios brutais aos proprietários que apenas vai contribuir para um aumento dos custos dos imóveis. Muito obrigada.

João Fernandes – O meu nome é João Batista e sou construtor civil em Setúbal, o meu assunto é parecido com o desta senhora e pelo que eu percebi é um assunto particular e eu estou aqui a representar uma empresa.

Essa majoração, parece que não haverá na história do mundo um imposto que possa vir a ser multiplicado por 40 vezes, ou seja, pelo que eu percebi a lei permite aos particulares chegar a 20 vezes e para as empresas chegar a 40 vezes, o que ao fim de 4 anos estará nesse montante.

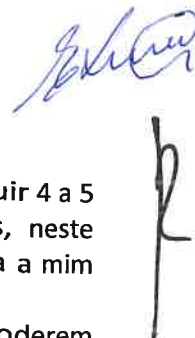
Não entendo nada de legislação, nem do que se passa aqui, mas presumo que foi esta Assembleia que votou esta lei no ano passado e gostaria de perceber se as pessoas que votaram esta lei têm noção daquilo que votaram e deliberaram.

Eu sou construtor e venho de uma família em que já o meu avô era um pequeno construtor, o meu pai também e eu tenho construído sempre em Setúbal. É inesperável uma condição destas, de um imóvel poder vir a pagar em 3 ou 4 anos e ser absorvido por imposto, não deve existir na história do mundo uma coisa parecida, mas pelo que eu sei esta Assembleia Municipal votou essa lei.

Foi-nos dito, no ano passado, pelo Sr. Presidente numa reunião que tivemos, pelos vereadores do PS e pelos vereadores do PSD, e todos nos deram a entender que o ano passado foi um assunto que passou até sem as pessoas terem noção do que era e que este ano isto não se iria repetir, mas estamos a receber as cartas com um aumento da majoração ainda de 20% sobre o que existiu no ano passado.

Gostaria apenas, para as pessoas terem noção do que é isto, eu fiz um pequeno exercício de avaliação de um terreno para um imóvel, escolhi um terreno no Monte Belo Norte, não é nenhuma zona super nobre da cidade, também não é os arrabaldes da cidade, um terreno, por exemplo, pensado para 16 fogos, é um terreno corrente daqueles que há lá mais, um terreno com 20 metros de frente, 15 de fundo com garagens, umas varandinhas e esse terreno terá um valor patrimonial de cerca de 600 mil euros.

Portanto, se tivesse um valor de IMI normal seriam 2 mil e tal euros e com esta majoração, que estará em vigor daqui por 3 anos se nada for feito, esse terreno daqui por 4 anos estará a pagar um imposto de IMI majorado de cerca de 88.800 euros/ano. Não sei que empresa ou promotores poderão aguentar isto.



Ainda há aqui uma outra agravante, eu sou construtor, quem me dera a mim poder estar a construir 4 a 5 edifícios ao mesmo tempo, eu até tenho alguma capacidade e conhecimento para isso, mas, neste momento, não há mão de obra, não consigo ter mão de obra para produzir mais e quem me dera a mim produzir mais, porque estaria a ganhar mais dinheiro. Não sei se isto foi avaliado aqui.

A maior parte das pessoas se estão a ganhar dinheiro, se a economia está a funcionar bem, se poderem constroem mais, não é enterrando-os com imposto que vão resolver toda esta situação e isto só tem duas soluções, ou a empresa aguenta e consegue repassar isso para o consumidor final, não sei se é isso que se pretende, ou a empresa não aguenta e entra em falência, mas se a empresa entrar em falência, então é que o lote vai levar 10 a 15 anos a ser construído de certeza.

Ainda há outra agravante, no caso de eu construir um edifício, tenho de o construir com alguma cautela, porque quando arranco com o edifício se estiver a fazer escrituras daqui a 3 anos, 3 anos e meio ou 4 anos não é mau, desde projetos, arrancar com a obra, fazer obra com a falta de mão de obra que existe leva esse tempo. Pelo que entendo da lei, se construir um edifício e não o escriturar, não o vender passo a pagar o mesmo IMI e ainda multiplicado por 3 a 4 vezes, que já é sobre os apartamentos construídos, porque eles a partir daí passam a ser devolutos e como tal estão sujeitos também a este imposto.

Gostaria de perceber se todos vós, que votaram esta lei no ano passado, têm consciência daquilo que votaram? Muito obrigado.

Vereadora Rita Carvalho – Respondendo aqui às questões que foram colocadas sobre o IMI e a aplicação da taxa de IMI, a Câmara e a Assembleia Municipal apenas têm condições para legislar ou para definir aquilo que é o índice a aplicar aos terrenos. O que está em causa neste agravamento que decorre do Código do IMI, nomeadamente dos artigos 112 e 112 B, depois complementado com a chamada Lei do Mais Habitação define que os terrenos, lotes ou parcelas sem construção e devolutos e em ruínas têm um agravamento, portanto, isto não é discricionário nem da Câmara e nem na Assembleia.

Há várias câmaras no país que o fizeram, mas se não o fizeram estão em ilegalidade. Há sim senhor, depois posso-lhe dizer.

Há áreas que o fizeram nos termos da aplicação da Lei, mas depois posso falar consigo se quiser.

Esta Lei já teve várias alterações, algumas delas nós conhecemos relativamente ao Alojamento Local, e este foi um dos temas que não teve nenhuma alteração, portanto, essa reivindicação, admitindo que tem alguma justeza, não é neste fórum que tem enquadramento, porque a Câmara obriga-se a fazer cumprir aquilo que é a aplicação da Lei geral.

Respondendo aqui à dona Anabela Costa, que já cá esteve várias vezes e até já reunimos, se, de facto, não lhe chegou essa informação dos serviços relativa ao andamento do processo, eu vou insistir novamente para lhe enviarem.

Como foi explicado pelo Sr. Presidente em junho, nós já abrimos duas vezes o concurso público para garantir aquela intervenção, que é a retirada do amianto, o qual não pode ser feito pelos nossos serviços, tem de ser por uma empresa credenciada e especializada, mas ambos os concursos ficaram desertos. Como, também, lhe disse o Sr. Presidente, vai ser lançado um novo procedimento concursal que demora tempo para garantir que aquilo seja retirado. De qualquer forma, vou insistir para que lhe enviem esta informação.

Sobre a questão colocada pela senhora Maria Teresa Cruz relativamente à renda acessível, a Câmara Municipal o que irá promover é renda apoiada, no fundo é aquilo que é a chamada renda social, para a qual está inscrita há 3 anos, conforme referiu.

Nós estamos a trabalhar com a Secretaria de Estado da Habitação e com o IRHU para validação das candidaturas que apresentámos ao PRR, como diz tem de ter o prazo temporal daquilo que é conhecido hoje, em 2026. Aguardamos a qualquer momento a validação das nossas candidaturas para darmos início ao procedimento da construção.

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto Único:

Debate sobre o Estado do Município, ao abrigo do art.º 22.º - A do Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal

Presidente da Mesa – Este debate vai ter início com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, a intervenção de cada um dos grupos municipais com assento na Assembleia pela ordem inversa e depois o debate aberto, no final desse debate há uma nova intervenção de encerramento do Sr. Presidente da Câmara.

Este período tem 5 vezes os tempos da grelha B, portanto, há tempo suficiente e vamos tentar ser rigorosos no tempo não o excedendo.

Presidente da Câmara – Dizer que esta iniciativa da Assembleia Municipal é uma oportunidade para falarmos sobre aquilo que é o trabalho, as dificuldades e a dinâmica de um concelho como este que é Setúbal.

Para compreendermos a atual situação e o “estado do município” importa recordar que, em setembro de 2021, a CDU ganhou as eleições para Câmara e para a Assembleia Municipal com maioria relativa.

Foi nessas condições – relativamente diferentes das existentes nos três mandatos anteriores, em que a CDU beneficiou de maiorias absolutas – que assumimos a responsabilidade de governar e de cumprir o compromisso eleitoral que tínhamos com os setubalenses e azeitonenses para o mandato 2021-2025.

Dificuldades maiores eram expectáveis, faltava saber quais e como ultrapassá-las.

A primeira grande dificuldade, como já todos sabemos, era a situação financeira da Câmara Municipal.

Como todos também já sabem, não fossem os 12,5 milhões de euros que recebemos da garantia bancária da concessão das águas, dinheiro que destinámos na totalidade ao pagamento de faturas em atraso, hoje a Câmara Municipal estaria numa situação financeira insustentável.

O que tem sido mais estranho é que os partidos da oposição – na Câmara e na Assembleia Municipal – mesmo conhecedores, desde o início do mandato, desta situação financeira da Câmara Municipal, tenham conjugado esforços para impor cortes nas receitas do município.

No final do mandato tais cortes atingirão o valor estimado de vinte milhões de euros do orçamento municipal.

Vinte milhões de euros a menos para investir na qualidade de vida e bem-estar da população do nosso concelho.

Vinte milhões de euros a menos para investir na qualificação e atratividade do nosso território para chamar mais investimento e garantir mais desenvolvimento económico e social.

Vinte milhões de euros a menos para garantir melhores condições de trabalho aos trabalhadores do município na prestação de serviços às nossas populações.

Este comportamento político irresponsável dos partidos da oposição só demonstra uma vontade determinada e consciente de bloquear o funcionamento da Câmara Municipal e daí tirar proveitos político-partidários. Como diz o nosso povo, não olham a meios para atingir os fins.

A estes partidos pouco lhes interessam os condicionalismos provocados no bom funcionamento dos serviços municipais e no agravamento das condições de trabalho dos trabalhadores do município.

Pouco lhes interessam os impactos provocados na vida das empresas pelas faturas com pagamentos em atraso por parte do município.

Pouco lhes interessam as dificuldades que criam à capacidade de resposta da Câmara Municipal na prestação de serviços essenciais às populações.

Tem-nos valido a confiança das populações no nosso trabalho e a experiência autárquica de mais de vinte anos à frente da gestão da Câmara Municipal de Setúbal para, embora com muita dificuldade, ultrapassar ou minorar problemas e dificuldades que este boicote sistemático tem procurado impor à gestão municipal.

Não posso deixar de afirmar que esta forma de fazer oposição não corresponde ao espírito e à letra da lei fundamental do país, nem aos mandamentos do Poder Local Democrático.

Fazer oposição política é salutar e representa o garante do continuado aprofundamento da vida democrática num sistema político que tem por base os partidos políticos.

Quando os partidos políticos no exercício da vida democrática escolhem afirmar-se na constituição de alternativas políticas através da permanente criação de obstáculos e do boicote sistemático a uma gestão democrática eleita, estão, em primeiro lugar, a prestar um mau serviço ao regime democrático ao não respeitar o voto maioritário de quem foi eleito para governar.

Em segundo lugar, dão razão àqueles que, dizendo mal de tudo e de todos, aproveitam-se do regime democrático para o subverter.

Espero que estas minhas afirmações sirvam para fazer luz a muitos dos que nos estão a ouvir.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, o 25 de Abril foi feito por homens e mulheres dispostos a dar a própria vida em defesa de um regime democrático.

Todos nós, hoje, quando comemoramos 50 anos de Abril, temos a responsabilidade e o dever não só de defender a democracia, mas, sobretudo, de aprofundar as vantagens e benefícios do regime democrático e de transmitir estes valores às gerações vindouras.

Não pode ser em vão que afirmamos que *“a luta continua”*, e *“25 de Abril sempre, fascismo nunca mais”*.

É com estas convicções, com muita determinação, com muito trabalho e luta que ultrapassámos problemas e dificuldades e continuamos a construir um futuro melhor para Setúbal.

Um futuro melhor para quem escolheu esta terra para viver.

Um futuro melhor para quem escolhe esta terra para investir, criar emprego e mais desenvolvimento no nosso território.

Um futuro melhor para quem escolheu estas terras de Setúbal e Azeitão para visitar e usufruir das suas belezas naturais, da oferta cultural e desportiva aqui disponibilizada, da nossa riqueza enogastronómica e da afável receção das nossas gentes.

E como é que estamos a cumprir os compromissos que estabelecemos com as nossas populações?

Começo a resposta a esta questão recordando que a água voltou à gestão pública. Cumprimos, desta forma, um dos maiores e mais importantes compromissos do mandato, apesar de este ser um processo muito pesado e complexo, uma vez que implicou transformar uma empresa privada num sistema público capaz de dar melhores respostas ao interesse público.

Hoje, podemos dizer que valeu a pena o esforço. Porque hoje, quando ainda não passaram dois anos, já temos os Serviços Municipalizados a funcionar em velocidade de cruzeiro e com poupanças para o bolso das famílias setubalenses que se traduzem em reduções tarifárias de vinte por cento. Tal como prometemos. É verdade, esta mudança só pecou por tardia.

A concessão da água no concelho de Setúbal por 25 anos, promovida pela gestão do Partido Socialista, foi altamente penalizadora para o desenvolvimento de Setúbal, porque penalizou tanto o interesse público, como o orçamento das famílias de Setúbal e Azeitão.

A situação tornou-se tão insustentável e gritante que, enquanto vereador, solicitei, no final de 2016, a minha escusa da responsabilidade de continuar a acompanhar a gestão do contrato de concessão, pedido que foi aceite.

Vou continuar a responder à questão de como é que estamos a cumprir os compromissos que estabelecemos com as nossas populações.

Estamos a cumprir com o programa de descentralização de competências para as freguesias, que já está concluído.

A nossa experiência política e de gestão municipal, com mais de vinte anos de provas dadas, tem demonstrado que a gestão de proximidade é a que melhor serve as populações e os territórios.

Esta reforma municipal tem sido muito exigente, tanto do ponto de vista financeiro, como do ponto de vista da eficiência dos resultados durante a fase de transição.

Passada a fase de transição, estamos certos de que as populações estão já a sentir as vantagens de uma gestão de maior proximidade.



Apesar de ser necessário continuar a aperfeiçoar este processo de transferência de competências para as freguesias, estamos certos de que as populações já constatarem uma resposta mais abrangente e mais capaz na capacidade de as juntas de freguesia corresponderem às expectativas das populações.

Com esta reforma municipal, Setúbal já é hoje o município do país com maior nível de descentralização para as suas freguesias, tanto no plano financeiro, como na diversidade de serviços prestados.

É necessário continuar a aperfeiçoar este caminho da descentralização e da colaboração dos serviços municipais com os serviços das juntas de freguesia, procurando sempre atingir os melhores resultados para benefício das nossas populações.

Naturalmente que os eleitos da CDU nos órgãos autárquicos se sentem satisfeitos e até, porque não dizê-lo, orgulhosos pelo trabalho realizado, sempre em prol das nossas populações.

Temos estado também empenhados na modernização e eficiência da estrutura municipal para garantir maior transparência na gestão e maior facilidade de acesso a quem procura os serviços municipais.

A digitalização, a contabilidade analítica e a criação do balcão único são já processos em desenvolvimento nos serviços da Câmara Municipal.

Também nestes domínios exigentes e complexos assumimos com determinação as nossas responsabilidades de fazer tudo para, com mais transparência e maior proximidade, servir melhor as nossas populações.

É um compromisso, mas acima de tudo uma responsabilidade que queremos continuar a assumir.

Estamos também a cumprir os compromissos que estabelecemos com as nossas populações com a cada vez maior descentralização da cultura no território concelhio que está em marcha. Vejamos como:

Já foi adjudicada a construção do auditório cultural em Brejos de Azeitão, que vai brevemente entrar em obra, o espaço multiusos do novo Centro Escolar Barbosa du Bocage está já em construção, o mesmo irá acontecer na Quinta da Amizade, na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, onde será construído, associado à nova escola, um também novo auditório cultural.

Vai também ser lançado o concurso para a requalificação da Casa Luísa Todi e está a ser instalado o Museu no Convento de Jesus no espaço requalificado deste que é o nosso mais importante monumento.

O desenvolvimento cultural é um objetivo em construção através de um projeto que aproxima a oferta cultural das comunidades locais.

O Plano Estratégico da Cultura, já aprovado nos órgãos municipais depois de ampla discussão pública, ajuda-nos a percorrer este caminho da promoção e difusão cultural.

Outro dos compromissos que assumimos neste mandato foi o de reforçar a oferta de equipamentos para a prática desportiva, objetivo que está a ser concretizado.

Setúbal, Capital Europeia do Desporto 2016, teve como uma das consequências mais positivas fazer crescer a mobilização da sociedade setubalense para a prática desportiva.

Desde o início deste mandato que assumimos o compromisso de continuar a afirmar o nosso projeto de “Desporto Para Todos” como forma de generalizar hábitos de prática desportiva ao longo da vida.

Foi com esse propósito que adjudicámos a construção de um novo pavilhão desportivo nas Manteigadas, que permite reforçar a oferta do complexo desportivo já ali existente, e adjudicámos a obra de requalificação do Campo de Futebol das Pedreiras, no Viso.

Lançámos, igualmente, o concurso para a requalificação do campo de futebol Júlio Tavares, nas Praias do Sado, e adjudicámos a obra de requalificação do Pavilhão Desportivo João dos Santos, na Escola Lima de Freitas. Está, também, previsto avançar a construção de um pavilhão desportivo em Azeitão.

Com o Plano Estratégico para o desenvolvimento do desporto, em discussão pública, abrem-se novos horizontes para o desenvolvimento desportivo em Setúbal.

Os compromissos que assumimos são para cumprir. Por isso estamos a dar corpo ao compromisso de investir na construção de mais equipamentos escolares para cumprir o objetivo da escola a tempo inteiro no primeiro ciclo e corresponder às necessidades do pré-escolar.

Está em construção o Centro Escolar Barbosa du Bocage, no centro da cidade, com uma oferta de oito salas para o primeiro ciclo e três para o pré-escolar, na procura de corresponder ao objetivo da escola a tempo inteiro.

No mesmo sentido, está previsto o lançamento de um concurso para a construção de uma nova escola na Quinta da Amizade, na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, que oferecerá seis salas para o primeiro ciclo e duas para o pré-escolar.

Nestes níveis de educação e ensino a situação é muito exigente, dada a procura crescente face ao aumento da população no concelho e, também por essa razão, continuaremos atentos às necessidades de novas salas de aula a nível local.

A educação, é obrigatório dizê-lo, continuará a ser uma prioridade no investimento municipal.

Na área da saúde – que, como sabem, não é da competência do município – estamos a fazer um investimento muito importante, primeiro com a construção do Centro de Saúde de Azeitão, já concluído e entregue ao Ministério da Saúde, embora ainda não tenhamos sido ressarcidos dos investimentos que fizemos neste equipamento, e agora com o novo Centro de Saúde da Bela Vista, já em construção.

Na habitação, outra área central de intervenção no presente mandato, além da requalificação de centenas de habitações municipais, é muito relevante a adjudicação em hasta pública para a construção de 168 novos fogos para venda em regime de custos controlados.

Na mobilidade, há várias iniciativas e obras em curso que merecem uma referência, ainda que a referência mais importante que posso hoje aqui fazer diga respeito à grande aposta que temos feito nos transportes públicos.

Uma aposta que se consubstancia em mais de dois milhões de euros anuais com que esta Câmara Municipal contribui para o funcionamento da Carris Metropolitana e ainda no financiamento da redução do preço mensal do Passe Navegante Municipal.

Bem sabemos que o arranque da Carris Metropolitana foi bastante atribulado em todo o território da península de Setúbal. Demos conta disso mesmo em contactos insistentes com a TML e a com a própria operadora da marca Carris Metropolitana no nosso concelho.

Hoje, ultrapassados os maiores problemas, podemos dar conta do sucesso da operação da Carris Metropolitana. Temos dados que indicam um crescimento médio mensal da venda de passes na ordem dos cinco por cento.

Na área quatro, onde o nosso concelho está incluído, entre janeiro e o fim de agosto de 2024 embarcaram nas paragens da Carris Metropolitana quase 29 milhões de passageiros e, em toda a Área Metropolitana, 112 milhões.

Em períodos homólogos de 2023 e 2024 registou-se um crescimento de 12% dos passageiros transportados.

O desafio que agora se coloca é continuarmos a trabalhar com a TML para garantirmos a oferta e a qualidade para a crescente procura de transportes públicos.

Entretanto, continuamos a assumir responsabilidades, nomeadamente nas questões do contrato do estacionamento tarifado.

Antes de mais, importa clarificar que o estacionamento tarifado é uma via, à falta de melhor, para garantir uma solução para a gestão pública do espaço público urbano.

O espaço público urbano é limitado, os arruamentos não esticam e o número de viaturas automóveis continua a aumentar.

Não há espaço para todos e, por isso, é fundamental gerir o espaço público de forma que os peões tenham também o necessário e adequado espaço para estar e circular sem impedimentos.

É necessário que os carros possam circular e estacionar no espaço disponível.

É fundamental garantir transportes públicos como alternativa para dar resposta adequada às necessidades de mobilidade das populações.

Estes são os problemas que temos de resolver.

Isto tudo para dizer, com total clareza, que somos a favor do estacionamento tarifado. Por essa razão é também fundamental dizer que a atual solução de estacionamento tarifado não é a melhor solução para Setúbal, não é a melhor para a nossa realidade social e territorial.

É por isso que a Câmara Municipal já deliberou aplicar sanções à empresa concessionária por não estar a cumprir o contrato e, assim, penalizar as populações.

Também já aprovámos a constituição de uma comissão com representantes da Câmara e da empresa para avaliar situações que precisam ser revistas neste contrato, designadamente no que diz respeito à redução da área de estacionamento. Isto a par da necessidade de aumentar as áreas de estacionamento dedicadas a residentes e de criar mais áreas destinadas a estacionamento com tarifa diária.

A empresa já respondeu a indicar os seus representantes e vamos avançar com o trabalho que é necessário fazer.

Ainda em matéria de mobilidade é importante referir obras municipais como a da Estrada da Mitrena, a requalificação da Avenida dos Ciprestes, que deverá começar em breve, ou a requalificação da Rua Eng. Henrique Cabeçadas e da Avenida de Moçambique, uma via cada vez mais importante de circulação na cidade. Além das áreas aqui já referidas com significativos investimentos, outras têm merecido e merecem o empenhamento do executivo municipal com projetos e obras em desenvolvimento, designadamente as áreas do ambiente e espaços verdes, o turismo, o comércio local, o movimento associativo e o apoio social, em particular no que respeita às famílias com crianças em idade escolar.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados municipais, este, é em síntese, o estado do município. O que acabo de apresentar revela muito trabalho, muita dedicação, muito empenho do executivo municipal, dos executivos das juntas de freguesia e dos trabalhadores do município e das freguesias em benefício das nossas populações.

Por todo este trabalho e toda esta dedicação fica claro que não temos tempo para responder àqueles que se entretêm a dizer mal de tudo e de todos, não com o objetivo de melhorar o trabalho autárquico, mas simplesmente com a ambição de se promoverem e de alcançarem alguns pontos na luta política com interesses pessoais ou partidários.

Por tudo o que é aqui apresentado, que representa apenas uma parte do trabalho que temos desenvolvido em prol do desenvolvimento do concelho e do bem-estar das nossas populações, fica bem claro qual é e continuará a ser o nosso foco: Continuar Setúbal com Seriedade.

Flávio Lança (IL) – Nesta sessão dedicada a uma reflexão sobre o estado do Município de Setúbal é essencial abordarmos de forma objetiva e abrangente os desafios, falhas e questões críticas que impactam o quotidiano dos setubalenses e azeitonenses.

Como deputado municipal, eleito pela Iniciativa Liberal, trago mais uma vez as preocupações dos munícipes para esta discussão, no entanto, antes de avançar, gostaria de mencionar um ponto prévio. Senhor Presidente da Câmara, permita-me num espírito, não de Halloween, mas num certo tom paternalista que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por vezes, demonstra, destacar que o verdadeiro propósito desta sessão só será cumprido pelo Sr. Presidente da Câmara se o mesmo estiver disposto a responder de forma democrática às questões que lhe forem colocadas.

Na última sessão sobre o estado do município assistimos à ronda de intervenções e perguntas que ficaram sem resposta por parte do Sr. Presidente, por isso apelo respeitosamente que hoje a sessão seja tratada com a serenidade que merece e que as questões apresentadas obtenham as devidas respostas. Assim, Sr. Presidente, conto com o seu compromisso em respeitar esta sessão e participar plenamente no diálogo.

E vou iniciar esta minha intervenção, apresentando aqui três questões, segurança, infraestruturas e educação.

Começando pela segurança, e já não é a primeira vez que a refiro, a criminalidade em Setúbal tem vindo a aumentar. O relatório da Segurança Interna de 2023 já evidenciavam um crescimento com significado, tendência que se manteve em 2024.

As notícias são frequentes nos jornais, assaltos, violência e vandalismo, isto cria uma sensação de insegurança na população.

O Conselho Municipal de Segurança deveria ter um papel ativo na formulação de estratégias de prevenção e combate à criminalidade, mas a sua atuação tem sido pouco visível.

De acordo com o regulamento, este órgão deve reunir-se e emitir pareceres trimestralmente ou sempre que necessário. Pergunto, Sr. Presidente, relativamente a este tópico, que o senhor também é Presidente deste órgão do Conselho Municipal de Segurança, por que razão não têm emitido quaisquer pareceres e entregues à Assembleia Municipal?

São elementos fundamentais para a compreensão da situação do município, uma vez que este conselho é composto por diversas entidades com relevo nesta matéria.

Relativamente às infraestruturas, a situação das infraestruturas afeta, obviamente, diretamente a mobilidade e o bem-estar dos setubalenses e azeitonenses. A requalificação da estrada da Mitrena, a EN 10-4 deveria ter sido concluída em junho de 2024, mas encontra-se abandonada com equipamentos dispersos e pelo que soubemos com o estaleiro aberto, o que prejudica o trânsito e a segurança. Quais são os motivos para o atraso na conclusão das obras? Existe um novo cronograma para a sua finalização? Que medidas estão a ser implementadas para minimizar os impactos negativos na mobilidade e segurança dos cidadãos durante este período?

Ainda dentro deste tema das infraestruturas, outro ponto de grande preocupação são os alagamentos provocados pela subida das marés e pelas chuvas intensas que destacam a fragilidade das nossas infraestruturas.

A recente inundação na estrada de Santo Ovídio e a entrada de água na Praça do Bocage mostra a necessidade de uma abordagem integrada para prevenir situações semelhantes. Que ações estão a ser tomadas para mitigar os efeitos das marés altas e das chuvas intensas nas zonas mais afetadas, como a estrada de Santo Ovídio e a Praça do Bocage? Existe um plano de intervenção para reforçar as infraestruturas e prevenir inundações futuras?

Termino esta ronda com um ponto sobre a educação, que também é bastante relevante e que merece toda a nossa atenção, as infraestruturas escolares em Setúbal precisam de intervenção urgente e a Escola Básica 2, 3 de Azeitão é um claro exemplo e há várias vezes que trazemos esta situação aqui à Assembleia, com pavilhões de madeira, a falta de um pavilhão desportivo comprometendo o ensino e o desenvolvimento dos alunos.

Nós sabemos que o projeto já foi submetido à DGESTE, tem um valor elevado e precisa de financiamento. Quando é que este plano será aprovado e quando serão as obras iniciadas para garantir condições adequadas aos estudantes?

Mariana Crespo (PAN) – Hoje gostaria de vos falar sobre ensino, inclusão e equidade.

A inclusão a nível escolar é o conjunto de práticas e políticas educacionais que visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, culturais ou económicas, tenham acesso e participação efetiva na aprendizagem e na vida escolar. Esse conceito é fundamentado na ideia de que a educação deve ser um direito universal e um ambiente acolhedor para todos, independentemente das diferenças individuais.

Em Portugal, a inclusão escolar tem sido um objetivo prioritário no sistema educativo, com esforços contínuos para promover a igualdade de oportunidades e garantir o acesso de todos os alunos a uma educação de qualidade. Nos últimos anos, o país tem implementado reformas significativas para assegurar a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) e promover um ambiente escolar mais acolhedor e acessível para todos.

Portugal é frequentemente elogiado pelo progresso na integração de alunos com NEE no ensino regular, sendo que muitos alunos beneficiam diretamente da convivência em ambientes escolares diversos, o que também contribui para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, a inclusão escolar em Portugal é um processo contínuo e dinâmico, que envolve toda a comunidade educativa e avança com o objetivo de oferecer a cada aluno uma educação que valorize suas capacidades e respeite suas particularidades.

Outro conceito mais basilar é o de equidade, que é o princípio de justiça que visa garantir condições justas e adequadas para cada pessoa, reconhecendo e respeitando as suas diferenças e necessidades. Ao contrário da igualdade, que implica oferecer a todos as mesmas condições ou recursos, a equidade considera que, para alcançar resultados justos, é preciso tratar desigualmente os desiguais — ou seja, oferecer recursos ou apoios diferenciados de acordo com as circunstâncias individuais de cada um.

Num contexto educacional, a equidade pode significar oferecer suporte extra a alunos com dificuldades de aprendizagem ou ajustar o currículo para alunos com necessidades especiais, de modo que todos tenham oportunidades reais de sucesso, independentemente de suas condições iniciais.



A equidade é fundamental para construir uma sociedade mais justa e inclusiva, pois ela reconhece que as pessoas partem de condições diferentes e que, para alcançar justiça social, é preciso considerar essas desigualdades e oferecer condições adaptadas a cada realidade. Dessa forma, ao promover a equidade, buscamos criar um ambiente onde todos possam desenvolver o seu potencial e alcançar as suas metas, reduzindo as barreiras que impedem a participação plena.

Na última reunião de Assembleia Municipal de Setúbal realizada a 27 de setembro, no período de participação do público, tivemos a presença da mãe Catarina e do pai Paulo que nos relataram algumas das dificuldades que têm tido com o percurso educativo dos seus filhos. Quero hoje recordar estas histórias, que infelizmente são apenas duas gotas de água num oceano imenso, para que possamos seriamente refletir sobre a educação em Setúbal.

A mãe Catarina tem um filho de 6 anos em idade de ingresso escolar. O filho da Catarina tem autismo de nível 3, é não verbal, usa fralda e não tem noção do perigo sendo totalmente dependente dos seus cuidadores. O filho da Catarina é, também, um excelente jogador de loto, adora os desenhos animados do Pocoyo e tem um sorriso lindo. O filho da Catarina é uma criança que tem o direito à educação, a desenvolver as suas capacidades, e a sorrir muitas mais vezes.

Recordemos então:

- O filho da Catarina, apesar de estar em idade de ingresso escolar, não teve inicialmente colocação em nenhuma escola do concelho no presente ano letivo.
- Aquando da matrícula, a funcionária da secretaria do Agrupamento Luísa Todí apenas digitalizou a primeira página do seu relatório técnico pedagógico, com apenas os dados pessoais e esquecendo todos os relatórios médicos anexos, pelo que a matrícula inicial do filho da Catarina nem sequer estava sinalizada como sendo uma criança a necessitar de apoios específicos.
- Após uma primeira reclamação, ofereceram ao filho da Catarina uma vaga numa escola sem centro de apoio à aprendizagem e que, portanto, não estava minimamente adaptada às suas necessidades.
- O filho da Catarina teve depois matrícula nas Amoreiras, num horário de tarde, totalmente desajustado às suas rotinas e de sua família, bem como das suas necessidades de medicação e tratamento médico. Aliás, um horário de tarde para uma criança de 6 anos é desajustado não só para ele, como para qualquer criança da mesma idade.
- A DGESTE, passado uns tempos, disse que afinal haveria uma vaga para o filho da Catarina na escola da Brejoeira, e a Catarina estava mais do que disposta a conduzir desde a Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra até Azeitão ida e volta, e ida e volta todos os dias se isso significasse o melhor para o seu filho. Mas depois afinal já não havia vaga nenhuma na Brejoeira, vá lá perceber-se porquê.
- O Diretor das Amoreiras disse que não havia horários de manhã, depois disse que o seguro escolar de que beneficiava o filho da Catarina não cobria o período da manhã, depois disse que as professoras faziam o seu próprio horário e não tinham qualquer disponibilidade, era impossível mesmo. As professoras quando questionadas pessoalmente disseram que sim, que ainda haveria possibilidade de manhã e que os horários tinham sido feitos pela direção. O Diretor das Amoreiras disse que não era assim. A mãe Catarina cansou-se e, numa quinta-feira em que o seu filho entrou em crise, gritando e chorando durante várias horas, levou-o na mesma à escola, à presença do Diretor, para que finalmente quem de direito se dignasse a olhar para o seu filho. E nesse dia, por milagre, afinal havia uma vaga logo no dia seguinte, sexta-feira, e o filho da Catarina já podia frequentar o horário da manhã.
- Ao filho da Catarina ninguém falou em frequentar AECS, até porque supostamente não há auxiliares para acompanhar estas crianças. Contudo, acho que todos podemos adivinhar que essa é só mais uma desculpa, mais um punhado de areia para os olhos, e se assim houver auxiliares, com certeza outra qualquer justificação haverá para as crianças que frequentam os centros de apoio à aprendizagem não terem acesso a AECS.

Recordo que, a 28 de abril de 2023, quando o PAN primeiro levantou esta questão nesta Assembleia Municipal, foi tomada como uma grande surpresa. Pelos vistos, não só era totalmente justificado como ao fim deste tempo, ainda é prática nas nossas escolas.

- O filho da Catarina é uma criança como todas as crianças, mas devido à sua condição, parece não ter os mesmos direitos.



- Pergunto se algum dos intervenientes no processo de matrícula do filho da Catarina, e que claramente falharam, foi chamado às suas devidas responsabilidades?

A Lei n.º 46/2006 da “Não Discriminação em Razão da Deficiência e da Doença Crónica” proíbe a discriminação de pessoas com deficiência ou doença crónica, garantindo-lhes o direito a um tratamento igual e acessível em áreas como emprego, educação, habitação e serviços.

- Agora peço que se reflita neste exemplo e se ponham no lugar da Catarina.

Falemos do filho do Paulo. O filho do Paulo tem 14 anos. Tem autismo de nível 2, é capaz de falar, mas não de ter uma conversa. Sabe ler e escrever, pratica atletismo e tem um excelente sentido de humor. O pai Paulo este ano teve de tomar a difícil decisão de colocar o seu filho na APPACDM pois a Escola Barbosa do Bocage não atendia às necessidades do seu filho.

O filho do Paulo teve também durante anos um horário a meio tempo, tanto de manhã como nos últimos anos durante a tarde.

Nunca teve acesso a AECS. Não tinha contacto com os seus colegas de turma.

Nunca teve acesso a plano de transição.

Como contou o pai Paulo, também aqui na reunião de Assembleia Municipal, os colegas do seu filho precisavam de um lavatório na sala para lavarem as mãos após as atividades de expressão plástica. Os pais compraram eles mesmo o lavatório que ficou um mês no gabinete do Diretor até o pai Paulo vir aqui a esta Assembleia municipal reclamar e a situação foi resolvida. Alguém foi chamado a responsabilidades ou se calhar não.

O pai Paulo não teve qualquer hipótese senão recorrer a uma IPSS para continuar a escolaridade do filho. Aqui o filho frequenta a escola entre as 9h e as 17h, o que é mais compatível com a profissão dos pais. Aqui tem terapias especializadas a par de um currículo académico adaptado. Aqui está integrado num grupo. Aqui o filho do Paulo desde que iniciou em setembro deste ano, quer sempre ir para a escola. O filho do Paulo não queria ir para a escola Barbosa do Bocage.

Novamente peço que se reflita neste exemplo e se ponham no lugar do Paulo.

Em Portugal, a descentralização das competências em educação é uma aposta para tornar o sistema educativo mais responsivo e alinhado com as necessidades dos alunos e das comunidades locais. Contudo, o seu sucesso depende de um apoio estruturado e de recursos para garantir que todos os municípios, independentemente de sua situação financeira ou estrutural, possam oferecer uma educação de qualidade e sabemos todos as dificuldades que este processo enfrenta em Setúbal.

A discriminação é o ato de tratar uma pessoa ou um grupo de maneira injusta ou desfavorável com base em características pessoais, como etnia, género, idade, religião, orientação sexual, deficiência, classe social, entre outras. Ela envolve uma diferenciação negativa e preconceituosa, que resulta em exclusão, restrições de direitos e limitações nas oportunidades de desenvolvimento e participação plena.

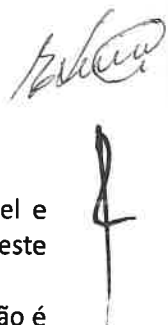
O filho da Catarina e o filho do Paulo são alvos de discriminação. A discriminação é crime ao abrigo da lei portuguesa.

O processo de descentralização das competências, tem transferido responsabilidades de gestão educacional para os municípios sem recursos e apoios adequados. Essa situação sobrecarrega as escolas e limita as possibilidades de melhoria do ensino, incluindo o atendimento a alunos com necessidades específicas. Sabemos disso.

Contudo, não podemos nem queremos saber do tratamento desumano com que o filho da Catarina e o filho do Paulo têm sofrido por parte das escolas e nisso o Município de Setúbal tem de agir. Não podemos continuar a aceitar como natural tudo aquilo pelo qual esta mãe e este pai têm ouvido, toda a incompetência e negligência que começa a parecer ser norma nas escolas de Setúbal.

Estes pais nunca pediram nada que não fosse um direito dos seus filhos: uma educação. Estes pais trabalham e pagam impostos, e mesmo com todos estes desafios, são membros ativos da sociedade. Ponham-se no lugar destes pais.

Muitos pais de crianças com perturbações do desenvolvimento lidam com elevados níveis de stress e preocupação constantes com o bem-estar e o futuro de seus filhos. O esgotamento extremo, ou burnout, é comum entre pais de crianças com deficiência, devido às exigências físicas e emocionais que enfrentam diariamente. Sabemos que fatores como falta de apoio social e recursos adequados também agravam essa condição.



Há fatores que são inevitáveis quando se cria uma criança com deficiência. Mas é incompreensível e inaceitável que instituições de ensino do nosso município perpetuem e contribuam até para este esgotamento.

O executivo de Setúbal tem de olhar seriamente para estes casos e para o que se passa nas escolas. Não é possível continuar desta forma.

Vítor Rosa (BE) – Estamos a sensivelmente um ano do final deste mandato autárquico e após três anos da sua execução, os principais problemas enunciados no seu início continuam aquém de uma resposta satisfatória ou mesmo negativa para os cidadãos do nosso concelho.

Sabemos que muitas das decisões de desenvolvimento do nosso território passa pelos governos da República e que os mesmos têm sido governados nos últimos anos por governos PS em alternativa a PSD/CDS, tal como o atual que conta agora com o apoio da IL e Chega, governos que em muito prejudicam esse desenvolvimento com medidas tomadas e outras por tomar, que se atrasam ou ficam na gaveta, que em muito desfavoreceram e continuam a desfavorecer o desenvolvimento do nosso concelho, nos mais variados campos, da saúde à habitação, da educação ao trabalho, da falta de investimento às acessibilidades.

Todo este enquadramento não tira, contudo, responsabilidades políticas a quem nos tem governado nestes últimos 20 anos, no concreto a CDU.

Curiosamente este ano temos a opinião do Sr. Presidente que vivemos uma época de ouro no município, será?

Investimentos

Um dos momentos desta época de ouro, segundo um dos inúmeros outdoors de propaganda do executivo, temos 3.000 milhões de euros de investimentos e a existência de milhares de postos de trabalho. Será?

Onde estão estes 3.000 milhões de euros, uma vez que somando todos os anúncios em todos os outdoors não consigo chegar a esses valores.

Um dos momentos desta época de ouro, é a continua inexistência de projetos para investimentos já feitos e que continuam votados ao abandono, falo novamente dos investimentos na Praça de Touros Carlos Relvas – que teve o seu início em 2017 com um custo de 1 milhão 191 mil e 290 euros.

Acordo com a AICEP – Global Parques em 2017 para o estacionamento de camiões TIR até 2026, quais os custos até ao presente momento para o município?

IMAPARK – 2019 com custo de 4 milhões e 400 mil euros – votado ao abandono.

Wake Park Manteigadas – 2019, Declaração de interesses – uma área de 269.400 m².

Perguntamos o porquê de se ter gasto 6 milhões de euros nos exemplos citados e quais os custos reais para as contas da Câmara ao longo destes anos de inação sobre estes espaços?

E mesmo aos anunciados milhares de postos de trabalho nestes e outros investimentos, onde estão os estudos de viabilidade económica e em que dados se baseia para justificar estas afirmações Sr. Presidente? Que postos de trabalho de valor qualificado? Que postos de trabalho diretos e indiretos?

Será que esta época de ouro de investimentos é o número de estabelecimentos MacDonalds, que mereceram em dia de inauguração direito a foto de corta fitas em jornal e pendões de propaganda de inauguração em concorrência direta com os quadros de Álvaro Cunhal, na avenida com o seu nome? Falamos desta época de ouro assente nos novos Kentucky Fried Chicken, Mercadonas ou Maxmat, dos milhares de postos de trabalho precários e mal pagos?

Um dos momentos desta época de ouro, é a continua inexistência de uma nova biblioteca, prometida vai para 14 anos.

Um dos momentos desta época de ouro, é a nossa preocupação sobre os contínuos empréstimos e o seu impacto futuro na capacidade de endividamento, com obras de manutenção com vida útil inferior a esses mesmos empréstimos e sobre os quais o executivo continua a ter um entendimento e postura de que tudo está bem, com as contas do município.

Mobilidade

Um dos momentos desta época de ouro, é a incapacidade deste executivo de obrigar a concessionária Data Rede a cumprir com um contrato de estacionamento tarifado e rever as condições da sua concessão por 40 anos, passado mais um ano, o executivo faz notificações que não resultam face ao incumprimento da concessionária e promove tímidas medidas de alterações a este contrato, com a hipótese de salvaguardar bolsas de estacionamento grátis em determinados pontos do concelho; falo também do orgulho muito pequenino do executivo na dezena e meia de quilómetros de ciclovia, sendo que grande parte destes quilómetros de ciclovia são fruto do projeto Intermunicipal Ciclop 7, não tendo o executivo neste mandato, acrescentado qualquer Km de ciclovia à já existente e já não falo da ausência de qualquer nova ciclovia.

Um dos momentos desta época de ouro, são os anúncios feitos em 2022 de que em 2023 se daria início a uma intervenção de requalificação da Avenida Luísa Todí que inclui a reabilitação de passadeiras, da ciclovia e intervenções no mobiliário urbano, na fonte dos Golfinhos, no Largo José Afonso e na rede viária que serve esta zona nobre da cidade. Estamos em finais de 2024 e pouco ou nada se vê realizado nesta época de ouro, destes anúncios.

Época de ouro em que as freguesias periféricas e não só se continuam a se debater com a fraca prestação de serviços da Carris Metropolitana, com a falta de cumprimento de horários e de resposta às necessidades de mais transporte público.

Ambiente

Um dos momentos desta época de ouro, tem sido:

A inacessibilidade dos setubalenses às suas praias, um processo dependente já vai para quase 2 anos sobre a queda de rochas na Arrábida, que continua por resolver, a tentativa gorada com o apoio de Grândola e Sesimbra e a oposição de governos PS e PSD de acessos mais baratos a Troia.

A posição de favorecimento ao projeto PIN da Unidade de Conversão e Produção de Lítio, com um parecer sobre o Estudo de Impacto Ambiental nim.

A continua incapacidade de obrigar o atual proprietário da Herdade da Comenda a cumprir com obrigações legais, empurrando quase sempre a culpa para as entidades governamentais, críticas justas, pela inoperância destas entidades que muitas vezes deixam no ar, ao cidadão comum, uma imagem de quem parece defender mais o interesse privado que o interesse público, mas que ao abrigo destas críticas se vai criando uma inércia da parte deste executivo.

Recentemente foi apresentada uma peça jornalística sobre o estado das pedreiras da Arrábida e as eventuais consequências e impactos ambientais, não só na Serra e Parque Natural, como também nas regiões limítrofes e a sul do distrito.

Face a estas notícias e sendo o executivo tão profícuo em reuniões com os executivos de Sesimbra e Palmela sobre candidatura a patrimónios relacionados com a Serra e o Parque da Arrábida, pergunto o que pensa fazer para prevenção e proteção desta área tão sensível e tão necessitada de cuidados ambientais face a estas e outras agressões ao seu património?

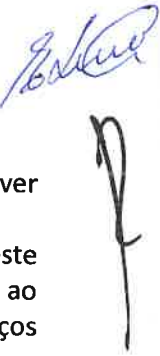
Habitação

Em 28 de fevereiro de 2023, ano em que o Sr. Presidente em artigo publicado no jornal “O Setubalense”, anunciava com pompa e circunstância obras fundamentais para o concelho.

“O ano de 2023 será decisivo para a progressão deste enorme esforço municipal, do qual resultará a construção de 530 novas casas de renda reduzida e apoiada e na reabilitação de outras 3.148 casas do parque de habitação pública municipal e outras. Um investimento global superior a 192 milhões de euros, que estamos a candidatar, e com sucesso, ao PRR”.

Sabemos que esta é uma questão que nos motiva a todos, uns, PSD, IL e Chega, por razões economicistas e liberais preferem estar do lado errado da questão e outros, PS e governo, com propostas que não veem na prática resolver os reais problemas das pessoas, face aos aumentos dos juros, rendas, o maior em 30 anos de democracia, de baixos salários e da especulação imobiliária.

O que perguntamos é em que ponto de concretização se encontram estes investimentos e candidaturas, porque não basta colocar outdoors em cada esquina a anunciar valores de candidatura e número de casas reabilitadas, é preciso concretizar e dar a conhecer essa concretização, face, nomeadamente a quem



espera e desespera pela atribuição de uma casa neste concelho ano após ano, a quem precisa de ver melhoradas as suas habitações e viver de forma digna debaixo de um teto.

Esperemos que o executivo também não fique só pelas promessas e aja de forma consequente neste investimento crucial para as necessidades das pessoas e que não se fique pelos discursos de culpas ao governo, enquanto continua a dar aval a projetos imobiliários de luxo, com condomínios privados e preços de aquisição muito longe da capacidade do cidadão comum.

Este novo governo tomou um conjunto de medidas sobre a habitação e entre elas novas medidas sobre o alojamento local, entregando às autarquias novas responsabilidades sobre esta matéria.

Em 12 de maio, também de 2023, esta Assembleia Municipal aprovava, com os votos a favor da CDU, uma recomendação do Bloco de Esquerda ao executivo sobre o alojamento local, a saber:

1. Suspensão total da autorização de novos registos de estabelecimentos de Alojamento Local nas Zonas de Pressão Urbanística de Setúbal, por prazo máximo de um ano ou até à entrada em vigor do Regulamento Municipal de Alojamento Local. Onde está este Regulamento Municipal, Sr. Presidente?
2. Realização de um Estudo Urbanístico e Turístico do Alojamento Local em Setúbal, analisando a evolução e distribuição geográfica do Alojamento Local, as suas tipologias, quem detém estes estabelecimentos, atividade corrente e os seus efeitos reais na população, na cultura local e na dinâmica do mercado imobiliário, servindo como documento orientador para posterior procedimento de elaboração de um Regulamento Municipal de Alojamento Local de Setúbal. Onde está este estudo, Sr. Presidente?
3. Sob condição da aprovação do ponto anterior, fixar a apresentação do Estudo Urbanístico e Turístico do Alojamento Local em Setúbal à Assembleia Municipal de Setúbal num prazo de 8 meses, já passou mais de 1 ano, Sr. Presidente, e nada!
4. Criação de um instrumento municipal de fiscalização e resposta rápida aos problemas associados a estabelecimentos de Alojamento Local, respondendo ao acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que determina que o Alojamento Local não pode ter lugar em frações licenciadas para fins habitacionais e situações de Alojamento Local em atividade sem licenciamento. Onde está, passado mais de 1 ano sobre estas recomendações, esse instrumento fiscalizador Sr. Presidente?

Saúde

Outra das preocupações dos cidadãos prende-se com a saúde e os meios, Centro Hospitalar de Setúbal e Centros de Saúde, e, por esse motivo, também trazemos aqui questões ao executivo sobre esta matéria, nomeadamente em que ponto se encontra as decisões sobre o Centro de Saúde de São Sebastião e do Bairro do Liceu, não esquecendo a necessidade de uma Unidade de Saúde na Freguesia de Gâmbia–Pontes e Alto da Guerra.

Se voltamos a perguntar é porque continuamos a ter falta de resultados nesta matéria, porque também aqui discordamos que este é um período de ouro.

Não basta, em nossa opinião, dizer que este é um problema do governo central e de que este pouco ou nada tem feito, o que nos importa saber nesta matéria é que diligências tem feito junto do governo central para a resolução dos problemas de acesso à saúde.

Sabemos que o executivo dirá que não é da sua responsabilidade primária a construção de Centros de Saúde, mas já que temos o exemplo de Azeitão, e um bom exemplo, já que temos o início do Centro de Saúde de São Sebastião, que o executivo assuma também maior protagonismo junto do governo sobre esta matéria, não deixando de ficar de fora a questão do Centro de Saúde do Bairro do Liceu e a necessidade de uma Unidade de Saúde na Freguesia de Gâmbia–Pontes e Alto da Guerra.

Vivemos momentos difíceis de aumento de pobreza generalizada por políticas governamentais erradas que continuam a pôr em causa uma vida com direitos e de dignidade para quem trabalha, sejamos capazes, a nível local, com políticas e gestão correta dos bens públicos, minorar estas dificuldades.

Não chega todos os discursos feitos em datas festivas de que não há nada de errado e apenas com o trabalho deste executivo é que Setúbal avança.

Os setubalenses e azeitonenses merecem esta reflexão e que quem os governa seja capaz, de reconhecer os erros cometidos e colmatar esses mesmos erros.

Presidente da Mesa – Na ausência de representantes do CHEGA, tem a palavra o PSD.

Alexandre Teles (PSD) – Quero fazer aqui a primeira intervenção da bancada do PSD na base das Finanças. O PSD no que concerne à avaliação da gestão municipal normal e corrente do executivo da CDU no último ano, constata que a gestão financeira da autarquia tem vindo a degradar-se ao longo deste mandato, mantendo os graus de execução, quer de despesa, quer da receita no primeiro semestre próximo dos 20%, muito aquém dos valores desejados e ainda mais baixo o grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos a rondar os 11%, muito aquém do que o município apregoa.

Apresenta um resultado negativo de -9 milhões no primeiro trimestre e mantendo o alinhamento conforme estimativa do relatório do ROC de -15 milhões, seguindo o histórico dos resultados negativos de 2022 e 2023.

Tendo em consideração a tendência verificada, no final de 2024 haverá resultados negativos históricos entre os 30 a 40 milhões, colocando em risco a sustentabilidade da autarquia.

Verifica-se, também, um retrocesso na regularização das dívidas aos fornecedores, um ponto importantíssimo para a sustentabilidade do nosso tecido empresarial, fundamentalmente às micro e pequenas empresas (fica aqui um pequeno grande exemplo do impacto de pequenas decisões que se tomam, como a alteração da entrada principal - portaria do Centro Escolar Barbosa do Bocage, da Avenida de Angola para a Rua Engenheiro Henrique Cabeçadas, esta pequena decisão tem levado a uma quebra no negócio dos pequenos comerciantes situados na Avenida de Angola, entre 30 a 50%). É uma questão a perguntarem.

Como é óbvio, estas empresas não têm um grande saldo de gerência para fazer frente aos atrasos de pagamento superiores a 90 dias, quanto mais a 360 dias, levando muitas vezes a um endividamento das mesmas, claudicando o seu crescimento e desenvolvimento. A dívida a fornecedores já ascende os 25 milhões de euros, divididos em despesa não corrente que tem vindo a aumentar, o que nos deixa muito apreensivos, e despesa corrente fazendo com que a autarquia esteja a aproveitar as empresas para se financiar sem grandes custos para a mesma, mas a imputar um grande esforço no tecido empresarial.

O PSD vai apresentar um requerimento a exigir informação sobre o mapa da antiguidade das dívidas a fornecedores e qual é a justificação para o não cumprimento dos prazos exigidos por lei para regularização dos pagamentos.

Relativamente à gestão na contratação de empréstimos de médio/longo prazo, o PSD também tem a opinião que a gestão da autarquia deixa muito a desejar, misturando nos mesmos obras que verdadeiramente vão criar uma riqueza e melhorar condições para as gerações futuras e um conjunto de obras que o município designa como investimentos, basicamente não passam de atos de conservação e melhoria de espaços existentes o que põe em causa o princípio da equidade intergeracional – os empréstimos devem ter um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam a financiar, não podendo exceder a vida útil do respetivo investimento. Esta estratégia de financiamento também vai contribuir para a falta de sustentabilidade futura da autarquia.

Devido a ser fundamental haver transparência nestes financiamentos, o PSD apresentou um requerimento a 18 de setembro deste ano, a exigir informação dos valores de todos os empréstimos bancários contraídos de curto, médio e longo prazo e fazer corresponder que aos investimentos (obras ou fornecimento de bens ou serviços) associados ou justificados pelo executivo da Câmara Municipal praticados neste mandato autárquico (2021-2025) e ainda, a situação dos empréstimos bancários contraídos anteriormente e cujos os investimentos ainda não se encontram concluídos. Por isso aguarda-se:

- Valores e maturidades dos empréstimos bancários e data da sua ativação;
- Designação e valores dos investimentos associados ou justificados;
- Taxa de execução em percentagem verificadas em cada obra ou investimento e os empréstimos ativados;
- Descrição das situações “paralisadas” as devidas razões da não ativação dos empréstimos bancários contratualizados e o estado de execução dos investimentos associados.

Digo que a CDU, no último ano, tem sido igual a si própria nos últimos mandatos, onde insiste e persiste numa gestão do tipo matricial, opaca, pouco transparente, despesista e continua a engrossar a máquina municipal para a execução de obras sem qualquer controle orçamental, prossequindo uma estratégia errada de gestão municipal que só se compreende como uma forma de exercer o poder pelo poder,

amorfa, limitada sem audácia de projetos inovadores e ambiciosos para a cidade, antes procura pela via da omissão ou mesmo por querer ocultar a informação devida não facilitando as boas e as melhores decisões sustentadas e esclarecidas.

Confrontamo-nos com um tipo de gestão sem objetivos de cariz distraída e do tipo matricial, mas que é penalizadora e descredibilizante do exercício do poder local democrático, indiciando já um cansaço sem esclarecimento sendo mesmo displicente na gestão sem chama e ideias novas onde falta o brilhantismo e o dinamismo necessário de que o PSD defende. Por isso não pode estar de acordo, nem pactuar e tem o dever de escrutinar e de pedir explicações e de denunciar decisões sobre más práticas, procedimentos incorretos ou pouco claros e objetivos ou as opções da gestão da CDU que agravaram o endividamento com a aquisição de imóveis no passado, com opacidades e mal explicados e justificados, dos quais se destacam os muitos já badalados:

- A Praça de Touros Carlos Relvas no valor de cerca de 1,2M€;
- A aquisição do ex. IMAPARK no valor de cerca de 4,4M€;
- Gastos supérfluos em avenidas e rotundas de milhões e milhões de euros.

Pequenos exemplos de vários milhões, esta é a má gestão por parte do executivo. Por isso além dos 20M, os quais o Sr. Presidente acabou de informar no início desta Assembleia que a oposição devolveu aos setubalenses, talvez pudessem ser devolvidos mais milhões a todos os setubalenses, para que os mesmos também consigam dinamizar o concelho.

E informando que o PSD entende que o ano de 2025 deverá continuar a ser de alívio fiscal para todos os setubalenses e azeitonenses:

- Continuação do IMI e IMI familiar;
- Redução da Taxa variável do IRS;
- Medidas anti-inflação em 2025 em seguimento do apresentado e aprovado para 2023 e 2024.

Todas estas medidas não devem colocar em causa o equilíbrio financeiro do município, para que seja possível um entendimento em benefício de todos os setubalenses e azeitonenses.

Termino deixando a reflexão que todos os projetos que estão previstos ser implementados no âmbito da transição energética e descarbonização no concelho têm os seus impactos negativos e positivos e devem ser bastante ponderados e muitos deles ainda não estão completamente estudados, devido a serem tecnologias embrionárias. Por isso, após o término no dia 24 de outubro da consulta pública do estudo de impacto ambiental da implementação de uma Refinaria de Lítio na Mitrena, junto ao Estuário do Sado, volta-se a solicitar ao município que junto ao consórcio do investimento possa promover sessões de esclarecimento junto aos cidadãos, o que é fundamental.

Paulo Lopes (PS) – Passados cerca de 3 anos da tomada de posse do executivo CDU, prestes a entrar no último ano de mandato, e no ano em que celebramos 50 anos do 25 de Abril, é chegado o momento de fazermos uma reflexão e avaliação do trabalho efetuado por este executivo municipal.

Nestes 3 anos que passaram foi evidente, para toda a população de Setúbal e Azeitão, um total desnorde e ausência de estratégia para o concelho, de um ciclo autárquico liderado pela CDU, que já se perpetua há mais de duas décadas, mas que se esgotou. Esgotou-se nos conteúdos e nos seus protagonistas; atuais e passados; pois se há coisa que todos nós sabemos, é que o tempo passa e não vem de volta.... e ainda bem! Pois em democracia existem sempre novas soluções, novos ciclos, um novo futuro!

Temos hoje um executivo comunista cansado, com uma liderança isolada, a quem falta ambição e estratégia, inábil em decidir e executar, a quem falta vontade e espírito reformista, e incapaz de convencer até, inclusive, as suas próprias bases de apoio.

A Setubalândia criada pela CDU na última década, assente no botox de fachada e das mágicas fantasias prometidas, de faraónicos projetos, que nunca saíram do papel, deu agora lugar a uma Setúbal desencantada, onde nada se passa, tudo se adia, nada se resolve e tudo se lamenta.

Os autarcas comunistas que passaram por esta Câmara nos últimos anos são o rosto de um sem número de projetos e promessas por cumprir ao longo de mais 20 anos e que até hoje são uma mão cheia de nada.... Querem que os setubalenses acreditem que aqueles que não cumpriram no passado, irão cumprir agora?

Perguntamos mais uma vez.... Onde está o investimento prometido, mandato atrás de mandato?

Onde está a nova Biblioteca? Onde está o Terminal 7, o Centro Interpretativo do Mar? Onde está a oficina das artes? Onde está o novo Parque Verde da Várzea? Onde está a conversão da Praça de Touros num pavilhão multiusos? Onde está o Centro Empresarial da IMAPARK, que iria albergar nos novos pavilhões, espaços para a prática de desporto? Onde está a Cidade do Conhecimento? Onde estão os seus investidores e projetos? Onde pára tudo isto? Onde está a luxuosa marina que encheu páginas e páginas de anúncios feitos pelo município? Onde estão os novos hotéis de 4 e 5 estrelas (e foram anunciados vários)? Onde está o parque aquático que ia nascer na zona das Manteigadas? Onde estão os estacionamento subterrâneos prometidos? Onde está o investimento na transição digital dos serviços da Câmara Municipal? E o novo mercado abastecedor? E o novo parque logístico? E as novas oficinas da Câmara Municipal?

Vejamos, ao invés temos hoje um município desorientado e amarrado a uma danosa e totalmente falhada política de mobilidade em Setúbal, que faz desesperar qualquer cidadão que tenha de se deslocar no nosso concelho, independentemente do meio de transporte.

O danoso e inaceitável contrato de concessão de estacionamento tarifado por 40 anos, criado pela anterior Presidente, e agora também candidata independente, e ao qual o Sr. Presidente, os senhores vereadores e deputados municipais da CDU em Setúbal, estão intrinsecamente comprometidos, pois votaram favoravelmente a sua aprovação e implementação.

Uma concessão por 40 anos que teve como resultado o efeito totalmente contrário ao que defendiam, o estacionamento ordenado não acontece, os novos lugares de estacionamento criados estão vazios e o que se verifica é o aumento do estacionamento abusivo e indevido nos passeios, pondo em causa a circulação e a segurança dos peões.

Há pouco na intervenção inicial do Sr. Presidente disse que pediu a escusa para continuar com o processo, na altura em que era vereador, do estacionamento tarifado da nova concessão, mas não explicou porquê. Era importante sabermos porque é que... Foi das Águas do Sado, ah, peço desculpa, é que percebi mal Sr. Presidente. É que já no Dia da Cidade, quando fez o seu discurso, ou no dia 25 de Abril, em que também se distanciou totalmente desta concessão do estacionamento tarifado deu a entender que se afastava dele, mas não explicou porquê. O que é certo é que votaram todos favoravelmente e são todos os rostos desta concessão.

Mas tão ou mais grave do que o problema em si, é a total incapacidade da CDU e da ex. Presidente em resolver um problema que os próprios criaram, mas que agora renegam as suas responsabilidades.

No entanto os setubalenses sofrem e pagam as consequências.

A somar a tudo isto, acrescenta-se os intermináveis engarrafamentos que fazem desesperar qualquer cidadão que se desloque dentro da cidade, seja de transporte público ou individual, e a título de exemplo por via da transformação do perfil das avenidas em ruelas, assim como na total incapacidade de transformar Setúbal, num verdadeiro exemplo nacional de uma *Smart City*, que antecipa e resolve os problemas de mobilidade entre outros, com a adoção de novas abordagens, pela inclusão de novas tecnologias que surgem diariamente e se colocam ao serviço do cidadão.

Tudo isto sem esquecer o lastimável estado de degradação da rede viária no concelho, desde arruamentos e passeios, com e para cúmulo, a necessidade de contrair empréstimos e nova dívida para despesa corrente como é o caso de pintar passadeiras, que desaparecem ao fim de poucos meses, pondo em causa a segurança rodoviária, quer de automobilistas quer de peões.

Temos hoje um Município que, mais um ano decorrido, continua incapaz de travar o agravamento das desigualdades e da falta de coesão no seu território, cada vez mais evidente no aumento das assimetrias entre as freguesias mais rurais e as freguesias urbanas, e mesmo entre as duas principais freguesias urbanas do centro da cidade.

O pouco investimento e a pouca manutenção feita na cidade dão maior prioridade aos turistas que por cá se passeiam no quilómetro quadrado do centro histórico e da zona ribeirinha, do que aos setubalenses que cá vivem há décadas, deixando assim, ao evidente abandono e degradação diversos bairros e espaços públicos da cidade.

É gritante a falta de limpeza no concelho.

Temos hoje um Município capital de Distrito com dificuldades em executar os investimentos e os financiamentos do PRR já aprovados pelo anterior Governo.

Na habitação, e ao fim de quase 24 anos de governação comunista, sem que se tenha construído um único fogo municipal, e tendo surgido no âmbito do PRR uma oportunidade única, de executar a Estratégia Local de Habitação, e resolver de vez o problema do acesso à habitação em Setúbal, verificamos que ainda não existe um único tijolo em novas habitações municipais criadas de raiz. Só com mais oferta, mais casas disponíveis, poderemos inverter a atual situação, só quando a oferta superar a procura poderemos assistir à redução dos preços nos acessos à habitação, só com nova habitação poderemos executar a Estratégia Local de Habitação e dar resposta a milhares de jovens e famílias de classe média, no acesso a uma habitação digna a custos comportáveis.

Temos hoje um Município liderado por um executivo comunista fechado em si mesmo, com dificuldades no diálogo com a oposição, principalmente com o maior partido da oposição, o Partido Socialista, não reconhecendo erros e lavando as mãos de todas e quaisquer responsabilidades pelos evidentes problemas que afetam o concelho e que geram um enorme descontentamento da população.

A apresentação do próximo Orçamento Municipal para 2025, que será discutido já no próximo mês de novembro, o Partido Socialista como sempre fez, irá de forma responsável apresentar medidas e projetos a serem incluídas no Orçamento.

Cá estaremos para ver qual o posicionamento e disponibilidade da CDU perante as nossas propostas apresentadas.

Confesso que não tenho grandes expectativas, de resto já são conhecidas as preferências alaranjadas deste executivo avermelhado.

Concluindo, a falta de projeto e visão de futuro para o nosso concelho, ao qual também não é alheio a forma acomodada e resignada com que a CDU nos brinda com a ausência de novas respostas aos novos e velhos problemas da cidade, são o espelho de um executivo comunista apático, que governa Setúbal à deriva, com as múltiplas demissões nos executivos e assembleias de freguesia de eleitos da CDU, antevendo o inevitável adeus em 2025.

Por tudo isto, entendemos, que Setúbal, 50 anos depois de Abril, merece mesmo muito mais e melhor..., pois existe muito de Abril por cumprir neste município, que é capital de distrito, e para isso os próximos anos não podem continuar a ser governados com a mesma mentalidade e ideologia, nem pelos mesmos protagonistas dos últimos 23 anos. Porque como dizia Albert Einstein *“continuar a fazer a mesma coisa e esperar resultados diferentes, é insanidade”*.

Acabou o tempo de marcar passo, de decorar o município com naperons ou cortinas recauchutadas, chegou o momento de afirmar um concelho moderno, na vanguarda das melhores práticas tecnológicas e ambientais, preservando o nosso património natural e cultural, valorizando a nossa identidade, que nos tornam únicos na região e no panorama nacional e internacional.

De uma vez por todas, a Setúbal Capital do Futuro, que Abril abriu, tem de se afirmar no contexto regional, nacional e internacional, e tornar-se realidade já a partir de 2025, pela força da democracia, com uma mudança que traga mais investimento, que crie emprego, mais diálogo, mais coragem reformista, mais visão e ambição, mais competência, mais progresso e futuro e menos conservadorismo e passado.

Essa mudança só é possível de ser protagonizada com e pelo Partido Socialista, a única força política em Setúbal capaz de afirmar um novo rumo, com um novo impulso e liderar uma alternativa credível no concelho e na região.

Que todos os setubalenses e azeitonenses, *“Sejam a mudança que desejam ver no mundo.”*, como dizia Mahatma Gandhi.

Chegou a hora de Setúbal mudar!

Viva Setúbal!

Simão Calixto (CDU) – Nos últimos 23 anos, a CDU transformou Setúbal, com projetos e obras concretizadas por autarcas dedicados e pelos trabalhadores do município e das juntas de freguesia.

Esta cidade e este concelho tornaram-se uma referência, onde é um orgulho viver e trabalhar, fruto de um esforço coletivo.

A transformação que ocorreu na cidade e no concelho contou com o empenho de dirigentes associativos, trabalhadores, empresários e moradores, que acreditaram e acreditam na capacidade da CDU para melhorar Setúbal. Juntos, contribuíram para o desenvolvimento equilibrado e sustentável da cidade, elevando a qualidade de vida e reforçando a confiança no futuro do concelho.

Setúbal é hoje um concelho mais atrativo, com mais investimento e emprego.

Transformação mais profunda, porque contamos com as populações para fazer parte deste projeto, ouvir para que Setúbal seja o concelho dos seus habitantes e não de outros.

As iniciativas “Ouvir a População, Construir o Futuro” e “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, e o apoio ao movimento associativo, demonstram o compromisso dos executivos CDU, com um município participado. São programas que aproximam os eleitos das populações, promovendo visitas às freguesias, bairros e instituições para ouvir as necessidades dos munícipes.

A ação da CDU é visível em projetos essenciais como o regresso da gestão da água e saneamento à esfera pública, que marca profundamente este mandato, a reabilitação de habitações municipais e a devolução e qualificação do Parque de Merendas da Comenda. A CDU também foi responsável pela conclusão das obras do Convento de Jesus, cuja inauguração está marcada para 30 de novembro.

Temos, também, concluída a revisão do Plano Diretor Municipal, estando a aguardar a retificação do governo, passamos a dispor de um instrumento de gestão territorial importantíssimo para o desenvolvimento do nosso concelho.

Também as juntas de freguesia beneficiaram com a transferência de mais de dez milhões de euros, aumentando a sua capacidade de intervenção e resolvendo os problemas mais próximos.

A responsabilidade da CDU nos órgãos municipais e nas freguesias faz-se também pela defesa e valorização dos serviços públicos, na saúde, na educação, nos transportes e no ambiente.

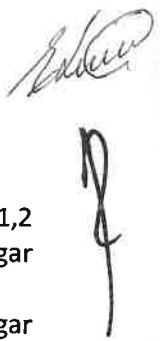
Hoje, não podemos falar do estado do município sem referir que o grave aumento do custo de vida, a insistência em políticas de baixos salários, a preferência pelo assistencialismo e a propagação da precariedade atingem as populações do concelho, ou a dificuldade no acesso à habitação - ao mesmo tempo que se verificam acumulações de lucros obscenos por parte dos grandes grupos económicos e financeiros, designadamente, nas áreas dos combustíveis, das energias, da grande distribuição e da banca. É neste âmbito, de aumento generalizado dos preços que também atinge o município, com os preços das empreitadas, das matérias-primas, da energia e dos combustíveis a aumentar, em que o PS continua a tentar retirar receitas ao município, beneficiando uma minoria, mas prejudicando a maioria, dificultando a prestação do serviço público, a promoção do investimento autárquico e o apoio a camadas mais desfavorecidas.

Aliás, já que falamos em finanças municipais, e sem querer desenterrar as, já famosas, consequências da gestão à PS, não podemos deixar de destacar os seguintes aspetos:

- Ao contrário do que é feito crer, o Município já vinha a promover uma descida progressiva e sustentável da taxa de IMI;
- Para a realização de investimentos, têm continuado a ser aproveitados todos os apoios possíveis, nomeadamente, de fundos estruturais e comunitários, como aliás se vê pelos apoios captados do PRR, colocando Setúbal em 3º lugar a nível nacional, com mais projetos aprovados, apenas atrás de Oeiras e de Lisboa;
- Para o sucesso desta política, muito tem contribuído a colaboração e participação das freguesias e o envolvimento do movimento associativo e da população em geral;
- Este Executivo, que tomou posse no final de 2021, reafirma a orientação de investir e garantir a qualidade dos serviços que presta à população e estamos certos de que irá conseguir, apesar das dificuldades financeiras a que está sujeito, provocadas, internamente, pela imposição de descida irresponsável de receitas (IMI, IRS) e externamente, pela inflação, iniciada antes da pandemia, e que ainda não parou.

É neste quadro que afirmamos que cá estaremos para superar as dificuldades e resolver problemas, protestando quando temos que justamente protestar, e dialogando sempre.

E ainda seremos capazes de continuar a substituir-nos aos que, fazendo grandiosas declarações de amor a Setúbal, apenas a desprezam, a esquecem na Assembleia da República e a maltratam.



Posto isto, não posso deixar de dizer o seguinte: O governo tem de pagar o que deve! Tem de pagar o 1,2 milhões que deve aos setubalenses e que foram investidos no Centro de Saúde de Azeitão; e tem de pagar os já quase 4 milhões de euros que deve, fruto da transferência de competências na educação.

Não podemos aceitar que o governo se comprometa, no caso do Centro de Saúde de Azeitão, em pagar uma parte das obras e depois fazer-se de esquecido.

Não podemos aceitar que o governo transfira para cima dos municípios um conjunto de competências e depois não seja capaz de transferir sequer a verba que se destina ao pagamento por inteiro dos salários dos trabalhadores não docentes e os respetivos subsídios de férias e de Natal.

O município tem competências próprias a que tem de dar resposta, e não desviar dinheiro para aquilo em que o estado central não quer assumir, mas que faz imensa falta aos setubalenses.

Certamente ninguém se esquecerá dos responsáveis por estas decisões a nível central, que foi o Partido Socialista e agora o governo do PSD com o CDS que não querem resolver.

E já que estamos em matéria de investimentos do estado central, para quando as obras de requalificação da EN 379 em Vendas de Azeitão? Para quando a requalificação da EN 10 no troço Aldeia Grande – Alto das Necessidades? Para quando o acesso alternativo a Praias do Sado a partir da EN 10-8? Entre tantas outras que poderia mencionar.

Ou ainda referindo-me a áreas degradadas pelo abandono a que foram votadas por vários governos, como acontece, por exemplo, com o Serviço Nacional de Saúde, vítima da política de direita de sucessivos governos que desinvestiram e desvalorizaram carreiras, abrindo portas ao negócio da doença e que é hoje, infelizmente, bem visível em Setúbal, com milhares sem médico de família, com serviços a encerrarem por falta de meios humanos, com o Centro Hospitalar sem condições de prestar os cuidados médicos, com Centros de Saúde incapazes de dar resposta às necessidades.

Não podemos deixar de fazer a seguinte pergunta: O que tem o governo, a dizer às mães e aos pais que não sabem se terão urgência para os seus filhos? Ou às grávidas que se têm de deslocar para outros concelhos para que os seus filhos possam nascer num hospital? O que se exige é fixar e respeitar profissionais, valorizar os seus salários, criar um regime atrativo de exclusividade, contratar outros profissionais em falta e não loas em jornais quando todos sabemos que não se nasce em Setúbal, quando mais nascer em segurança.

Sim, o desafio é grande, mas à semelhança do sucedido noutros momentos, é com as populações, o movimento associativo e os trabalhadores (permitam-nos aqui destacar e saudar, em particular, os das autarquias locais do concelho) que iremos superar todas as dificuldades e continuar Setúbal.

No domínio do ambiente, não podemos deixar de assinalar, que na gestão de resíduos, continuamos a subsidiar os lucros da Mota-Engil – dona da AMARSUL, em prejuízo da recolha de resíduos da sua responsabilidade no nosso concelho, com danos na higiene urbana e no espaço público. Urge reverter esta privatização e colocar o sistema multimunicipal de resíduos ao serviço das populações e não do lucro. De destacar que ainda assim, a Câmara Municipal, através dos Serviços Municipalizados, já investiu mais de 2 milhões de euros em meios humanos e materiais, para garantir uma eficaz recolha de resíduos urbanos indiferenciados e monos, em medidas como as que se tomaram em Azeitão durante o verão, que estão à vista de todos, com mais capacidade de recolha e intervenção, e acima de tudo um espaço público mais limpo e agradável.

No âmbito da mobilidade, não deixaremos, de junto da Alsa-Todi exigir o cumprimento do serviço e de efetuar as melhorias necessárias, e no plano metropolitano de nos debater pela progressiva gratuitidade dos transportes públicos, bem como da extensão da ligação ferroviária de Lisboa a Praias do Sado A, bem como do seu reforço com mais comboios e horários afirmando, também, em Setúbal, uma visão de uma cidade para todos, mais sustentável e liberta da pressão do veículo individual.

A captação de novos investimentos geradores de emprego e a afirmação de Setúbal como centralidade no plano regional e nacional, continuam a ser objetivos para os quais se desenvolve uma atividade concreta de valorização e promoção do concelho.

Neste mandato, perante a confirmação do fracasso das políticas liberais de habitação, o município, aproveitando fundos disponíveis, nomeadamente os do PRR, definiu uma estratégia e prepara-se para uma intervenção visando resolver graves carências e promover o acesso à habitação condigna a todos, estando neste momento, mais de 70 milhões de euros de investimento em curso nesta área.



Exige-se também resposta a esta dramática situação pondo os lucros da banca a suportar o aumento das taxas de juro e enfrentando os interesses especulativos.

Na educação, o Município de Setúbal – cidade educadora, continuará o seu compromisso na defesa e construção da escola pública, ficando o início deste ano letivo já marcado pela procura de supressão de inúmeras falhas e carências tornadas visíveis no processo de transferência de competências em curso.

Aqui uma nova pergunta salta à vista: O que tem o governo a dizer aos estudantes e pais do concelho, que não têm professor devido aos mais de 60 horários que continuam por preencher no nosso território?

O que se exige é criar condições para valorizar a carreira docente, investir na Escola Pública e garantir as condições necessárias a um ensino de qualidade. O que se exige do governo, é que reconheçam e invertam o processo de transferência de competências na educação para os municípios.

No domínio da cultura e do desporto, continuaremos apostados na diversificação e na democratização do acesso à criação artística e à prática desportiva, bem como na criação de novos públicos, afirmando o concelho como um território eclético, apostado na formação integral dos indivíduos.

Não podia deixar de destacar o aprovado Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Cultura e o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do desporto, que está em discussão pública e que para isto vêm contribuir.

Ao longo dos mandatos da CDU, o movimento associativo desportivo e cultural sabe que conta com o município para, sem pressões de cariz partidário, apoiar o desenvolvimento da sua atividade. Por todo o concelho, criam-se espaços, constroem-se sedes e campos, e que neste momento, são mais de 30 coletividades que beneficiam de apoio municipal para a manutenção ou construção das suas sedes.

Os jovens do concelho de Setúbal e as suas diversificadas formas de associativismo, sabem que continuam a ter espaço no município para serem ouvidos e participarem na vida coletiva, sem que tal tenha como condição prévia e necessária um registo e a adoção de uma determinada forma legal. A CDU não deixará de afirmar os espaços de participação onde cabem todos e onde a participação é real.

Os jovens do concelho sabem que é com a CDU que contam para combater as políticas de precariedade, de baixos salários ou de elitização do ensino.

A CDU, no Município de Setúbal, continuará a estar junto das populações, promovendo a sua participação real na identificação e resolução de problemas, ao lado delas, os eleitos da CDU, entre muitas outras coisas, continuarão a debater-se pelo usufruto do Parque de Merendas da Comenda e dos caminhos e usufrutos ancestrais do Parque Natural da Arrábida, por um serviço de transportes públicos que sirva realmente as necessidades, por um Centro Hospitalar de Setúbal capaz de cumprir a sua missão, por uma travessia fluvial para Troia que não constitua uma barreira.

Temos muito para fazer, temos um programa para cumprir, Setúbal exige de nós um compromisso sério e empenhado com o futuro e com a concretização da visão que submetemos a sufrágio eleitoral.

Ao contrário de quem braceja muito, mas não apresenta ideias, nem soluções, ao contrário de quem muito pragueja, mas não reconhece erros e promove políticas de empobrecimento deste concelho e das suas gentes, a CDU, que nunca deixou Setúbal e as suas gentes, irá continuar a levar avante a concretização de um projeto de transformação profunda do concelho, visando o seu desenvolvimento em harmonia com o património cultural e ambiental existente. Iremos Continuar Setúbal.

Presidente da Mesa – Está concluída a ronda ordenada das intervenções, mas vejo que chegou agora o senhor deputado José Carlos Ferreira do CHEGA, pergunto se pretende fazer a intervenção da primeira ronda? Não...

Então, Sr. Presidente da Câmara, feita esta ronda quer dar respostas às questões que tenham sido colocadas? Faça favor.

Presidente da Câmara – Desta vez, Sr. Presidente, enquanto em outras iniciativas normalmente os senhores deputados e as senhoras deputadas colocam questões diretas sobre problemas concretos, desta vez, na maioria das intervenções, uns falaram daquilo que gostavam que acontecesse, outros de um passado que já lá vai longe e que acho que ninguém quer de volta.

Estou-me a referir, neste caso em particular, ao Partido Socialista que faz uma intervenção que se situa, na sua grande maioria, em coisas do passado. Nós percebemos, aliás, que há aí nas ruas alguns cartazes ou outdoors que remontam muito para um passado, para qualquer coisa que é de outro tempo, e o Partido Socialista vive um pouco disto.

Depois ainda agrava mais, porque veio dizer que a Câmara Municipal não foi capaz de pôr em prática as candidaturas que o governo do Partido Socialista promoveu no que diz respeito ao PRR. Julgo que os senhores deputados do Partido Socialista estão um pouco desatualizados na informação que corre por aí e o que eu posso dizer é que nós lamentamos que o Partido Socialista com a responsabilidade eleitoral que lhe foi dada que continue com esta visão de um passado que é retornar esta cidade e os objetivos de futuro voltado para o passado, acho que isso é qualquer coisa que, naturalmente, consideramos pouco adequado para quem tem uma responsabilidade de olhar para o futuro. E quando se quer olhar para o futuro não se vem sem nenhuma proposta a apresentar, zero. Foi isto que nós ouvimos da intervenção do Partido Socialista. Tenho a certeza de que o Partido Socialista terá propostas para apresentar, mas até agora não as vimos, nem nos outdoors que apresenta nas ruas, nem aqui nesta intervenção. Digo eu, que poderia ser uma oportunidade para o Partido Socialista fazer aqui algumas propostas ou chamar a atenção para algumas coisas que a CDU não está a fazer bem. Porque nós consideramos que não fazemos tudo bem, consideramos que há muitas coisas que não correm bem como nós tínhamos projetado e acho que era uma intervenção positiva.

Então, nós não podemos estar à espera de ter um diálogo aprofundado e construtivo com o Partido Socialista quando as intervenções que têm vão exatamente numa visão do passado, uma visão passadista e depois quanto ao futuro não apresentam nada e ainda se refugiam naquilo que são as responsabilidades que o governo do Partido Socialista teve, neste caso concreto, relativamente ao PRR.

A Câmara Municipal de Setúbal não conseguiu mais candidaturas aprovadas relativamente ao PRR, porque o Partido Socialista encontrou um modelo de aprovação das candidaturas que deixou montes de projetos sem aprovação. É isto que está em causa. Nós podemos depois falar caso a caso, situação concreta a situação concreta. Quero-vos dizer que, na próxima reunião de Câmara, vão todas as propostas de requalificação que ainda faltavam ir e que estão aprovadas com fundos do PRR.

Também estamos à espera que o atual governo encontre a solução financeira para que se cumpra integralmente o projeto que a CDU tem de intervenção na área da habitação no concelho de Setúbal, ou seja, construir os cerca de 500 novos fogos, cujos projetos foram entregues atempadamente e que aguardamos a sua aprovação. Falta agora, porque se acabou os dinheiros do PRR, que são outras opções do outro governo, e, para além disso, também se acabou o prazo, como todos bem sabemos. Por isso, houve aqui uma falha significativa do governo do Partido Socialista ao não viabilizar todos os projetos e candidaturas que tinham maturidade suficiente para poder avançar e para que essas obras pudessem vir a ser concretizadas no prazo que está estabelecido desde o início do PRR. Por isso, se há aqui responsabilidades a assumir nesta matéria, é exatamente do governo do Partido Socialista.

Esperemos agora, como já disse, que este governo consiga negociar, o mais rapidamente possível, com o Banco Europeu de Investimento, é esse o compromisso das reuniões que temos tido, no sentido de encontrar uma solução de financiamento para esta construção. Também consideramos que, no que diz respeito à Câmara Municipal sobre o compromisso que assumiu, foi o de construir cerca de 500 fogos e no sentido de termos à disposição das populações com a renda apoiada. Ao contrário o IHRU, naturalmente o Instituto do Estado central e gerido pelo Governo, compromete-se com 900 novos fogos com renda assistida, são coisas diferentes. A Câmara Municipal assume as suas responsabilidades, só esperemos é que sejam criadas as condições para que estes investimentos possam ser feitos para completar tudo aquilo que são os compromissos que assumimos na Estratégia Local de Habitação.

Temos de falar de forma séria, concreta, clara sobre as coisas e não voltarmos para o passado ou para um futuro imaginário de que estamos um pouco afastados, na nossa perspetiva. Isto relativamente às questões da habitação. Também não vi nenhum dos senhores deputados a referir-se aos grandes projetos e às obras que estão em desenvolvimento, cujos empréstimos foram aprovados na Câmara Municipal e nesta Assembleia e que estão a decorrer todos os processos, designadamente o visto do Tribunal de Contas para que esses grandes investimentos na área da educação, na área da saúde, na área do desporto e na cultura possam vir a ser implementados.

A administração é assim e, portanto, nós temos de elaborar projetos, temos de desenvolver todos os procedimentos que são necessários no quadro legal e depois aguardar que as entidades competentes também se pronunciem no quadro legal sobre as matérias e só a partir dessa altura é que a Câmara Municipal poderá desenvolver aquilo que lhe cabe. Tudo o que precisa de visto do Tribunal de Contas está nesta situação, tudo o que não está dependente do Tribunal de Contas são processos que estão em desenvolvimento e foi desses que eu aqui falei.

Os senhores deputados não quiseram falar sobre isso, sobre a realidade deste concelho, falaram de outras coisas, de outras preocupações, é legítimo, mas sobre estes factos e daquilo que se está a passar, das opções que nós temos de tomar relativamente aos investimentos, os senhores não quiseram falar. É isso que posso concluir das intervenções que os senhores fizeram.

Há apenas duas ou três questões concretas que foram colocadas e que eu irei responder com muito gosto. Relativamente ao que o senhor deputado da Iniciativa Liberal colocou aqui sobre a segurança referindo aqui os dados da segurança do ano 2023, o ano de 2023 já passou senhores deputados, nós estamos preocupados com 2024 e os dados de 2024 que nós conhecemos são um pouco diferentes dos dados de 2023, felizmente. Não é que nós estejamos satisfeitos com a situação da segurança ou da insegurança, agora é preciso que quando tratamos dos assuntos os tratemos com os dados que estão disponíveis.

Já agora dizer, senhor deputado, que relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, se o senhor ler a Lei e o Regulamento concluirá que os relatórios e os pareceres do Conselho Municipal de Segurança só existem se forem solicitados. Por isso, o que o Conselho Municipal de Segurança faz é no âmbito de todos os que participam, um leque alargado, incluindo as forças de segurança, onde cada um dá as suas informações, fazem as perguntas que entendem e quando houver alguma matéria que considerem que deva ser aprofundada o Conselho dá as orientações no sentido de se fazer o aprofundamento dessa matéria. Até agora, isso não aconteceu e essa questão já foi levantada aqui em outras reuniões da Assembleia Municipal e é por isso que eu também estou a falar dela que é para ficar claro, porque já tive a necessidade exatamente de a colocar no Conselho Municipal de Segurança para que não houvesse dúvidas nenhuma sobre isso.

Quando houver alguma matéria que ao Conselho Municipal de Segurança lhe seja solicitado, depois de apreciar esse pedido, entender que sobre a matéria deve fazer um aprofundamento ou elaborar um parecer ou um relatório, naturalmente que o fará, é só uma questão de lhe serem colocadas as questões para que essa decisão possa ser tomada.

No que diz respeito à questão das cheias na Praça do Bocage e na estrada de Santo Ovídio, as cheias na Praça do Bocage irão continuar quando se conjugarem um conjunto de fatores meteorológicos, e isto significa que as infraestruturas estão a funcionar, é que a água quando levanta a maré viva ela entra nas canalizações e sai para fora nas partes mais baixas. Relativamente à estrada de Santo Ovídio, o que aconteceu, pelo menos para mim que já estou aqui há uns bons anos na Câmara Municipal, nunca vi aquilo acontecer, isto significa que temos de estar mais preocupados, não basta estar só preocupados é preciso fazer mais alguma coisa. As alterações climáticas têm estas consequências, os estudos apontam nesse sentido e nós temos é de procurar interpretar e pôr em prática medidas para o que esses estudos apontam. É o que estamos a fazer também no Município de Setúbal como na última sessão pública de discussão do Plano de Ação Climática Municipal, que estava em discussão pública e terminou hoje, isso é que são medidas, iniciativas, projetos com os quais nós temos depois a responsabilidade quando o plano voltar à Câmara e depois à Assembleia Municipal e, a partir daí, todos assumirmos essa responsabilidade de implementar as medidas que estão propostas naquele plano no sentido de termos uma intervenção adequada neste domínio das alterações climáticas. Naturalmente, que são questões de grande importância, de grande significado, mas que também devem ser avaliadas com a devida ponderação.

Vou seguindo aqui as questões e o senhor deputado colocou questões concretas, outros deputados não o fizeram e, por isso, quanto às obras da Escola 2, 3 de Azeitão, na sua intervenção ficou um pouco a ideia de que a responsabilidade é da Câmara Municipal, isso é que eu não posso aceitar e é preciso esclarecer.

A Câmara Municipal, por força da lei, recebeu no dia um de abril de 2022 esta responsabilidade da transferência de competências na área da educação e a partir daí já estava identificado um conjunto de escolas que eram para transferir para os municípios, a nível nacional, quinhentas e tal escolas, quase 600 escolas, que estavam definidas como de intervenção prioritária.

No Município de Setúbal estão 4 dessas escolas identificadas como de intervenção prioritária. A Escola 2, 3 Barbosa do Bocage, a Escola Secundária do Bocage, a Escola 2,3 de Aranjuez e a Escola 2, 3 de Azeitão, foram identificadas pelo próprio ministério como escolas de intervenção prioritária e quando foram transferidas para a Câmara Municipal, ela procurou identificar, ver o estado, etc., para desenvolver os procedimentos adequados para essa tal requalificação.

Deparou-se logo, à partida, com uma situação que, creio, ser uma situação inédita, não havia nem plantas, nem projetos para entregar à Câmara Municipal daquelas escolas. Esse é um primeiro problema e um problema grave. Nós procuramos saber como é que íamos ultrapassar esta situação e uma das possibilidades era mandarmos elaborar projetos de arquitetura e projetos de especialidade para ir de encontro àquilo que estava estabelecido a nível nacional, mas o custo da elaboração desses projetos rondava alguns milhões de euros. A Câmara Municipal não podia avançar para a elaboração ou a contratação de empresas da especialidade para a elaboração dos projetos, nesse valor, sem saber primeiro se uma entidade que tinha de se pronunciar sobre a matéria estaria de acordo com as propostas que nós tínhamos para apresentar. E por isso, decidimos que os nossos técnicos fizessem o levantamento das escolas e elaborassem estudos prévios, os quais foram feitos pelos nossos e dirigimo-nos à Direção-geral de Estabelecimentos de Ensino para que se pronunciasse sobre as nossas propostas. Quais são as nossas propostas? As nossas propostas são, requalificação e ampliação da Escola de Aranguêz, requalificação e ampliação da Escola Secundária do Bocage, a construção nova da Escola 2, 3 Barbosa do Bocage e construção nova da Escola 2, 3 de Azeitão.

Depois de muitas reuniões com os técnicos da Direção-geral, vieram a ser aprovadas as nossas propostas e decidimos, então, avançar para a elaboração dos projetos, mas estamos sem garantia de financiamento para estas escolas. E essa garantia de financiamento tem de ser dada pelo governo, foi assim que ficou estabelecido e é isso que nós esperamos e também já tomamos as nossas diligências para saber como é que isto vai ser financiado. O que nos foi dito é que está a ser negociado um empréstimo para o efeito. Não tem prazo, mas esperamos que isso venha a acontecer e, naturalmente, serão desencadeados os processos para a elaboração dos projetos e, quando tivermos essa identificação das condições para apresentarmos as candidaturas, fá-lo-emos, mas temos preocupações extremamente grandes relativamente a esta situação.

A Câmara Municipal já está a intervir nestas escolas para garantir o mínimo de condições para elas funcionarem. Se hoje não sabemos como é que vai ser o financiamento, quando soubermos iremos apresentar as candidaturas e esperemos que sejam aprovadas e depois lançaremos os concursos. Os concursos para cada uma destas escolas levam um ano, um ano e tal a desenvolver-se, depois a obra levará 2 ou 3 anos a desenvolver-se, estamos a falar de 5 a 6 anos para cada uma destas escolas. O que pergunto é: como é que aquelas crianças e todos os trabalhadores daquelas escolas vão viver com o estado de degradação crescente em que aquelas escolas se encontram? Ninguém se preocupa com isso, senhor deputado, só nós que estamos aqui ao lado e naturalmente quem trabalha lá e os pais das crianças, os encarregados de educação. Isto é que é lamentável e é importante que isto fique registado, porque é a forma como a administração está a tratar os assuntos de maior gravidade e de maior urgência e tomar decisões sobre estas matérias.

Também o senhor deputado do Bloco de Esquerda falou aqui sobre as questões dos Centros de Saúde e do Hospital. Este executivo municipal e também com a participação dos executivos das Câmaras de Sesimbra e de Palmela, temos dado provas suficientes para chamar a atenção para o estado da saúde nestes territórios. Como sabemos, estes três territórios estão sobre a influência ou da capacidade de resposta do Hospital de Setúbal, portanto, nós temos tomado várias iniciativas envolvendo as comissões de utentes, envolvendo os profissionais e os autarcas das freguesias e dos municípios, chamando a atenção para a degradação das condições de serviço naquele hospital desde há vários anos e que tanto no governo anterior como no atual, no nosso entendimento, não há nenhuma medida que vá no sentido de alterar a situação que nós encontramos há alguns anos e que a avaliação que fazemos é que ela tem vindo a degradar-se. Diria mesmo, a degradar-se todos os dias.

Já agora dizer que assumimos a responsabilidade pelo Ministério da Saúde de participar na construção de três Centros de Saúde em Setúbal, sabendo, e nós assumimos isso, de que não temos responsabilidades na área da saúde.

Presidente da Mesa – Senhor Presidente, permita-me chamá-lo à atenção que apenas restam 5 minutos para terminar o seu tempo de intervenção. Tem de gerir o tempo, porque ainda vai haver uma ronda de intervenções.

Presidente da Câmara – Peço desculpa, mas não terei percebido bem o regulamento, é deste tempo que depois há de ser tirado a intervenção final?

Presidente da Mesa – Eu expliquei no início da sessão que o total de minutos era gerido por cada bancada e pelo Sr. Presidente, ao longo do tempo tem de ser feita a gestão da distribuição do tempo total. Se houver cedência de alguma bancada, da CDU ou de outra, e não houver objeções...

Presidente da Câmara – Peço desculpa, pensei que depois haveria um tempo para a intervenção final. Termina já.

Só para dizer que nós participamos neste processo da construção dos Centros de Saúde, porque consideramos, e temos defendido sempre isso, que sem novos Centros de Saúde em Setúbal para servir as populações não há urgências a funcionar e, por isso é que nós nos envolvemos neste compromisso. Há um Centro de Saúde que já foi entregue e não foram lá colocados os profissionais para dar resposta, temos em construção um outro Centro de Saúde e não avançamos ainda para o terceiro Centro de Saúde, porque cada Centro de Saúde é uma dívida que fica para o município e é preciso esclarecer estas questões.

Ilídio Ferreira (PS) – Vou procurar ir ao encontro do apelo do Sr. Presidente, para falarmos de questões concretas sobre a realidade do concelho. Vou naturalmente, como deve calcular, falar daquelas que, no nosso entender, não correm bem, porque para falar das que correm bem já o seu senhor falou e a sua bancada e por isso é que nós somos oposição.

De facto, não tem corrido bem durante este ano, estamos a apreciar, digamos, um ano de trabalho deste executivo. A primeira de que falo é sobre a Herdade da Comenda, relativamente há um ano, tudo está na mesma ou antes está pior, o proprietário continua a fazer o que bem entende e os poderes públicos demonstram total incapacidade para fazer cumprir as leis.

Exige-se da Câmara Municipal, bem como dos organismos do Estado, uma posição mais firme e eficaz, embora alguns processos estejam na fase de procedimentos administrativos e de ações em tribunal, temos dúvidas quanto à forma como a Câmara trata com maior ou menor celeridade os processos. Temos dúvidas por razões fundadas, quando, no âmbito do trabalho da Comissão Eventual, consultámos os processos verificámos muitas perdas de tempo e atrasos por deficiente funcionamento da Câmara. Verificámos casos de processos parados durante meses, tendo havido mesmo processo de contraordenação que esteve parado muitos meses por falta de instrutor do processo.

Na resposta da Câmara a um requerimento meu, que levou 9 meses a responder, diz que em relação aos caminhos públicos que o proprietário da Comenda cortou, que a questão está em análise jurídica. Passados dois anos sobre os factos está em análise jurídica? E agora, ainda está em análise jurídica? Esta posição diverge totalmente da posição assumida por anteriores executivos em relação a uma situação idêntica ocorrida, que foi o caminho de acesso à Igreja de São Pedro de Alcube, em que a autarquia seguiu com processos para tribunal e acabou por ganhar o processo no Supremo Tribunal. Era isso que se esperava desta Câmara Municipal que tivesse uma atitude idêntica para com as ações que o proprietário levou a cabo e é isso que esperamos que venha a acontecer, que a Câmara recorra a tribunal para fazer com que a lei seja cumprida.

Pensamos que a razão essencial, é que para a Câmara o que parece importante tratar é apenas o Parque das Merendas, já disse isto várias vezes, nunca ouvi o Sr. Presidente falar de outras questões da Comenda que não o Parque de Merendas, o que é errado em meu entender. O diferendo quanto ao Parque de Merendas é sobre a propriedade do terreno, é uma questão de direito privado. Já as ilegalidades cometidas pelo proprietário, violando o POPNA e as leis urbanísticas, são crimes à luz da legislação vigente e um grande desrespeito pelas entidades públicas.

Infelizmente, não temos visto da parte de entidades públicas, em que incluímos a Câmara Municipal, uma resposta adequada que conduza ao fim das ilegalidades e à reposição da legalidade.

Segunda questão, que não está a correr bem em nosso entender, são as políticas e ações desenvolvidas pela Câmara na área da mobilidade, que têm sido na grande maioria um fracasso. Olhamos para o Plano de Mobilidade Sustentável de Transportes de Setúbal, aprovado por unanimidade em 2018, e que a Câmara tem definido como um instrumento que estabelece a estratégia de intervenção do município em matéria de acessibilidades, transportes e gestão de mobilidade e comparamos com o que tem sido feito.

Relativamente à rede ciclável, a rede de vias cicláveis parou e algumas estão mais degradadas. A iniciativa de introdução de bicicletas elétricas partilhadas, bem como trotinetes elétricas partilhadas foi o fracasso que se conhece, também não correu bem.

Quanto aos transportes públicos, a Câmara pouco tem feito na parte que lhe compete, quanto à melhoria dos transportes públicos, o Terminal da Várzea aberto em fevereiro de 2021, continua sem ter o mínimo de condições para os utentes. O Interface das Fontainhas consta de todos os documentos sobre mobilidade, mas não passa de intenção.

Em relação ao plano de circulação rede rodoviária, as infraestruturas estruturantes vão passando de plano em plano e nada. O PDM recentemente aprovado, empurra os investimentos em infraestruturas estruturantes como a conclusão da circular externa de Setúbal e a construção da circular interna de Setúbal para daqui a 7 ou 8 anos, veja-se a prioridade que a Câmara dá a estas obras estruturantes.

Os estrangulamentos nas entradas e saídas da cidade são cada vez maiores, mas não se vê qualquer iniciativa para resolver esses problemas, pelo contrário, a aprovação de mais superfícies comerciais e equipamentos cria, cada vez mais, bloqueios e dificuldades.

Finalmente, no que respeita ao estacionamento, contrariando o Plano de Mobilidade e Transportes que defendia a implementação de estacionamento tarifado em zonas muito limitadas da cidade, zonas comerciais e junto às interfaces de transporte, a CDU decidiu contratar estacionamento tarifário em toda a zona central da cidade, criando o caos no estacionamento e degradando a imagem urbana da cidade.

Pelo que se vê, o executivo não tem vontade efetiva para alterar a situação e quem parece pôr e dispor a seu bel-prazer é o concessionário, aplica coimas a viaturas estacionadas fora dos lugares marcados, qual PSP, deduz aos valores a entregar à Câmara o que bem entende sem qualquer justificação, está em incumprimento do contrato quanto à obra do Anexo 9 e ao parque de estacionamento no subsolo, diz que não paga as coimas aplicadas pela Câmara por incumprimento de contrato, etc., etc. E a Câmara o que faz? Vem alterar unilateralmente o contrato no que respeita ao Anexo 9, ao parque no subsolo, o que foi uma grande ajuda para o concessionário. Anda há 2 anos a dizer que está a negociar ou a conversar com o concessionário, mas se assim é ainda nada conseguiu.

Recentemente, já este mês, e a 3 anos após o início do contrato, veio criar uma comissão de avaliação da execução do contrato. Só agora o executivo verificou que o concessionário não está a cumprir o contrato, porque não criou essa comissão bem mais cedo?

Se a este cenário juntarmos o que se passa com as estradas em mau estado, os passeios, as calçadas muito degradadas, passeadeiras que não oferecem segurança, não poderíamos ter um cenário pior que este e não poderíamos ter mais obras que falham do que aquelas que apontámos aqui.

João Santos (PSD) – A educação é um pilar estruturante de uma comunidade, e a autarquia deve pugnar por uma política educativa eficaz, que sirva convenientemente os seus munícipes. A decisão política autárquica deste concelho, não é pautada por um discernimento lúcido de utilização dos diferentes atores educativos, que garantam o direcionamento eficaz das políticas educativas em prol dos seus principais utilizadores. A descentralização de competências, para as autarquias, parece ter resultado numa certa desorganização.

É notório uma confusão nas competências atribuídas.

Setúbal, enfrenta uma grave carência de professores e assistentes operacionais, que compromete a prestação de um serviço educativo de qualidade.

Segundo, o Conselho Municipal de Educação de Setúbal, o ano letivo 2024/2025, regista os níveis mais baixos de recursos humanos dos últimos anos.

A falta destes profissionais compromete a prestação do serviço educativo, como exemplo ilustrativo, refira-se, o fecho do ensino noturno na Escola Secundária Sebastião da Gama, durante uma semana, devido à falta de assistentes operacionais necessários, para assegurar o funcionamento dos serviços.

A Senhora Vice-Presidente, da Câmara Municipal de Setúbal, Dra. Carla Guerreiro, expressou uma opinião de concordância com esta realidade da falta de professores e pessoal não docente nas escolas.

As escolas do concelho, encontram-se em vários casos numa situação decadente, como já foi referido aqui anteriormente. No sentido de melhorar o setor da Educação, propomos as seguintes medidas, oferta educativa e formativa, alargamento e requalificação de equipamentos de rede de equipamentos sociais, bem como respostas sociais nas áreas da infância, para que o Município, consiga dar resposta a todas as crianças, integração do nível secundário na oferta educativa em Azeitão.

Nas infraestruturas, melhorar a rede pública de estabelecimentos escolares, certificar a qualidade da conectividade da rede alargada de educação e das infraestruturas digitais e equipamentos tecnológicos à comunidade educativa.

Nas parcerias, propiciar uma lógica de educação ambiental permanente ao longo da vida, em espaço de educação formal e não formal.

Estabelecer parcerias para a dinamização de um programa generalizado de prevenção do insucesso escolar até ao ensino secundário.

Reforçar a ligação entre a educação e o mercado de trabalho, promovendo oportunidades e parcerias, reforçar o ensino profissional, na vertente prática e na componente tecnológica. Proporcionar percursos escolares com permeabilidade e flexibilidade com condições de mobilidade e transição ao mercado de trabalho.

Articular com os estabelecimentos de ensino superior profissional a dinamização da oferta educativa.

Concluimos, constatando que o Município, está longe de oferecer aos munícipes, um serviço educativo de qualidade, da nossa parte, PSD, tudo faremos para ajudar a Autarquia, a alcançar esse nobre objetivo.

Flávio Lança (IL) – Relativamente à resposta que foi dada pelo Sr. Presidente da Câmara, sobre o Conselho Municipal de Segurança, eu acho que, e estou em crer, que a minha interpretação daquilo que leio do Regulamento, é a mais correta, e não consegui perceber esta explicação do senhor Presidente, porque, se nós olharmos para o Regulamento, no artigo 3, são claros os objetivos do Concelho, *“contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança, formular propostas de solução, aprovar pareceres e solicitações e avaliar os números da sinistralidade”*, isto são os objetivos, mais à frente, no ponto 6, em que indica as competências do Conselho, é muito claro o que diz, *“para prossecução dos objetivos previstos compete ao Conselho, dar pareceres...”* e explica quais são as matérias, portanto, o Conselho, deveria dar pareceres, e ainda nesse artigo, no ponto 3, diz, *“os pareceres referidos no n.º 1 são apreciados, pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, com o conhecimento das forças de segurança com competências no Município”*, e é essa a minha questão, senhor Presidente, parece-me pelas suas palavras, que nós não estamos numa situação de segurança ótima, que há temas por resolver, eu não consigo entender, porque é que nunca chegou a esta Assembleia Municipal, desde 2021, nenhum parecer, dando nota de qual é a situação de segurança em Setúbal, foi esta a minha questão concreta.

Vitor Rosa (BE) – O Sr. Presidente da Câmara, na sua primeira intervenção, faz um conjunto de opiniões, falamos assim, sobre o papel da oposição, ou seja, o Sr. Presidente, contrapõe à sua falta de capacidade de intervenção e inércia, que a culpa é dos outros, como se o lugar e ação da oposição seja de mera submissão às decisões políticas de uma maioria relativa, pensando que ainda está em maioria absoluta.

O Sr. Presidente continua com a mesma retórica de justificação dos seus erros e dos executivos que o antecederam, que não consegue fazer mais por culpa da oposição, e eu dou aqui três exemplos.

O que impede o executivo de ser mais acutilante face à Seven Properties, atual proprietária da Herdade da Comenda e todos os processos decorrentes daquilo que a Seven Properties, faz relativamente à propriedade da Herdade da Comenda?

O que é que impede o executivo de ter uma posição clara sobre a questão da refinaria do lítio?

O que impede o executivo, por exemplo, não conseguir, passados estes anos todos, apresentar um projeto concreto para a Praça de Touros Carlos Relvas?

O Sr. Presidente e a maioria relativa que o acompanha, continua a não ser capaz de enfrentar e lidar com a realidade que essa maioria relativa representa.

Por força dessa negação da nova realidade, que não entende, que não é acusando a oposição que resolve as necessidades da população do concelho.

Assim, para quem diz na comunicação social que vivemos um período de ouro, afinal se calhar não vivemos esse período.

Vivemos sim, ou vive o executivo, a alegoria da caverna de Platão, porque ao viver no seu interior da sua visão política, pensa que o que vê é a realidade.

Mas não é, o executivo vê apenas a sua própria sombra. Viver assim, ou vive assim, pensa assim, porque não conhece outro mundo.

Quem sai a perder são os munícipes do concelho.

É preciso novas políticas e novas apostas para o concelho, para a cidade de Setúbal.

Maria João Palma (PS) – O Partido Socialista, nesta sessão de Assembleia Municipal, reitera, que entende que a perda de maioria absoluta da CDU, facto, já aqui referido hoje, também pelo senhor Presidente, foi um fator determinante, para que importantes conquistas fossem alcançadas neste mandato e que há anos estavam vedadas aos setubalenses e azeitonenses, reféns de um executivo, para quem a maioria foi sinónimo de teimosia e poder absolutos, que tentou transformar este Município, na “Casa da Maria”. Já aqui dissemos, por exemplo, que a transmissão online das reuniões de Câmara, das sessões de Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia, são uma conquista que reforça a transparência e o escrutínio democrático dos eleitores, sobre o executivo e sobre os trabalhos destes órgãos municipais. Ainda assim, aproveitamos esta oportunidade, para o relembrar, senhor presidente e o seu executivo, que é para nós claro que o papel da oposição, não se resume, conforme dito por si há pouco, simplesmente, a opor-se ao executivo e às suas decisões, essa não é de longe, a postura do Partido Socialista.

Pelo contrário, o Partido Socialista, enquanto oposição, exerce igualmente e efetivamente uma função de representação de interesses e aspirações de eleitores setubalenses e azeitonenses, que lhe confiaram o seu voto, de preparação e deliberação de projetos, de controlo e fiscalização do executivo, e, inclusive, uma função tribuniária, isto é, de porta-voz das aspirações de grupos e ideias, que estão sistematicamente excluídos das soluções vigentes.

Não obstante o papel indispensável da oposição, para a prática institucional democrática, em Setúbal, onde o executivo do Município é liderado pela mesma força política há mais de 20 anos, continua a haver manifestamente uma falta de cultura e de espírito democráticos, já aqui referidos por outros, nesta Assembleia Municipal, onde o pluralismo político-partidário e comunicacional, não é bem-vindo, e onde as naturais divergências de opinião são sempre interpretadas como clivagens insanáveis por via do diálogo e negociação, encontrando-se o seu papel formal bastante debilitado e em casos mais extremos, tem-nos inclusive, conduzido à descredibilização da política e dos políticos.

Reforço uma vez mais, que a bancada do Partido Socialista, esperava mais, que este executivo criasse melhores condições para o diálogo, cooperação e construção de consensos, sobre determinadas matérias de superior interesse para a nossa comunidade.

Com efeito, em Setúbal, a relação cordial entre executivo e oposição, tem-se revelado particularmente difícil ao nível do funcionamento da democracia local, acabando por gerar algumas situações de abuso de poder, que se traduzem no desrespeito pela oposição e pelos seus direitos, nomeadamente, expresso, na falta de respostas às questões colocadas diretamente ao executivo, falta de feedback relativamente aos requerimentos e solicitações das bancadas e das comissões, recusa de articulação e análise das várias recomendações e propostas apresentadas, etc..

Por tudo isto, aproveitamos esta oportunidade a título de balanço negativo, apresentando esta reflexão, porque nos permite que se levantem questões normativas relevantes sobre a organização e funcionamento da nossa democracia local, além disso, permite identificar um conjunto de práticas negativas nos órgãos autárquicos, que demonstram desrespeito e negligência, na aplicação da lei que institui o estado de direito de oposição.

Essa situação resulta na transformação dos direitos, em meras cortesias, concedidas por aqueles que detêm o poder, algo que não podemos obviamente continuar a aceitar.

Luís de Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – A minha intervenção vai-se pautar por uma pequena resenha, e é tão pequena, porque temos tanto para falar acerca do cumprimento das nossas tarefas autárquicas, na Junta de Freguesia de São Sebastião, no nosso território.

Podíamos, tão, e somente fazer aqui uma resenha dos últimos três anos, como das últimas quase duas décadas.

É um trabalho de continuidade ao longo das últimas duas décadas, um trabalho feito com grande qualidade, com grande confiança.

Por quem tem depositado a confiança em nós, e quem não tem depositado a confiança em nós, sabe com toda a certeza, que o nosso executivo, eleito da CDU, sabe que a nossa população da freguesia de São Sebastião, pode contar connosco, vão continuar connosco e hão de continuar sempre a contar connosco, eleitos na nossa freguesia de São Sebastião.

A minha intervenção, senhor Presidente, vai-se pautar por três ou quatro temas, qualidade do território, transferência de competências da Câmara Municipal, para a Junta de Freguesia de São Sebastião, atividades relacionadas com o “Espaço Maioridade”, com os nossos seniores, na nossa freguesia e também atividades culturais e coesão do tecido social.

Ao nível da transferência de competências, tem revelado aquilo que se manifesta como uma real garantia de proximidade e de qualidade na resposta dada às nossas competências, nomeadamente, na área das escolas, do ensino, no que diz respeito à manutenção das 12 escolas e de alguns jardins de infância, mas que são importantes na nossa freguesia de São Sebastião.

São muitas, mas mesmo muitas escolas, mais de uma dezena de escolas e também dos espaços verdes, mas, por exemplo, na manutenção das escolas efetuamos ao abrigo do protocolo de transferência de competências, muita manutenção preventiva, além das tarefas que são mantidas diariamente, dia após dia, e, às vezes 6 dias, por semana, em todas estas nossas escolas.

Temos uma equipa alocada de 2 trabalhadores, tão, e somente, destinada para estas tarefas de manutenção diária, das nossas escolas do 1.º ciclo do ensino básico e jardins de infância, e também alguma manutenção reparativa que temos feito ao longo dos últimos três anos.

Três anos, que foram de trabalho intenso, para além dos últimos praticamente, 20 anos. Podemos falar de reparações que não são pequenas, que vão muito além daquelas que estão protocoladas, desde reparação de coberturas, de fachadas de edifícios, de manutenção de logradouros, de substituição, reparação e requalificação de bibliotecas.

Sim, reparação e requalificação de bibliotecas, não estamos só a falar de pinturas, simples pinturas, tão singelas quanto importantes, de paredes de bibliotecas e de salas de aula, como também de substituição integral destes mesmos pavimentos das bibliotecas, que estavam francamente obsoletos e que comprometiam, também aqui, o conforto e a qualidade de trabalho e do ensino de aprendizagem para os nossos alunos, para os nossos professores e trabalhadores das escolas da nossa freguesia.

É claro que, estas tarefas são amplamente ansiadas, são feitas com um planeamento muito, mas, mesmo muito rigoroso, muito criterioso, e que planeamos, por exemplo, por altura dos primeiros 3 meses de cada ano civil, as tarefas de maior monta, nas nossas escolas do 1.º ciclo do ensino básico e também dos jardins de infância.

Por exemplo, durante uma paragem, podemos fazer uma pequena ou grande reparação, ou substituição de uma cobertura de um edifício do 1º ciclo do ensino básico, grandes intervenções ao nível da recuperação de fachadas, impermeabilização de salas de aula, substituição de pavimentos, recuperação de pavimentos de escolas do plano centenário, porque queremos garantir, a traça original de grande parte dos edifícios, do nosso edifício centenário das escolas do 1.º ciclo, que tem o soalho em madeira, praticamente original e que nos últimos anos, temo-nos dado ao luxo depois de intervenções repartidas, dar-mo-nos ao luxo de fazer tarefas de intervenção e de manutenção.

Ao nível dos espaços verdes, no contexto da transferência de competências, ficámos com quase a plenitude de todos os espaços verdes da nossa freguesia de São Sebastião, um pequeno apontamento, ou outro, de um jardim e de um parque verde, que é considerado pela Câmara Municipal, como estruturante,

se precisarem do nosso apoio têm-no e hão de continuar a ter, assim, como já tiveram pontualmente, como é óbvio, mas desta forma conseguimos garantir, muitas das vezes com recurso a administração direta, com os nossos trabalhadores, com as nossas equipas de jardinagem, e algumas das vezes, também com recurso a prestação de serviços.

Queremos garantir e continuar a garantir o melhor funcionamento e o melhor aspeto estético dos nossos espaços verdes e das nossas placas verdes.

De referir aqui, que não estamos a falar, para não confundir a população, que ao nível de podas e abate de árvores é uma competência que não é da Junta de Freguesia, e julgo também, que não será das outras Juntas de Freguesia, isto, falando aqui, por exemplo, da transferência de competências.

Na coesão do tecido social, nós, apesar de não termos, não temos e felizmente, não temos, as Juntas de Freguesia, competências descentralizadas ou transferidas na ação social, não comprometendo, o rigor orçamental e contabilístico da nossa Junta de Freguesia, primamos por esse rigor, e sem comprometer as nossas tarefas diárias, quer seja, do ponto de vista administrativo, quer seja, do ponto de vista da resposta da qualidade do território a nível do setor operativo, nós pautamos, por este ano mais uma vez, pelo 2.º ano consecutivo do nosso mandato, continuar a acompanhar com mais umas largas de dezenas de milhares de euros de apoio às famílias, no contexto, com recurso ao apoio das Instituições Particulares de Solidariedade Social e com resposta às famílias.

No ano civil passado, no ano económico passado, apoiámos 7 IPSS, na nossa Freguesia, com 10 mil euros cada IPSS, no valor total no ano passado de 70 mil euros, e este ano também já fizemos essa abordagem com as IPSS, para da mesma forma, com o mesmo apoio, continuarmos a apoiar as famílias, com recurso a quem mais consegue identificar essa necessidade, junto da população que mais necessita, e infelizmente, detetámos que cada vez existe mais essa necessidade, de acompanhar as famílias de uma forma muito mais próxima.

E já agora, também, não me querendo adiantar, daí também termos efetuado uma contratação para o mapa de pessoal, da Junta de Freguesia, de uma Assistente Social, que, apesar de não termos necessidade imperativa de a termos, quisemos garantir que este apoio, e que esta ponte, fosse feita por um profissional especializado, na área do serviço social.

Foi enquadrada no mapa de pessoal, há mais ou menos 3 semanas, e já agora, uma mulher, e uma mulher, que foi admitida em pleno estado de gestação, com 8 meses de gestação, com que nós nos orgulhamos muito, mas mesmo muito, e até nem é da nossa cidade, não é do nosso concelho e vem de fora, portanto, não é nossa conhecida e mesmo que fosse, seria recebida com toda a certeza por qualquer uma das nossas autarquias de braços abertos.

De referir aqui, que nos pautamos igualmente por esta sensibilidade, idoneidade, honestidade e também seriedade no recrutamento/seleção, como em todas as tarefas que nos caracterizam.

Ao nível por exemplo, da coesão do tecido social, ao nível dos bairros, temos intensificado a nossa relação de trabalho com os moradores, têm sido promovidas reuniões com os moradores dos bairros, promovidas em parceria com a Câmara Municipal, no contexto do Programa “Ouvir a População, Construir o Futuro”, ainda ontem, mais ou menos por esta hora, estávamos reunidos, com largas dezenas de moradores do Bairro da Azeda, Azeda de baixo, Azeda de cima, Vale de Mulatas, Urbanização Jardins de Santiago, onde conseguimos reunir, apresentar sugestões de intervenção no território, e também garantir que colhemos os melhores contributos dos próprios moradores, que residem no território, de modo a darem a sua opinião e fazerem um ponto de situação com o nosso Executivo, com a Câmara Municipal, com os Serviços Municipalizados e os técnicos da Câmara Municipal.

Ao nível da qualidade do território, nos últimos anos, e também mercê da transferência de competências da Câmara Municipal, para as Juntas de Freguesia, neste caso, São Sebastião, fizemos um reforço e temos vindo a fazer, além do 1.º ano em que foi um ano de instalação, como é normal, de instalarmos esta transferência de competências, com a acomodação de algumas dezenas de trabalhadores, aproximadamente duas dezenas de trabalhadores, principalmente do setor operativo, exclusivamente do setor operativo, acompanhados também de algumas máquinas, algumas ferramentas e também do envelope financeiro que nós consideramos adequado, e que foi muito bem negociado e entendido por ambas as partes, como sendo a melhor resposta para garantir a melhor qualidade do território.

Reforçámos o mapa de pessoal com a contratação de alguns trabalhadores, para reforçar o mapa de pessoal do setor operativo, adquirimos algumas viaturas para reforçar o trabalho e as tarefas do setor operativo.

Ao nível da qualidade do território, refira-se aqui que, neste mandato depois dos primeiros 2 anos de trabalho intenso de planeamento e de discussão, em parceria com a Câmara Municipal, e com os moradores, fizemos requalificações e intervenções com os contributos técnicos da Câmara Municipal, com as nossas sugestões, envolvendo os moradores, podemos referir aqui, por exemplo, a Rua dos Atoleiros, no Bairro do Monte Belo Sul, que foi finalmente, requalificada, não podemos dizer requalificada, porque ela nunca foi qualificada, ela estava era totalmente por tocar, por assim dizer, onde foi dotada de infraestruturas de drenagem de águas pluviais, caldeiras para receberem árvores adaptadas ao espaço urbano.

Estas sim adaptadas ao espaço urbano!

Não são aquelas árvores de grande porte, que não são adaptadas ao espaço urbano, mas sim a florestas, como por exemplo, temos a espécie, que são os Choupous, e que infelizmente tem grandes e graves dificuldades para se adaptarem.

Adaptarem, não! São seres vivos, e adaptam-se onde estão!

Mas, por exemplo, receberam árvores nesta rua, iluminação artificial que não existia, zona pedonal totalmente regularizada, é uma zona, que em vez de ser inóspita de céu aberto, totalmente descampada, já tem uma zona regularizada pedonal e com bolsas de estacionamento para estacionar veículos automóveis, de uma forma ordenada.

Podíamos falar também aqui, que o ano passado por esta altura, mais ou menos por esta altura, mais de metade da Avenida Soeiro Pereira Gomes e da Rua Serra da Arrábida, no Bairro da Terroa, onde a Junta de Freguesia, por sua conta própria, e também com o apoio da Câmara Municipal, e o envolvimento dos moradores, foi feita a requalificação desta zona pedonal, integralmente ansiada também por estes moradores, onde a zona era totalmente desqualificada, umas zonas estavam delimitadas por lancis, umas tinham terra batida, outras tinham calçada, outros tinham bocados de pavet, outras tinham pedras soltas coladas com um pouco de argamassa, portanto, era uma panóplia de miscelânea, onde com toda a certeza, nós não nos revimos naquela forma, com toda a certeza.

Estamos a fazer neste momento intervenções ao nível da Rua da Camarinha, com também um grande envolvimento dos moradores e comerciantes daquela zona da Camarinha, diga-se também, resultante de reuniões intensas de trabalho, com grupos de trabalho, de moradores e de uma assembleia de moradores, com o apoio da Câmara Municipal, integrada no Projeto “Ouvir a População, Construir o Futuro”, além da Rua dos Atoleiros, da Avenida Soeiro Pereira Gomes, da Rua da Camarinha, podemos falar também, da Praceta Joaquina Guerreiro, um projeto também amplamente ansiado há mais de 40 anos, naquela zona, uma zona, totalmente desqualificada que precisa, finalmente, de um olhar também atento, que já teve, já temos projetos, já existe também a adjudicação, a consignação, portanto, brevemente existirá um início destas próprias tarefas.

Ao nível da qualidade do território, aumentámos também o mapa de pessoal, com um assistente técnico nos nossos quadros, para garantir a evolução e o melhoramento da qualidade do atendimento ao público. Por exemplo, a Junta de Freguesia, segundo os nossos relatórios, no último trimestre, atendemos ao público na nossa secretaria, mais de 3 mil utentes, 3 mil fregueses, 3 mil serviços, que foram prestados na área de secretaria, da nossa Junta de Freguesia.

É um esforço enorme, que os nossos trabalhadores e trabalhadoras fazem, para garantir esta resposta.

Ao nível do “Espaço MaiorIDADE”, quanto aos nossos seniores, temos um olhar muito, mas mesmo muito querido e são acompanhados dia após dia, semana após semana, mês após mês, e por isso o nosso projeto, que é o Espaço MaiorIDADE”, é único e exclusivamente dedicado aos nossos seniores, que têm vindo a ser aprimorado, com atividades tão diversificadas, quanto ecléticas, ao nível do seu planeamento anual.

Temos uma oficina de partilha completamente cheia, nas nossas instalações no Auditório Germano Santos Madeira, com mais de duas dezenas e meia de participantes, três vezes por semana, temos um Grupo de Dança de 55+, em parceria com o Grupo Oridanza, aqui da nossa cidade.

No nosso Auditório Bocage, temos um Grupo de Teatro Sénior, que todas as semanas, 2 ou 3 vezes por semana ensaia, no nosso Auditório Bocage, e que, já apresentou, no contexto das Comemorações do Mês do Idoso, um pequeno Sketch, da sua Peça final, a apresentar atempadamente.

Também temos o nosso Grupo de Natação, com uma parceria fundamental para diversificar as nossas atividades, com a Câmara Municipal.

Temos o nosso Grupo de Flautas, o nosso Coro de São Sebastião, o nosso Grupo de Caminhadas, enfim, é uma panóplia de atividades, em que os nossos seniores, sinceramente merecem todo o melhor do nosso mundo, e já agora, porque quem já deu uma grande parte de si na sua vida ativa, é sempre pouco aquilo que nós possamos fazer ao nível dos nossos idosos.

Estas são atividades ecléticas que são de inscrição gratuita e, por exemplo, no Mês do Idoso, nas Comemorações do Mês do Idoso, temos efetuado neste mês, só neste mês, por exemplo, seis passeios, com destino às Caldas da Rainha, com visita a museu, sempre gratuito, e também com passagem por Óbidos, à vinda, portanto, são passeios gratuitos com largas centenas de participantes, sempre, felizmente cheios, a lista de espera foi curta, conseguimos encurtá-la com um aumento do número de passeios.

Além de outras atividades, durante este mês temos, oficinas de olaria, ateliers de pintura, oficinas de moldagem de papel com origamis, cozinha vegetariana, uma série de atividades.

Ao nível das atividades culturais, na nossa freguesia, temo-nos pautado por reforçar e intensificar o nosso trabalho com o movimento associativo, desportivo e cultural, da nossa freguesia, onde a nossa joia da coroa, sem desprimor para todas as outras atividades culturais, a nossa Festanima, que o ano passado, teve a sua 20.ª Edição, que poderia ter sido a 22.ª, não fosse termos fechado ao mundo por alturas de 2020 e 2021, infelizmente.

Ao nível das atividades culturais, a nossa colónia de férias para as nossas crianças e jovens, na última edição, no último Verão de 2024, largas dezenas de crianças tiveram oportunidade de frequentar, em parceria com o movimento associativo, desportivo e cultural, da nossa freguesia, e também envolvendo os nossos equipamentos culturais, do nosso município e da nossa cidade, que muitos deles infelizmente não conhecem, porque alguns dos pais, algumas das famílias, ou também desconhecem, ou, infelizmente, nas nossas escolas não há oportunidade para conhecer estes equipamentos, que ao longo dos últimos anos tem sido reabilitados e alguns deles criados de raiz.

Podemos falar também, de um programa muito eclético, que são as atividades desportivas do “São Sebastião Mexe Comigo”, em que envolve o “São Sebastião Cup”, organizado com o movimento associativo, com os Ídolos da Praça, o “Torneio de Ténis de Mesa Adaptado São Sebastião”, o “Passeio Ciclo Turístico”, também com o movimento associativo, e o Grande Prémio de Ciclismo Juvenil de São Sebastião”, com a sua 1.ª Edição, em 2023, e terá com toda a certeza, a sua 2.ª Edição este ano.

Para finalizar, a nossa também particular atenção, de termos batizado o nosso autocarro novo, para conseguirmos continuar a dar resposta às nossas coletividades, às nossas associações, e também às nossas escolas primárias, secundárias e jardins de infância, da nossa freguesia.

De realçar, a conclusão da nova Sede da nossa Junta de Freguesia, que vem com toda a certeza dar ainda mais dignidade, a quem lá trabalha, a quem nos procura, e que com toda a certeza garante uma muito melhor qualidade da nossa resposta.

Faço aqui também uma breve passagem, de em 2023, por meados de setembro de 2023, promovemos também a inauguração da Delegação de São Domingos, onde conseguimos descentralizar a nossa resposta e o nosso contacto com a população, na zona do Bairro de São Domingos, Palhais, Aranguês, Areias e zonas envolventes.

Mário Aranha (PS) – A situação do nosso município não é nada famosa. E não, isto não é uma conversa típica de certa política de oposição em que tudo está mal e do bota-abaixo, isto são as evidências do nosso dia a dia.

São as dezenas de posts nas redes sociais com as mais variadas situações de abandono e de desleixo. São as queixas dos cidadãos nas suas conversas nos cafés ou na rua.

São as dezenas de solicitações de reuniões com o Partido Socialista, por parte do tecido associativo, clubes e empresas, para darem conta das mesmas dificuldades que enfrentam, a extrema burocracia municipal, a

falta de apoios, os atrasos de meses e anos nos pagamentos, e principalmente a tremenda ausência de investimentos municipais e privados, isto não são opiniões, isto são constatações.

A grande marca da Gestão CDU, o legado que nos deixam, é o legado do retrocesso e do atraso.

Até 2021, tínhamos a versão botox da decadência com Maria das Dores Meira, a partir dessa data, temos a mesma equipa, mas numa versão marxista-leninista, infelizmente todos com os mesmos tristes resultados. O Instituto Nacional de Estatística, corrobora de forma inequívoca a perda de dinâmica económica e a falta de atratividade do nosso concelho.

Em 2000, Setúbal, era o 14.º concelho do país, com maior criação de riqueza per capita, no último ano em que este estudo foi feito, em 2021, passamos para 23.º.

Eu vou repetir os números, em 2000, Setúbal, era o 14.º concelho do país, com maior criação de riqueza per capita, em 2021 somos o 23.º.

Por mais argumentos, por mais foguetório, gatos de 14.000 euros, visitas sumptuárias ao Japão e regabofe com cartões de crédito, está aqui o resultado nu e cru, Setúbal, está a ficar para trás face ao resto do país.

A falta de uma estratégia de desenvolvimento reflete-se também nos rendimentos dos setubalenses, em 2017, as famílias de Setúbal, estavam em 18.º lugar a nível nacional, em termos de IRS bruto declarado, em 2022, já tínhamos descido para 21.º.

Mesmo a nível turístico, apesar das dezenas de milhões de euros gastos em propaganda e viagens, os resultados são pouco menos que dececionantes.

Um concelho com um potencial como o nosso, estamos num ridículo 134.º, ou seja, estamos no número 134 a nível nacional, no número de dormidas por 100 habitantes.

Repito, 134.º lugar, número 134!

Somos uma quase não existência no mercado turístico nacional!

É este o estado do nosso município, aqui são números, não há subjetividade!

O PS, vem denunciado e apresentado soluções que permitam inverter esta tendência descendente. Isso só se consegue com um grande incremento do investimento municipal em todo o tipo de infraestruturas, como sejam, parques empresariais, vias de comunicação, desburocratização e simplificação dos processos de investimento em análise na Câmara.

A este propósito, não deixamos de constatar os estrambólicos volumes de intenções de investimento privado, sucessivamente anunciados pelo Sr. Presidente, André Martins.

Investimentos esses que ninguém conhece, incluindo o seu executivo e a bancada da CDU, aqui na Assembleia Municipal.

Lançamos assim Sr. Presidente, isto é, a 5.ª ou 6.ª vez, que lançamos este desafio, e por favor, desta vez, dê-nos uma resposta concreta.

Quais foram os 5 maiores investimentos privados realizados no concelho nestes últimos 3 anos? Quantos novos empregos qualificados foram criados?

Quais os investimentos que já pode anunciar e que vão ser inaugurados até ao final do seu mandato, em termos de iniciativa privada?

E já agora que falamos de investimentos, Sr. Presidente e senhores Vereadores, que investimentos municipais significativos vão ser executados até ao fim do mandato?

Os Setubalenses, querem saber aqui, hoje, já estão fartos de promessas e de evasivas, queremos datas concretas!

A propósito de investimento, a bancada do PS, não deixa de assinalar, eu diria com pesar, a grande oportunidade perdida para o alavancar do desenvolvimento do nosso concelho, o chamado “PRR”. Este plano permite a concretização de investimentos com comparticipação a 100%, ou quase sem dispêndio de verbas para o orçamento municipal.

Portanto os municípios, com visão e capacidade de execução, têm aqui uma irrepetível oportunidade para dinamizarem investimentos.

Abrindo aqui um pequeno parêntese, relembro os três grandes objetivos do “PRR”, a “Resiliência - que visa a recuperação económica e o aumento da capacidade de reação e superação face a crises futuras e aos desafios associados”, a “Transição climática - que visa um melhor e mais sustentável aproveitamento dos recursos, aumento da produção de energias renováveis e a descarbonização da economia e da sociedade”, e por último, a “Transição digital - reformas e investimentos nas áreas da digitalização de

empresas do estado e do fornecimento de competências digitais na educação, saúde, cultura e gestão florestal”, ora, nada disto infelizmente está a acontecer na nossa cidade.

Da análise realizada no Portal da Transparência, constata-se que cerca dos 150 milhões de investimentos aprovados, 124 milhões, ou seja 83% das verbas, estão alocadas apenas para a recuperação das casas nos bairros sociais.

Sobra muito pouco ou nada, para a Transição Climática ou para a Transição Digital.

Esta oportunidade irrepetível de melhorar a competitividade das empresas de Setúbal, para melhorar a eficiência e a descarbonização da Câmara Municipal foi praticamente perdida.

É esta, mais uma marca da Gestão CDU, e este é o estado do nosso concelho!

Quanto à componente de recuperação económica e de reação, limitamo-nos a fazer recuperação de bairros sociais, uma oportunidade de ouro que a CDU, esbanjou, para melhorar tudo o resto.

Uma oportunidade perdida por falta de capacidade, falta de visão e escolhas políticas erradas!

Afinal Sr. Presidente, mesmo com financiamento a 100%, quantas casas novas ou recuperadas vão ser lançadas no mercado para a classe média e para os jovens?

Estamos há 24 anos à espera Sr. Presidente, 24 anos, em que os senhores, com a anterior Presidente, e agora no presente, construíram zero casas! Zero!

E mesmo com financiamento a 100%, não vão ser disponibilizadas casas para a classe média e para os jovens! Outra vez!

Só fazer também aqui mais um parêntesis relativamente a este tema, Vila do Conde, já entregou 42 casas, e estão 79 em construção, das quais 32, vão ser entregues no final do ano. Palmela, em janeiro deste ano, lançou uma oferta pública de aquisição de casas, cerca de 48, para serem recuperadas e postas no mercado a renda acessível.

Almada, já vai em mais de duas ofertas de aquisição. Odemira, investiu 38 milhões de euros, na aquisição de 330 habitações, a construir ou acabadas. Já foram entregues no País, mais de 1700 casas, no âmbito do “PRR”. Em Setúbal, zero.

Concluindo, a CDU, na versão, Maria das Dores Meira, ou a CDU, a solo, conduziram-nos para este mau estado, mas não tem de ser assim, nós não nos conformamos, e principalmente Setúbal, não merece que seja assim.

Temos de nos deixar de retórica do potencial, temos que concretizar as oportunidades e as nossas mais-valias, somos uma terra de gente trabalhadora e lutadora, queremos aumentar a criação de riqueza, se não nos atrapalharem. Os setubalenses, querem criar novas oportunidades, para quem cá vive e também para o resto do País. Isto só é possível com o virar de páginas destes pesarosos 24 anos.

Setúbal, no tempo do fascismo e da fome, foi a 3.ª cidade do País, com a democracia e orçamentos camarários de mais de 135 milhões, acham que o PS Setúbal, se conforma com o 23.º lugar, óbvio que não! O PS, para além de Partido Socialista, também significa Partido de Setúbal, o partido de investimento e desenvolvimento, como se pode ver no extraordinário trabalho de autarcas socialistas, na recuperação das situações de subdesenvolvimento delegados pela CDU, nos concelhos vizinhos do Barreiro, Almada ou Moita.

Setubalenses, contem connosco, para em 2026, estarmos num debate do estado do município, como se fosse um estado do município glorioso, como o sol a refletir no nosso Rio Sado, e não num estado comparável a uma noite de Halloween, em 2024.

Luis Leitão (CDU) – Em primeiro lugar, só um aparte, já se falou aqui de insanidade, e de dizer continuar a fazer sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes, é insano, eu não percebo, é como é que hoje, se aprovou um Orçamento de Estado, que é exatamente igual a outros, e, portanto, acho que deviam estar a falar desse, mas é só um aparte, estamos a falar do estado do município, mas também podemos acrescentar um apontamento, sobre as questões do país.

Relativamente ao estado do Município, gostava de falar das questões dos trabalhadores do Município, ou seja, dos trabalhadores que prestam serviço público a outros trabalhadores, e gostaríamos de destacar o seguinte, no ano de 2024, ou seja, a contratação de trabalhadores, para a área de educação, o que revela que, as transferências de competências para o Município, para além dos meios financeiros, também veio com défice de meios humanos.

Gostaríamos de destacar, a garantia da estabilidade dos vínculos laborais a alguns trabalhadores, que foi possível fazer, através da abertura de procedimentos concursais, dando resposta a problemas de precariedade dos vínculos, e destacar ainda, a mobilidade intercarreiras que foi possível efetuar, motivando desta forma um conjunto largo de trabalhadores, para a prestação do serviço público.

Destacamos ainda e não de somenos importância, a opção do Executivo e do projeto da CDU, pela opção gestonária, medida que garante de forma mais rápida a progressão na carreira, e por consequência, mais dinheiro disponível ao fim do mês, para um conjunto largo de trabalhadores.

Isto, contrastando com as políticas salariais praticadas pelos sucessivos governos!

De realçar, o ajuste da posição remuneratória aos trabalhadores bombeiros que reuniam os requisitos, para que tal fosse possível.

De fazer nota ainda, da adequação de horários de trabalho em situações especiais, de forma que os trabalhadores organizem adequadamente o seu tempo de trabalho, com a sua vida familiar.

Realçar as atividades relacionadas com a segurança e saúde no trabalho, por via de mais auditorias, de modo a monitorizar locais e condições de trabalho.

Ainda neste âmbito, é de realçar, a aposta na melhoria dos serviços de Medicina de Trabalho e de Psicologia, através da contratação de mais uma Psicóloga, tendo resultado prático, num aumento de consultas de medicina no trabalho e psicologia.

Também foi dada especial importância às questões da formação profissional, ao desenvolvimento da carreira de cada trabalhador, recorrendo à figura das mobilidades.

Como forma de criar espírito de equipa e entreajuda, entre serviços, dinamizou-se o “Projeto Somos CMS”, por via do “Encontro Anual de Trabalhadores”, e visitas ao fim de semana a Espaços Municipais, interessante ainda, a dinamização do Grupo de Teatro “EmCena”, que realizou eventos, nas Comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril, e da Festa de Natal, para os filhos de trabalhadores.

Como perspetiva de futuro, para 2025, deve-se continuar a considerar, a realização novamente da opção gestonária, de modo a permitir o aumento de salários e a progressão da carreira e continuar a apostar na formação profissional, valorizando os trabalhadores da autarquia, ao serviço público que eles prestam, e também a área da saúde e segurança no trabalho.

Francisco Cabral (PSD) – Esta intervenção, procura sobretudo tratar o panorama da mobilidade em Setúbal, ou mais corretamente, aquilo que é falta desta mobilidade, da qual padecem os setubalenses.

A falta de mobilidade leve e sustentável, contribui para a degradação drástica da qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Começamos então, por falar dos planos que a Câmara Municipal de Setúbal, tem vindo a desenvolver, mas que infelizmente não cumpre no âmbito da mobilidade.

Alertámos e questionámos através do requerimento, datado de março de 2023, faz cerca de um ano e meio, a fraca execução do Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal, aliás, como já foi aqui também referido por várias bancadas.

A este requerimento, obtivemos respostas insatisfatórias, apenas são mostradas fações dos Planos Intermédios de Motorização da Câmara, como prova de monitorização em contínuo, que a Câmara, supostamente faz. Apesar de agradecidos, pela prestação de informação, apesar da resposta ter chegado fora do prazo, estipulado pela lei, aliás, como tem vindo a ser costume por este Executivo, este não respondeu, de facto, às questões que colocámos, nomeadamente pela óbvia inexistência de relatórios de monitorização disponibilizados para consulta pública.

Estes relatórios, tem como propósito comum, permitir aos munícipes, e também a nós, eleitos locais, acompanhar o trabalho realizado pelo Executivo, bem como, escrutiná-lo como deve ser em bom espírito democrático e necessariamente óbvio, para o acompanhamento de políticas públicas, para a boa prática de governação pública.

O próprio Executivo compreende esse erro, e de realçar que, no Plano de Ação Climática, agora em consulta pública, é referida uma avaliação da implementação do Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal, algo que saudamos e que já há muito pedimos.

E, entenda-se que, não estou a falar de uma visão parcial, fruto de uma corrente ideológica, e, por isso, vamos olhar para factos e medidas concretas no que diz respeito à mobilidade, e, sobretudo mobilidade suave.

Primeiro ponto, no PDM de julho de 2021, dita que se aumente a quota modal de viagens em bicicleta no município de 0,2%, para 3% até 2025, ora, isso não está perto nem longe de acontecer, pois, sem providenciar a oferta de transportes, não se pode esperar que este valor suba milagrosamente.

Podemos observar neste dado técnico, grandes ambições da Câmara, para a mobilidade em Setúbal, no entanto, esta vontade esbarra na sua ineficiência, e falta de capacidade de levar até ao fim, os projetos a que se propõe, necessários para o bom e sustentável financiamento da cidade.

Segundo aspeto, neste mesmo Plano, é suposto construir 43Km de rede ciclável, a ser realizados entre o período 2017 e 2021, dos quais em 2023, soubemos através da resposta a este requerimento, que somente 21Km tinham sido executados.

Para o período de 2021/26, está planeado um adicional de 56Km de rede ciclável, estando a chegar ao fim deste período de 2024, é irrisório imaginar que até 2026 sejam implementados os cerca de 70Km de rede ciclável, propostos no plano.

E, portanto, uma das coisas que eu questiono, é se serão estas as obras que o senhor Presidente, referia que estão a ser executadas e a oposição não vê?

E, mais e pior, esta é a falta de capacidade de executar o que se propõe, e já está hoje a prejudicar a nossa cidade.

Olhe-se, por exemplo, para a questão da zona comercial do Monte Belo Norte, recentemente contemplada com mais comércio pesado, com mais infraestrutura pesada dentro da cidade, aumentando aquilo que é o congestionamento automóvel, e sem planear, nem criar qualquer tipo de infraestrutura de mobilidade, como seja, uma única faixa BUS, com passeios largos e confortáveis para o cidadão.

Aliás, diga-se que, também não há ciclovia, nem sequer espaço para edificar rede ciclável no futuro, como precisamente, também estava previsto no Plano de Mobilidade.

Terceiro aspeto, complementarmente à rede ciclável, é referido também, a importância de implementação de um “Sistema Municipal de Bicicletas Partilhadas”, ou outros veículos de mobilidade leve partilhadas na cidade, ao estilo do que já existe também, através do “Projeto Gira”, em Lisboa.

No Plano, aprovado em sede da Assembleia Municipal, previa que, em 2023, esse tema já estivesse implementado, mas na prática isso não existe, nem poderia, pois para este tipo de sistemas serem implementados, é necessário a existência de uma rede ciclável e ciclovias ligadas, e seguras sobretudo, que sirvam zonas de relevância.

Sem termos um eixo central sólido, não se pode desenhar, nem implementar estes sistemas, que aumentam a oferta de mobilidade suave.

É muito sentida pelos munícipes, ciclovias que liguem a cidade de Setúbal, às suas freguesias periféricas, que liguem a cidade ao IPS e às outras infraestruturas escolares, que liguem a cidade, a meios de transporte de médio e longo curso.

Outro aspeto que defendemos também, que defendo particularmente, uma mobilidade suave com uma oferta real e efetiva, ao contrário do que extraordinariamente sucedido nesta governação comunista, que se entregou a mobilidade suave da cidade, sem qualquer retorno económico, e isso sim, também é preocupante, aos ditos papões privados.

E, não podemos viver neste limbo constante, onde atropelamos a concorrência e terminamos sem qualquer oferta, portanto, ora se ordena e com regras, para precisarmos de ter uma oferta municipal de mobilidade leve, quer seja, com gestão público-privada, mas que traga efetivamente um retorno social e económico à cidade.

E, no fundo, o que eu apenas aqui falei, foi questões de mobilidade leve e não de outras questões de mobilidade igualmente relevantes, mas em que o Executivo, tem falhado em dar resposta, oferta de transportes públicos insuficientes, ausência de faixas Bus, para o que os mesmos se consigam deslocar de forma eficiente, ou sequer eficaz, passadeiras perigosas junto a muitas escolas, estacionamento desregulados ou desordenados.

E, portanto, uma das questões que gostava de deixar ao Executivo, é, para quando uma entidade municipal que pense e gira a mobilidade do Município, como um todo?



Porque o que nós, no fundo aqui pretendemos fazer, é mover pessoas e não carros, e para isso não basta planear, é mesmo de facto, urgente executar e monitorizar.

Afonso Luz (CDU) – Queria também dar aqui o nosso contributo para este debate, fazendo referência à situação financeira da Câmara Municipal.

Relativamente a este assunto, importa dizer que a Comissão de Economia Administração e Finanças, desta Assembleia, teve já oportunidade de apreciar os dados referentes ao 2.º semestre deste ano, assim como o Relatório, produzido pelo Revisor Oficial de Contas.

E que, para além disso, do Relatório de Atividades apresentado pela Câmara e apreciado na última sessão da Assembleia Municipal, em 27 de setembro passado, constava a informação financeira reportada a agosto deste ano.

E a grande conclusão que tiramos desses documentos, é de que, continuam a sentir-se e a agravar-se os ruinosos efeitos da imposição das novas responsabilidades atribuídas ao município pelo governo, e em que a Câmara se depara com a realidade, de ter de gerir património que lhe foi transmitido em elevado grau de degradação, com meios humanos insuficientes, para a prestação de serviços de qualidade, nas áreas em causa, o que tem obrigado à admissão de novos trabalhadores, e tudo isto, sem que lhe sejam transferidos, pelo Governo, os apropriados meios financeiros.

Em simultâneo, a Câmara, vê-se também confrontada com a diminuição de receitas do IMI, imposta pelas taxas aprovadas pela oposição, assim como da Derrama Municipal, salvando-se, aqui, o IMT (Imposto Municipal sobre Transações de Imóveis), que regista, relativamente a 2023, um aumento de mais de 3 milhões de euros.

O que demonstra que, o concelho de Setúbal, ao contrário do que aqui já foi dito, continua, com este Executivo, a ser excepcionalmente atrativo para os investidores privados e para quem deseja aqui viver.

As Contas do Município acabam por refletir todas estas situações.

O aumento de receitas, não acompanha o aumento da despesa, e não permite concretizar, com a rapidez pretendida, alguns dos investimentos colocados no Plano para 2024 e que tão necessários são para o concelho.

Apesar de tudo isto, verificamos que a CDU, na Câmara Municipal, continua a avançar no cumprimento do Programa com que se apresentou às eleições de 2021, e tem conseguido realizar investimento público de valor assinalável na qualificação do território, o que tem tido repercussões na procura, sem precedentes, de Setúbal, para a realização de investimentos privados.

Esses investimentos da Câmara, têm abrangido todas as áreas da sua competência e até algumas da competência do Governo, mas que, por aí, tarde ou nunca se realizariam.

Destes investimentos, uns já concretizados, outros em curso, destacam-se:

- Na área da saúde, o Centro de Saúde de Azeitão e o Centro de Saúde da Bela Vista;
- Na educação, o Centro Escolar Barbosa du Bocage e a Escola do Primeiro Ciclo e Pré-escolar na Quinta da Amizade;
- Na cultura, o auditório cultural em Brejos de Azeitão e a reabilitação da Casa Luísa Todí;
- No desporto, um novo pavilhão desportivo nas Manteigadas e o Campo das Pedreiras do Viso;
- No ambiente, as obras de requalificação do Parque da Várzea, do Parque Verde da Bela Vista e do Parque Verde da Quinta da Amizade;
- Na mobilidade e transportes, as obras na Av. do Ciprestes e na Av. de Moçambique, assim como a renovação da Praça do Brasil, para além dos incentivos à utilização de transportes públicos;
- No movimento associativo, o apoio às diversas atividades e o apoio à construção ou beneficiação de sedes de mais de 30 coletividades;
- Na habitação, a requalificação de centenas de habitações municipais e a adjudicação para a construção de mais de 160 fogos, para venda a custos controlados.

E, como já aqui se falou do PRR, também dizendo que não é uma opinião, mas é um facto reconhecido publicamente, entre outros, pelo Coordenador do próprio Programa PRR, Dr. Dominginhos, Setúbal é o terceiro concelho do país com maior valor de candidaturas apresentadas e aprovadas a este Programa.

Tudo isto só tem sido possível, com a articulação com as Juntas de Freguesia e com o trabalho competente e dedicado dos trabalhadores, quer da Câmara, quer dessas Juntas.

O concelho de Setúbal, continua assim, a percorrer o caminho do desenvolvimento, iniciado pela CDU, há mais de 20 anos e que é reconhecido pela maioria da população.

Quero terminar, dizendo o seguinte, só em abril passado, a Câmara Municipal, acabou de pagar o célebre Empréstimo de Reequilíbrio Financeiro.

Isto é, só no passado mês de abril, é que esta Câmara Municipal, acabou de pagar dívidas herdadas do Partido Socialista, fruto da gestão desastrosa do PS da última vez que por aqui passou.

Duvido que os setubalenses queiram repetir esta receita.

E não pretendam antes, manter na Câmara Municipal, uma gestão competente e rigorosa, depositando o seu voto na CDU, nas próximas Eleições Autárquicas.

Óscar Santos (PS) – Gostaria de dizer que, foi hoje notícia, no jornal ECO, que os municípios de Lisboa, Setúbal e Porto, lideram as reclamações no Portal da Queixa.

No que diz respeito a Setúbal, que é o que nos importa aqui, as queixas correspondem, e pasme-se, a 18% do total das queixas registadas neste Portal.

Ainda há quem diga que a obra é visível e que estamos a melhorar.

Destacam-se as queixas sobre as obras, sobre a falta de limpeza, a recolha do lixo, o estacionamento, os buracos nas ruas, a habitação, e por fim, o ruído.

Ora, como principal partido da oposição, é com profunda insatisfação que trazemos novamente à discussão, a política ambiental e de proteção animal, do atual executivo da CDU.

Este executivo, que assumiu funções com promessas ousadas e compromissos firmes, mas, que a menos de um ano do final do mandato, constatamos que pouco foi concretizado e em áreas que são tão cruciais, para a qualidade de vida de todos nós.

O Partido Socialista, reconhece a urgência de uma mudança do comportamento na gestão de resíduos, alinhada com as metas da União Europeia.

É lamentável que, enquanto o PS, propõe medidas concretas e eficazes, a atividade do atual executivo, no que diz respeito à higiene urbana, à preservação das áreas verdes e ao apoio às políticas de proteção animal, se revela insuficiente, sem ambição, e acima de tudo, desprovida de inovação.

No que diz respeito à higiene urbana e à manutenção do espaço público, é alarmante a questão da higiene urbana, e as queixas dos munícipes, no Portal da Queixa, têm razão de ser. Nós todos temos observado em espaços públicos, ao longo de várias artérias e ruas da cidade, a acumulação de resíduos urbanos por vários dias, a falta de higienização dos contentores e a ineficácia nas ações de sensibilização sobre reciclagem, e o correto descarte de resíduos, são evidentes.

O impacto desse descaso, será refletido na taxação dos resíduos sólidos urbanos que vão para aterro, um problema já aqui debatido várias vezes, mas que o executivo parece ignorar.

Deixo aqui 3 propostas do PS, para a Gestão de Resíduos, já aqui deixadas numa outra Assembleia Municipal.

Em primeiro lugar, "*Ações de Sensibilização Abrangentes e Eficazes*", é urgente explicar aos munícipes, que ao reciclar não estamos apenas a ajudar o ambiente, estamos também a reduzir os resíduos enviados para aterro, e consequentemente a baixar a taxa de resíduos sólidos.

Em segundo, "*Sistemas de Compensação e Penalização*", sugerimos um maior investimento em sistemas PAYT (*Pay As You Throw*) e SAYT (*Sort As You Throw*), promovendo a responsabilidade e a consciência ambiental entre os cidadãos.

Em terceiro, "*Ilhas Ecológicas*", a criação de ilhas ecológicas, com acesso controlado que permitirá uma contabilização precisa dos resíduos, garantindo que apenas os resíduos indiferenciados gerados sejam cobrados.

No que diz respeito à falta de ambição no saneamento e nas zonas verdes, a falta de manutenção e preservação das zonas verdes e o incumprimento dos objetivos de saneamento básico são também preocupantes.

A melhoria na planificação e a promoção de corredores ecológicos, deveria ser uma prioridade para o executivo que, supostamente, se diz comprometido com as questões ambientais.

Além disso, a ausência de uma política clara de comunicação, especialmente nas redes sociais, limita a eficácia das iniciativas de sensibilização, soluções ultrapassadas não têm espaço na era digital em que vivemos, é preciso usar as ferramentas que estão disponíveis hoje em dia, incluindo apps e redes sociais, para envolver a comunidade.

Por fim, é inaceitável que o Plano Municipal de Arborização, ainda não tenha sido elaborado, especialmente quando enfrentamos uma crise climática que exige ações imediatas e decisivas.

É urgente agir!

Em tom de conclusão, queria só dizer, que as propostas do PS, não são apenas necessárias, são essenciais para as metas comunitárias e para promover um ambiente mais sustentável em Setúbal e Azeitão.

É fundamental que este executivo, tão alinhado com as preocupações ecológicas, atue de forma mais eficaz e ambiciosa.

José Ferreira (CH) – A criminalidade no concelho de Setúbal continua a ser uma enorme preocupação e continua a aumentar.

Desde o início do ano, e até aos dias de hoje, foram registados inúmeros assaltos a estabelecimentos, nomeadamente na baixa comercial, e um sem número de contentores do lixo e moloks incendiados, e mais recentemente, algumas viaturas também não escaparam ao vandalismo que tem sido frequente um pouco por todo o país.

Entendemos ser crucial, assim, o reforço do policiamento e a implementação de mais e melhores medidas de persuasão, como, por exemplo, a implementação dos circuitos de videovigilância, que esta bancada sempre defendeu e que foi sempre ignorada, mas que agora, serve também de bandeira eleitoral, para outras forças políticas.

Nas áreas de higiene urbana, continuamos a verificar a falta de lavagem e desinfeção dos contentores RSU, onde em alguns locais é mesmo impossível a passagem junto dos mesmos, devido ao cheiro nauseabundo e intenso que estes possuem. As gares, necessitam urgentemente de intervenção e de requalificação, pois no estado em que se encontram, dificultam não só a quem vai depositar o seu lixo, mas também, principalmente o trabalho dos operacionais que procedem a essa recolha.

Ainda sobre esta área, existe a necessidade de mais e melhor fiscalização, para colmatar a falta de civismo dos munícipes, que não utilizam corretamente os contentores, deixando o lixo no chão e em redor dos mesmos, e uma nota não menos importante, sobre o flagelo do depósito ilegal de entulhos e monos, em locais indevidos e proibidos, em exemplo, as situações como a que todos pudemos assistir, de uma extensa e volumosa deposição de lixo, na zona das Curvas, junto ao Instituto Politécnico, e que foi notícia, até em órgãos de comunicação nacional.

Na área da mobilidade e da segurança rodoviária, detetámos também a necessidade de colocação de mais passadeiras, reforço na pintura de outras e da necessidade da implementação de almofadas redutoras de velocidade, em algumas zonas habitacionais, com o objetivo de forçar os automobilistas a reduzirem a velocidade com que circulam nessas artérias, onde já foram registados, alguns acidentes, muitos deles com alguma gravidade.

O estacionamento abusivo e de qualquer forma, impede também a livre passagem de pessoas com mobilidade reduzida, portadoras de cadeira de rodas e também os carrinhos de bebés, que é um assunto a ter em consideração, e que merece também uma resolução.

Na saúde, os utentes e os próprios profissionais, continuam a aguardar, as intervenções prometidas nas Unidades de Saúde Familiar e que tardam a iniciar-se.

No Hospital de São Bernardo, os consequentes encerramentos dos serviços, continuam a prejudicar a saúde e a vida dos setubalenses, onde é necessário de uma vez por todas, uma intervenção direta, objetiva e com pulso do Município, junto do Ministério da Saúde.

Em relação à Feira de Sant' Iago, ano após ano, tem visto a sua duração a diminuir. O local onde é realizada é discutível, e os mosquitos já fazem parte integrante dos programas.

Um dos maiores e mais antigos eventos a sul do Tejo, não pode ir morrendo de ano para ano.

Os cartazes de artistas têm ganho qualidade, não somos hipócritas, e elogiamos o esforço, mas tudo o resto tem de ser alvo de análise e reflexão.



Para terminar, sublinhar um aspeto que merece toda a nossa atenção e que se prende com o aumento da pobreza e do número de pessoas que recorrem a instituições sociais, para obtenção de bens alimentares e ajuda para o pagamento de despesas mensais.

O número de famílias que necessitam também de habitação social é abismal, estas famílias que não têm possibilidade para alugar a senhorios particulares, devido não só ao valor altíssimo das rendas solicitadas, mas também devido aos fracos rendimentos que recebem, onde muitos têm de escolher se o pouco que auferem, gastam no pagamento da renda, no supermercado ou na farmácia.

É imperativo também, o reforço no apoio social, mas ainda mais importante, é a necessidade de reforçar a fiscalização, que tem de ser apertada, célere e indiscutivelmente mais justa, para que de uma vez por todas se possa combater fortemente a injustiça social, bem como a realização de filtragens sérias e intensas, com o intuito de atribuir habitação a quem realmente precisa, adotando exemplos de outros Municípios, que recentemente aprovaram medidas úteis, para combater essa mesma injustiça social, que beneficia uns e deixa de lado, aqueles que comprovadamente necessitam.

Flávio Lança (IL) – Vou-me dirigir também mais uma vez, ao senhor Presidente da Câmara, que após ter ouvido com toda a atenção aquilo que referiu relativamente às intervenções urgentes nas escolas do concelho, gostaria de deixar aqui algumas notas sobre a nossa posição. Compreendemos que a situação das infraestruturas escolares em Setúbal, é uma questão urgente, e é essencialmente política, embora a Câmara Municipal, alegue limitações de financiamento, a realidade é que, com o modelo atual, a inação perpetua desigualdades, entre os alunos que dependem das escolas públicas, e aqueles com capacidade de pagar por melhores condições.

O Governo tem sem dúvida a responsabilidade de assumir, mas o Município pode e deve avançar com as obras necessárias, ajustando posteriormente as contas com o Estado.

O acesso equitativo à educação é uma prioridade que não pode esperar, estamos convictos de que o Município pode identificar custos de menor relevância e redirecionar esses recursos, para garantir as intervenções urgentes na escola do concelho.

Aproveito também agora este momento, para falar de outro tema que nos assola, que tem a ver com a saúde.

A falta de médicos de família e a sobrecarga dos serviços de urgência, implicam uma redobrada atenção nesta área por parte do Município.

A ausência de nomeação por parte deste Executivo, de um vogal para a Unidade Local de Saúde da Arrábida, limita a capacidade do Município de influenciar a gestão na saúde.

E a questão que aqui coloco é, quando é que o Município pretende ter uma voz ativa na Unidade Local de Saúde da Arrábida?

Quando estão prontos, os Centros de Saúde da Bela Vista, que já referiu aqui que estava em construção, e da Praceta Maria Lamas?

Que acompanhamento está o Município, neste momento a fazer, para garantir que as urgências funcionarão sem interrupções neste Inverno?

Passo ainda para um tema que tem a ver com a limpeza urbana, que tem sido aqui vastamente falado.

Setúbal, no seu potencial turístico, enfrenta deficiências constantes em limpeza urbana e manutenção de espaços públicos.

A falta de casas de banho públicas, em especial na área da Baixa de Setúbal, apesar de não desculpar, contribui para uso indevido da via pública, prejudicando a higiene da cidade.

E eu questiono, se existem planos, para resolver esta situação e sensibilizar a população?

Está prevista a disponibilização de casas de banho públicas no Município?

Quantas casas de banho públicas, neste momento, estão atualmente a funcionar?

Para terminar a minha intervenção, teria aqui mais uma questão relativamente ao Projeto Bairros Comerciais Digitais, que foi anunciado um investimento de 1,3 milhões de euros, é um bom passo para modernizar o comércio, mas existe pouca ou nenhuma informação, e aqui questiono.

Que impactos já foram observados?

Quais os planos para ampliar o impacto no comércio local?

Eunice Pratas (PS) – Passaram 24 anos desde que a CDU governa o município de Setúbal. E embora, hoje, seja Halloween, os factos que trago à vossa atenção não são histórias fictícias para assustar, são casos reais sobre a nossa cidade, capazes de nos deixar verdadeiramente preocupados. Somos um concelho que de acordo com os últimos Censos, conta com cerca de 17 mil jovens dos 18 aos 30 anos.

Porém, as políticas da CDU, mantêm-se presas ao passado, negligenciando os setubalenses desta faixa etária, o que evidencia um desconhecimento preocupante sobre os jovens do nosso concelho, sobre o que ambicionam, quais as suas necessidades e como se relacionam com a cidade.

No programa eleitoral da CDU, para o actual mandato, estavam previstas as seguintes políticas para a juventude, “Apoiar o movimento associativo juvenil”, “Promover a participação juvenil”, “Implementar medidas de apoio à habitação jovem”, “Continuar a organizar o Festival da Liberdade”, “Desenvolver uma política municipal de juventude transversal” e “Dinamizar a Casa do Largo e Pousada de Juventude de Setúbal”.

Além da falta de ambição nas propostas apresentadas, urge uma séria inovação das medidas, para adaptá-las às necessidades atuais dos jovens do nosso concelho.

O que é sintoma, de um Município que se encontra numa estagnação preocupante, e que as políticas direccionadas para estes munícipes, são elaboradas sem uma auscultação séria.

Mas deve ter sido, como o Presidente da Câmara disse na primeira intervenção, uma criação permanente de obstáculos que prestam um mau serviço democrático pela oposição. Ora, ou são obstáculos criados pela oposição, ou apenas são opções de gestão do Município, pela CDU, porque há 24 anos, quem gere este Município, é a CDU.

O Programa Eleitoral de 2021, mencionava ainda a construção de 940 fogos de renda acessível.

Mas, no entanto, disse-nos na primeira intervenção, passo a repetir, “*que foi bloqueado pelo PRR*”, mas a verdade, é que isto foi prometido no vosso programa eleitoral. Ou, não souberam aproveitar as oportunidades dadas pelo PRR, ou como o Sr. Presidente, e talvez esteja a falar das políticas da CDU, quem pretende fazer promoção política e pessoal, não são as bancadas da oposição, mas sim o Executivo municipal. Porque, habitações para arrendamento acessível, construíram zero!

O que é uma resposta nula à crise habitacional que assola o nosso país.

Enquanto municípios como Lisboa, Porto, Braga e Oeiras, implementam programas eficazes de habitação jovem.

O executivo municipal, parece acreditar que o grande desejo dos jovens do nosso concelho, é ainda, a organização do Festival da Liberdade, porque o conservadorismo nas decisões políticas para a juventude do concelho não termina por aqui.

Apesar da presença do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), faltam políticas de cooperação entre o Município e a Instituição. Outros municípios, como Oeiras e Braga, têm programas de parceria com as suas universidades locais, para reter e integrar os jovens qualificados.

Setúbal, poderia seguir esses exemplos e promover, em conjunto com o IPS, iniciativas de fixação de jovens qualificados formados na instituição, através de bolsas de doutoramento ou outros programas de estágios. Devia também criar um programa de atribuição de bolsas de estudo, para jovens carenciados puderem aceder ao ensino superior, suprimindo as desigualdades ainda sentidas no nosso concelho.

Precisamos de programas de formação e de incentivo à emancipação dos jovens do nosso concelho.

O concelho, apresenta disparidades sociais graves e as atuais medidas municipais, apenas reforçam essa desigualdade.

É visível a ausência de medidas de integração para quem reside fora do centro da cidade. É fundamental que o município atenda igualmente às necessidades das freguesias mais afastadas. Estas zonas carecem ainda de infraestruturas básicas, para o desenvolvimento de desporto e comunitário, basta dizer que, atualmente, um jovem que por exemplo queira praticar desporto, e habite nas Pontes, encontra zero opções de infraestruturas no local, que permita praticar desportos, ou mesmo uma volta de bicicleta, nas Freguesias periféricas do concelho, não tem as condições ideais, faltando ainda construir as ciclovias que estavam prometidas no programa eleitoral, mas só agora é que foi pedido o empréstimo para a construção.



Mas de promessas recicladas e reduzidas temos vários exemplos, o prometido, Parque Verde da Quinta da Amizade, que iniciava com uma promessa de 6 hectares, mas agora no vídeo promocional, apresentado pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente da Freguesia, já foi reduzido para 4 hectares.

Resta saber é se ficará realmente concluído no início de 2025, ou vão reciclar ou requalificar esta promessa no programa eleitoral de 2025-2029.

O IMAPARK, um grande polo empresarial também prometido, com um potencial tremendo, devido à sua proximidade com o IPS, poderia ser transformado em possíveis possibilidades, um polo de inovação com apoio a start-ups de jovens empresários, o que incentivaria à retenção de jovens qualificados no nosso concelho, hoje, assemelha-se, atualmente, a uma casa assombrada, segundo o Presidente da Câmara Municipal, *“apenas nos olhos de quem vê”*, eu acho que é visto pelos olhos de toda a gente que ali passa, não é só para quem deseja ver uma casa assombrada e em ruínas.

Sobre o município poder ser o protagonista, para suprimir as desigualdades sentidas no território, nomeio outro exemplo, em Azeitão, há anos, que os alunos anseiam por horários de transportes correspondentes com as suas necessidades escolares, a Câmara, participa agora, nos órgãos de decisão, e ainda hoje, estes jovens aguardam por uma solução viável.

Setúbal precisa de uma visão que vá além de promessas e dos programas repetidos, mandato após mandato, precisa de uma transformação verdadeira, para que cada munícipe, que seja do centro ou das freguesias mais afastadas, tenha as mesmas oportunidades, e participe no Concelho que também é seu.

Chegou o momento de abandonar promessas políticas *“requalificadas”* e *“vazias”*, e comprometermos com políticas que realmente transformem o nosso concelho.

Não podemos mais aceitar que, as potencialidades da nossa juventude, do nosso concelho, sejam negligenciadas.

Recusando que as realidades fáceis de obter por gestão executiva camarária, sejam apenas utopias para nós, os setubalenses, que habitamos neste concelho.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) – Eu poderia enumerar aqui, muitas dezenas ou até centenas de grandes obras, que a Câmara Municipal fez com a gestão CDU. Mas uma das maiores obras que a CDU fez quando chegou a Setúbal, foi mesmo a política de descentralização, para as Freguesias.

E digo isto com grande à-vontade e com uma grande certeza daquilo que estou a dizer, porque o meu 1.º mandato, como Presidente de Junta, foi o último mandato do Partido Socialista, felizmente, o último mandato do Partido Socialista, na Câmara Municipal de Setúbal.

E, quando hoje, toda a vereação da CDU, conhece o concelho na totalidade, nessa altura, foi preciso a Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e a Junta de Freguesia do Sado, criar um Programa na Rádio Voz de Setúbal, que era o Programa *“Longe da Vista”*, para dar a conhecer, aos eleitos que estavam e geriam a Câmara na altura, para perceberem as grandes dificuldades que havia a nível do concelho.

Nós todos podemos falar aqui na limpeza e dizermos que é sempre possível fazer melhor, mas já agora dizer que, nessa altura não havia ninguém a *“fazer”* monos, nem a varrer, na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, era uma freguesia completamente abandonada pelo Município de Setúbal, na altura gerido pelo Partido Socialista.

Em relação, ao estado em que estava a rede viária, no 1.º mandato da CDU, com o Vereador das Obras Municipais, Eusébio Candeias, só nesse mandato, foi necessário fazer 60 ruas, entre pavimentações e repavimentações, mas isto é só em relação ao passado, também se pode falar aqui do desnorte da CDU.

Quem é que aprovou os novos Loteamentos da Quinta da Amizade, Serralheira e Vale Ana Gomes, houve atenção nessas aprovações, de deixar coisas tão básicas, como um espaço para construir uma nova escola, ou a ampliação da Escola do Alto da Guerra, portanto, tudo isso, o Partido Socialista, se esqueceu, até se esqueceu de fazer um passeio, quando aprovou o Loteamento, de ficar um passeio projetado, para que os construtores fizessem a ligação da Escola do Alto da Guerra, aos novos loteamentos, não existia, foi preciso a Junta de freguesia, em parceria com a Câmara Municipal, mais tarde fazer, portanto, uma obra que devia ter sido os promotores dos loteamentos a fazê-la, e assim não foi, teve que ser a Câmara e a Junta de Freguesia.

Mas também, nesses loteamentos, que foram aprovados pelo Partido Socialista, o que é que lá fizeram? Exigiram pelo menos que em cada loteamento, o promotor construísse um parque infantil?

Não! Nada disso foi feito!

Portanto, o Partido Socialista, quando fala aqui, no desnorte da CDU, devia de pensar um bocadinho que não é o melhor exemplo, e, quando eu disse aqui, e quem me está a ouvir sabe perfeitamente, que a Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, não tinha uma pessoa a varrer, nem tinha um espaço verde na Freguesia.

Mas falando agora, muito resumidamente, sobre um conjunto de coisas que tem sido feitas neste mandato, na requalificação dos espaços públicos, a grande intervenção, e isto só é possível derivado à grande obra da CDU, que foi a descentralização para as Freguesias, a requalificação do espaço público, a grande intervenção nos canteiros na Quinta da Serralheira, na Rua do Canavial, junto ao poço, na Rua dos Medronheiros, na Rua dos Ciprestes, na Rua das Mimosas, fizemos 8 canteiros, mais de 3 mil metros quadrados, a requalificação dos 2 lotes, que a Câmara, cedeu à Junta de Freguesia, onde a Junta já começou as obras do Polo Operacional, um processo começado neste mandato.

As obras do Polo Operacional já arrancaram, com uma praceta, com um parque infantil, que vai ser aberto muito brevemente, com um quiosque, que felizmente, já foi adjudicado e o contrato já foi assinado.

No que respeita às reparações da rede viária, no Vale Ana Gomes, que grande parte daquela degradação foi por não haver fiscalização, quando o loteamento foi feito, houve coisas que foram logo mal feitas na origem, por isso, fez-se uma grande intervenção, no Vale Ana Gomes, que também apanhou parte da Quinta da Serralheira, e só ali neste momento, que ainda não está concluída, já se gastou mais de 2 mil toneladas de massas, com todo o outro trabalho que teve de ser feito de regularização de levantamento das tampas, e também assinalar aqui, que grande parte dos estacionamento, também já estão marcados.

A remodelação total do Parque Infantil do Vale Ana Gomes, isto em parceria, com a Câmara Municipal.

Na Quinta da Amizade, a requalificação da Praceta dos Limoeiros, a requalificação do talude junto à escada da ligação da Rua dos Pessegueiros à Rua dos Castanheiros, a requalificação de dois canteiros, junto a essa escada, a requalificação da rotunda da Avenida Quinta da Amizade, com a Rua dos Pessegueiros.

No Parque Verde, obras já realizadas, a requalificação da vala, mais de 150 mil euros pela obra feita pelos Serviços Municipalizados, colocação da iluminação pública em todo o Parque Verde, feita pela Câmara Municipal, cerca de 110 mil euros, a grande intervenção que a Junta está a fazer nesta zona, onde vai ficar o quiosque, já tem o equipamento do parque infantil, portanto, essa área foi assumida pela Junta, com materiais cedidos pela Câmara, e já agora, também foi aqui dito, foi adjudicada no dia 16 de outubro, em sessão pública de câmara, uma empreitada, do Parque Verde com 4 hectares, os 4 hectares, é aquilo que a Câmara vai intervencionar, na totalidade são 6 hectares.

No Poço Mouro, foram repavimentadas todas as pracetas, com pinturas no estacionamento, falta unicamente pintar em frente a algumas garagens.

No Loteamento Terrazzo, fizemos uma vedação para proteção de uma colónia de gatos, portanto, gatos que andavam ali e não tinham onde se abrigarem e, neste momento, têm provavelmente uma das melhores colónias de gatos, ou, a mais bem cuidada colónia de gatos, e atenção, não é a Junta, que está a cuidar deles, mas deixo aqui uma palavra de grande apreço a quem toma conta daquela colónia de gatos.

A requalificação na Cooperativa Força de Todos, na Travessa entre a Rua do Convívio e a 1.º de Agosto, a requalificação do Parque Infantil do Bairro Operário e zonas envolventes, saneamento básico e abastecimento público, na Rua Brejos de Canes, entre a Rua 1.º de Agosto e a Rua Quinta do Fragoso, feita pelos Serviços Municipalizados, saneamento básico, na Rua das Quintinhas, na Rua dos Sete Olhos e parte da Rua Baía do Sado, obra realizada pela Câmara Municipal.

Nova rede de abastecimento público de água, na Rua dos Sete Olhos, Estrada de Santo Ovídio, Rua Baía do Sado e que vai até ao Faralhão.

Construção de passeio entre a Rotunda do Moinho com a rua Baía do Sado, com cerca de 500 metros quadrados, uma obra muito importante e numa zona difícil de construir.

Requalificação da calçada na Rua de Gâmbia, cerca de 550 metros quadrados, a requalificação da antiga Estrada Nacional, na rua Francisco Serranito, no Bairro da Bonita, na Rua da Liberdade e na Rua de Vale de Judeus.

Nas escolas, lavagem de telhados, pinturas de interiores e exteriores em todas as escolas. Construção de um telheiro na Escola de Gâmbia, colocação de um ponto de água, para a 2.ª sala do pré-escolar, já agora, tínhamos uma sala de pré-escolar, neste momento, temos 3 salas de pré-escolar a funcionar na freguesia. Colocação de piso novo no parque infantil da escola de Gâmbia, canalização nova em toda a escola do Montinho da Cotovia, colocação de pladur nos seus pátios, construção de casas de banho para a sala pré-escolar, que abriu, na Escola do Montinho da Cotovia, e também um Parque Infantil novo, que foi montado no início do ano letivo, e muitas outras pequenas intervenções que são feitas no dia a dia.

No que diz respeito às atividades culturais, destacamos aqui os protocolos com o movimento associativo, *Fados na Rua*, em parceria com a Câmara Municipal, *Fado no movimento associativo*, o Festival de Música, no Parque da Juventude Gâmbia, a Festa da Primavera, no Poço Mouro, a Festa do Moinho da Maré da Mourisca, organizada em parceria com a Freguesia do Sado, a Comissão de festas e a Câmara Municipal, a Festa do Idoso, Passeio de Idosos, Check Up's na área da saúde no Pólo da Biblioteca, e em Gâmbia, no Clube Desportivo de Gâmbia, ateliers sobre a vida saudável, workshops sobre artesanato e ateliers de férias, para crianças na altura das férias escolares.

Um grande trabalho na limpeza, que tem sido feito ao longo de todo o mandato, um grande trabalho que tem sido feito também nos espaços verdes e continuamos a construir mais espaços verdes e jardins. Grande trabalho de reparação da rede viária, não asfaltada, tudo isto só foi possível, devido ao grande esforço que tem existido entre o executivo da Câmara Municipal e o executivo da Junta de Freguesia, e também ao empenho de todos os trabalhadores, tanto da junta, como da Câmara Municipal.

Portanto, se alguém tiver dúvidas em relação àquilo que eu disse aqui, eu tenho todo o prazer de os conduzir, de conduzir toda a gente, a estes locais, para verem que isto que eu estou aqui a dizer, é realmente verdade, se isto não é trabalho, então, se calhar, não sei o que é que será trabalho.

Estou a falar aqui, de parte das coisas que começaram, portanto, no início deste mandato, mas também já agora, e tem-se falado muito em relação ao saneamento, dizer aqui o seguinte, que também foi a CDU, que construiu o saneamento básico e o abastecimento público de água em Gâmbia, e essa obra, foi uma obra de grande dimensão, com 13 Km de rede de saneamento básico, 11 Km de rede de abastecimento público de água, 2 estações elevatórias e uma ETAR, e depois, foi preciso fazer 11 Km de rede viária nova.

Também salientar aqui que, está no Tribunal de Contas, e esperamos que o Tribunal de Contas, brevemente despache, a 2.ª fase do saneamento, para a Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, que começa na Rua Baía do Sado, na Mourisca, portanto, vai até às Bispas e até à passagem de nível, na Rua Baía do Sado, é uma obra que vai custar mais de 1 milhão e 200 mil euros.

Deixo aqui estas questões, portanto, se isto não é trabalho, senhores deputados, então, se calhar, não vivemos todos no mesmo planeta!

António Costa Ferreira (PSD) – Antes de abordar o tema que ia abordar, queria fazer apenas duas referências ao discurso do senhor Presidente da Câmara, que acho que não fez por maldade, mas insinuou que os Partidos da Oposição, boicotaram a Câmara, quando propuseram e aprovaram legitimamente a redução dos impostos.

Essa redução dos impostos, segundo as palavras do Sr. Presidente, foi equivalente a cerca de 20 milhões, ora, estes 20 milhões foram parar aos bolsos dos setubalenses, portanto, isso foi uma ajuda para a sua qualidade de vida, e são eles os melhores gestores do seu dinheiro. Voltando, à questão que eu queria colocar, que é referente à Mobilidade Sustentável, tem sido apanágio do PSD, e, portanto, já não é a primeira vez, que trago esta questão, a prevenção e a segurança rodoviária é um tema que nos têm sido “cara”, no mandato anterior, inclusivamente, houve uma recomendação, que se “extraviou”, na passagem do Presidente da Comissão, para o Presidente da Assembleia Municipal, mas voltaremos a ela, novamente, e que se prende, com a necessidade de um Plano Municipal de Segurança Rodoviária, que é um instrumento fundamental, para esse objetivo. Segunda questão, existe a necessidade de se realizar auditorias rodoviárias aos acidentes que se verificam na cidade e no concelho, que em conjunto com a GNR e PSP, serão uma boa ajuda para se eliminar os pontos negros da cidade, no que diz respeito à sinistralidade.

No mandato anterior, elaborei umas normas, de minha lavra, de segurança, com os parâmetros que são fundamentais na colocação de passadeiras, porque não basta pôr passadeiras e pintá-las, têm que ser colocadas devidamente, respeitando normas e regras de segurança, respeitando as distâncias mínimas de visibilidade de paragem e de ultrapassagem, portanto, isto é uma questão que nós não vamos deixar cair, porque é fundamental para reduzir a sinistralidade, que tem consequências desastrosas, quer humanas, quer materiais.

Por último, o Município, deveria encarar uma hipótese de semestralmente, independentemente, digamos, da qualidade das tintas que aplica, porque tem muito a ver com qualidade, ter uma periodicidade semestral de manter visíveis as passadeiras, nomeadamente, de uma forma hierarquizada, pelos locais mais perigosos, isto percorrendo toda a cidade e o concelho, obviamente.

No que diz respeito às obras, neste mandato, estamos no 3.º ano do mandato, o “boom” de obras vai ocorrer, digamos, no próximo ano, estão a ser desencadeadas e vão ocorrer no próximo ano.

Eu sensibilizo, o senhor Presidente da Câmara, para a necessidade de maior fiscalização e controlo de obras, porque nós estamos a verificar que há obras que são feitas e requalificadas, e ao fim de 5 anos, começam a precisar de obras de conservação, isto tem alguma coisa a ver com más execuções de obras.

Nos trabalhos de requalificação, eu queria dar a minha opinião, sobre algum trabalho que foi feito, nomeadamente, na Rua dos Arcos e a outra que segue até à rotunda dos Correios, que é uma requalificação, que eu pergunto, não se cumpre a legislação da mobilidade reduzida, os parqueamentos não são os adequados, há uma rotunda que não é possível, portanto, digamos, com o seu desenho e a sua geometria, não é possível, portanto, respeitá-la, há postes, inclusivamente a poluição cénica, já que estamos ali ao pé de um monumento, que é o Arco do Aqueduto, eu pergunto, será que não era oportuno, quando fazemos obras de requalificação, resolver de raiz todas estas situações e tornar realmente, digamos, requalificado o território sob todos os aspetos.

Há postes de betão, que transportam linhas aéreas, que estão no meio dos passeios, há uma zona que as pessoas não têm passeio, para passar, junto ao Aqueduto, tem de vir para a faixa de rodagem, isto, portanto, tratando-se de uma obra de requalificação, é inaceitável, se fosse uma coisa antiga que estivesse ali, agora uma obra de requalificação, acho que devíamos ser mais exigentes, e ter mais qualidade.

Por último, quero só salientar que, quer na Várzea, quer no órgão junto ao Jardim dos Arcos, que visa, prevenir as cheias da cidade, encontra-se atulhada com mais de 10 centímetros de terra depositada, eu pergunto, se não fizerem antes do período estival, a limpeza daquilo, vai tudo parar ao aqueduto, que existe ao longo da Avenida 22 de Dezembro, e que só serve para diminuir a secção e contribuir para maior risco de inundações.

Por último, com o conhecimento, da consulta pública da futura Marina, que é bem-vinda, embora, ache que uma solução única, não é uma razão muito boa para se poder ajuizar, devia de haver 2 ou 3 soluções com estudos, quer técnicos, quer económicos ou financeiros.

Ficou-se a saber que ainda temos cerca de 11 mil habitantes, equivalentes, a contribuir com esgotos de águas residuais domésticas, e por isso, as cheias estuarinas, quando acontecem, significa que trazemos águas residuais para a cidade, ora, isto é um problema de saúde pública, portanto, temos de ter muita atenção e atuar nestes casos, eliminando aquilo que contribui, para que o Sado continue a ser poluído.

Dora Mira (Junta Freguesia do Sado) – Vou só aqui destacar muito resumidamente aquilo que tem sido o trabalho do executivo CDU, na Freguesia do Sado.

Quem visita a Freguesia, encontra mais dinamismo, justificado com o envolvimento muito forte do movimento associativo, quer nas atividades dinamizadas pela Junta de Freguesia, quer pelas iniciativas das próprias coletividades, temos feito um grande trabalho, nomeadamente na revitalização, dessas mesmas coletividades, no apoio às suas atividades e às melhorias nas suas instalações.

Existiram investimentos também muito significativos e relevantes nas escolas, como a renovação dos logradouros, a instalação de parques infantis, quadros brancos, substituição de pisos, oferta de brinquedos, e por último, também agora, a colocação de coberturas para a proteção das chuvas.

Muitas iniciativas para os jovens têm vindo a acontecer e temos envolvidas escolas e a comunidade em geral, para que, essas mesmas iniciativas tenham grande adesão e sejam visíveis e satisfatórias para toda a comunidade.

A dinamização do Grupo Sénior, com diversas atividades de estimulação e valorização dos seus conhecimentos e competências, no Pólo Social e Cultural da Freguesia do Sado.

Também salientar a inauguração do Pólo da Biblioteca Municipal, neste mesmo Pólo Social e Cultural, também dar nota da renovação do mobiliário urbano, na Freguesia, a melhoria das acessibilidades e a valorização do património da cultura e das tradições, reforçando o sentimento de pertença da população no seu território, fizemos isso agora, com o Festival Salicórnia, e tem tido grande adesão por parte da população da Freguesia do Sado, e até de pessoas vindas de fora.

Salientar também, o investimento nos equipamentos de trabalho, fardamento dos nossos trabalhadores, tudo isto, para além das tarefas habituais de gestão do território, como limpeza urbana, jardins, recolha de monos.

A nossa ação também tem sido pautada pela transparência, pela comunicação e a aproximação com a população, e vemos nisso uma grande vantagem, para o sucesso do nosso trabalho na Freguesia.

Rui Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal) – Não vou fazer o balanço da atividade da União de Freguesias, o tempo que eu tinha, não chegaria, e porque acho que ele é sobejamente conhecido de todos aqui e, portanto, poupo-vos, a essa situação, e deixo essa responsabilidade, já agora, para os representantes das várias bancadas, que tem assento na assembleia de freguesia, acho que conhecem aquilo que eles pensam do nosso trabalho, eu escuso de me estar aqui a referir a ele.

Apenas quero dizer uma coisa que o Luís Custódio, já começou a dizer, e que eu gostava de desenvolver, que é, este processo de descentralização de competências e a forma como ele aconteceu aqui em Setúbal. Julgo que isto às vezes não é devidamente valorizado, ou não é valorizado por questões político-partidárias, ou não é valorizado, porque as pessoas efetivamente desconhecem, eu penso que é importante a Assembleia Municipal, nomeadamente, porque é este Órgão, que no fundo, ratifica essas decisões, que são aprovadas no executivo municipal, e que, no fundo, distribui os meios, que são do Município, para essas intervenções, é importante que tenha a noção, de que processo é esse e em que fase desse processo é que estamos.

Este Município, felizmente, como já foi aqui dito, tem sido um dos pioneiros na área da descentralização de competências, para as freguesias, e já ia muito à frente neste processo, nós, aqui em Setúbal, comparativamente com as outras freguesias da Região ou do Distrito vamos muito à frente.

Eu, na qualidade de Vice-Coordenador da ANAFRE Regional, na última reunião de Presidentes de Junta, em que a maioria, é do Partido Socialista, avaliámos, até porque vamos fazer no dia 6 de novembro um encontro Regional de Autarcas de Freguesia, para discutir este processo da avaliação de competências, discutimos esta questão, de como está a situação em cada freguesia, em cada concelho, etc.

E sinceramente, fiquei convicto e feliz, da forma como as coisas aqui acontecem, aliás, Setúbal, é para os outros Concelhos e para as outras Freguesias, um exemplo, é uma referência a forma como as coisas aqui tem acontecido, do nível de descentralização, nas várias valências, mas também, na capacidade que as Freguesias têm mostrado desenvolver, portanto, aplicar os recursos que são postos à sua disposição.

E, isso é um aspeto importante, porque todos nós aqui teoricamente, somos a favor da descentralização, todos nós aqui achamos que a execução das várias tarefas, e a resolução dos problemas das pessoas, quanto mais perto essa decisão tiver das pessoas, no Órgão mais perto, supostamente, é bem melhor, é mais eficaz, e também, do ponto de vista económico, menos onerosa, e, portanto, são situações que eu penso que realmente devem merecer aqui atenção. Em relação a Setúbal, dizer-vos o seguinte, dizer que, realmente com a transferência de competências, se podia apenas ter ficado pela delegação que já era bastante, mas fomos mais além, foi um desafio que a Câmara Municipal fez, e que as Juntas de Freguesia aceitaram, e que efetivamente hoje, passados dois anos, de aplicação dessas novas competências, podemos estar perfeitamente satisfeitos com o trabalho.

Ainda há pouco aqui, falávamos das questões da limpeza, e atenção, senhores deputados, quando se fala de questões da limpeza, estamos a falar de muita coisa ao mesmo tempo, é bom que sejamos rigorosos, quando falarmos de limpeza, temos de falar se é de recolha, se é de recolha de monos, se é de recolha de RSU, se estamos a falar de varredura urbana, limpeza dos recipientes, se estamos a falar das outras várias valências da limpeza, são essas coisas que tem que se avaliar porque, às vezes, fala-se de limpeza ou de higiene pública, “*manda-se para o ar*”, e assim não conseguimos ser rigorosos em relação a isso.

Eu quero-vos dizer que, só em relação à União das Freguesias de Setúbal, nós temos neste momento mais 16 operacionais do quadro da Junta, mais 11 trabalhadores em regime de contrato de emprego e inserção, além dos que já tínhamos, só nesta área da limpeza, temos cerca de 82 pessoas, que neste momento desempenham funções de higiene e limpeza, eu quero vos dizer que, em tempo algum, estas 3 Freguesias, tiveram este número de trabalhadores, no dia a dia, a fazer esta limpeza.

São apoiados por 2 máquinas varredoras, por 4 triciclos elétricos, que fazem o apoio nos despejos das papeleiras, com mais 4 aspiradores elétricos, etc., estamos a falar de um conjunto de equipamentos nunca visto, nem a própria Câmara Municipal tinha, quando nos centralizou estes meios, portanto, o que eu quero dizer com isto, é que nós em relação à limpeza, os senhores deputados, podem ler os inquéritos que quiserem, os estudos que fizerem, as queixas que houve aqui ou ali, a mim, o que para mim conta, são aquelas que chegam à freguesia, são as dos meus fregueses, a quem eu tenho de dar contas, e essas têm diminuído em relação à limpeza, e bastante, é isso que para mim importa, e para quem tem a responsabilidade efetivamente da gestão destas tarefas, o que importa são os resultados concretos.

Nós herdamos a limpeza da zona ribeirinha da cidade, quando esta tarefa estava na “mão” da Administração do Porto de Setúbal, tinham 2 trabalhadores de uma empresa privada, que faziam a limpeza, desde o PUA (Parque Urbano Albarquel) até ao Quartel do 11.

Nós hoje temos 6, e por vezes temos reforço, à tarde de mais 2, nomeadamente, na época do Verão, e ainda não chegam, portanto, se isto não é melhorar efetivamente aquilo que temos feito! É bastante! E o mesmo no centro da cidade!

Depois há outra coisa que também se confunde, às vezes confunde-se ervas com limpeza, não é a mesma coisa.

Este ano tivemos um problema, que eu já assumi publicamente, tentámos fazer a deservagem, sem aplicação de herbicidas, tentámos por uma questão ecológica, em não aplicarmos esses produtos, procuramos fazer através só de cortes, essa limpeza de ervas, infelizmente, não conseguimos e tivemos de recorrer aos herbicidas, que estão homologados, estão certificados e são recomendados pela União Europeia, que são caros, já agora, e também é cara a sua aplicação, portanto, foi uma falha que tivemos.

Tentámos o objetivo em ir mais longe e não conseguimos, para o ano já não vamos repetir, mas temos a certeza hoje, que o espaço público, que está entregue à União das Freguesias, está como nunca esteve, eu sei do que estou a falar, estou aqui já vai para 12 anos e tenho a noção perfeita, isto não é apenas informação política, é constatável, na realidade.

Em relação aos espaços verdes, que temos há 2 anos, muita coisa já se fez de novo e ainda falta fazer muita coisa, temos noção do que é que ainda falta fazer, mas também recebemos 114 espaços verdes.

Em relação às escolas, aí estamos mesmo à “vontadinha”, para falar sobre isso, o último exemplo, é a grande obra que fizemos de requalificação da Escola do Casal das Figueiras.

Este ano fizemos um conjunto de requalificações em quase todas as escolas, aliás, como as outras Freguesias, o fazem e bem, portanto, se há dinheiro que está bem aplicado, é aqui, nesta descentralização de competências, é aqui nos serviços efetivos, onde as pessoas vêm-nos no dia a dia, e mais, as Juntas de Freguesia, com estas verbas e com uma boa gestão, tem conseguido chegar a outros sítios e desenvolver outro tipo de atividades, para além das suas competências, e isso é notório.

Quando pensamos no futuro e na qualidade de vida da nossa sociedade, não podemos olhar de forma cega para estas coisas e, às vezes a política, ou os objetivos políticos, cegam-nos em relação às avaliações que fazemos, eu acho que temos de ser mais realistas, mais concretos, e efetivamente quando falamos das coisas, temos de ter a certeza do que é que estamos a falar. O Partido Socialista, tem tido, desde que perdeu esta Câmara Municipal e também grande parte das Freguesias, uma visão, ou um filme, sobre a sua visão da cidade, que não cola com a dos setubalenses. É uma cassete beta dos anos 90, cujo sistema até já não há para leitura, e, portanto, essa cassete os setubalenses não conseguem perceber, quando o Partido Socialista, fala de certas coisas, os setubalenses, pensam que eles estão a falar de outra cidade, de outra realidade, e que não é esta.

O provar que eu tenho razão, são os sucessivos resultados que o Partido Socialista tem com esta visão, e eu desconfio, para não dizer que tenho a certeza, que o Partido Socialista, se continuar com esta cassete beta, vai com certeza em 2025, repetir o resultado, não tenho dúvidas nenhuma disso, porque a vossa visão sobre a realidade, é tão desconexa, sobre o que é a realidade de Setúbal, e sobre aquela que os

setubalenses têm, e mesmo em algumas coisas, que não estão tão bem, não estão tão pretas, nem cinzentas, conforme vocês as pintam.

Em vez de tentarem convencer os senhores deputados, que estão aqui nesta assembleia, ou o executivo ou aquelas poucas pessoas, com certeza, que ainda tem paciência, para nos ver em casa, dessa realidade, dou-vos um conselho, procurem convencer os setubalenses, procurem ir para a rua e convencer os setubalenses dessa realidade, e que as vossas propostas, são realmente fora dessa cassete beta, porque se voltarem com a cassete beta para o terreno, meus caros amigos cá estaremos para conversar.

Manuel Esteves (PS) – Queria dirigir-me ao Sr. Presidente da Câmara, que esteve a apresentar o estado do município atual, ao qual eu estive com muita atenção a ouvir, e vou-me reportar mais à zona que me compete mais a mim, que é Azeitão.

Senhor Presidente, nós em Azeitão, como toda a gente sabe, há duas “Azeitões”, é a Azeitão Norte e a Azeitão Sul. A Azeitão Norte, tem 4 séculos, e desses 4 séculos, hoje, está a ser vítima daquilo que aconteceu muito recentemente, que foi aquela enxurrada de água, que vem pela Serra abaixo, que atravessa a Aldeia de Vila Nogueira, de Vila Fresca e de Vendas de Azeitão. Como se sabe, se as valetas e os sumidouros não tiverem em condições, acontece sistematicamente quando chove mais um bocadinho, aquilo que aconteceu, que foi do conhecimento geral, e que houve vídeos que passaram na Internet, e eu tenho aqui alguns comigo também, para testemunhar aquilo que eu estou aqui a dizer.

Eu sou do tempo e aqui posso dizer que todas as estradas que tem uma inclinação acentuada tiveram sempre o escoamento das águas por via das valetas, essas valetas acabaram, e mais, hoje, temos um aqueduto, na Rua de Setúbal, que faz o gaveto com a Rua das Necessidades, que está entulhado, que está tapado por destroços de um acidente de um indivíduo, que ninguém sabe quem foi, mas que está lá a tapar a saída das águas que vêm da Serra, e do qual foi, julgo eu, e acho que não estou errado, entupir todas aquelas caixas, lá em baixo ao pé da Cooperativa, que foram levantadas pela enxurrada de água derivado às terras que a água levava. Desde junho, por essa estrada passa a fiscalização, técnicos da câmara, e alguns podem testemunhar, porque estão presentes aqui, que sistematicamente lá passam e veem a triste situação deste aqueduto, vamos aguardar, a ver se é ouvido aqui, como tem sido ultimamente, e felizmente, algumas das questões que eu aqui apresento, porque não estou aqui para andar a falar do passado, estamos aqui a falar do presente e para o futuro, que é aquilo que nós precisamos em Azeitão.

Outra questão que eu queria aqui também falar, senhor Presidente, e que eu ouvi com atenção, foi a apresentação, mais uma vez, das obras que foram prometidas em Azeitão, há anos, neste caso, eu vou citar, o Auditório de Azeitão, o Gimnodesportivo de Azeitão e, desta vez até o próprio Mercado de Azeitão, que o senhor Presidente, esqueceu-se por lapso, com certeza de o mencionar.

Mas uma vez que já sabemos que já foram adjudicadas algumas destas obras, será que é hoje que vai dizer quando é que prevê o começo dessas obras, porque os azeitonenses, também precisam saber essa informação.

Relativamente aos transportes públicos, que tanto aqui se tem falado, e que tem melhorado em algumas zonas, quero dizer o seguinte, tenho um neto a estudar nas Manteigadas, na Escola Profissional, sai às 16:50 todos os dias, calcula a que horas é que ele chega a Vila Nogueira de Azeitão, às 20 horas, demora mais tempo, das Manteigadas a Vila Nogueira de Azeitão, do que o avô, de Azeitão até Albufeira, tem que se tomar isto em atenção, porque eu estou a falar com conhecimento de causa, estas situações tem que ser revistas, porque isto é uma situação que é inadmissível, há transporte das Manteigadas até ao Terminal, e do Terminal da Rodoviária para Vila Nogueira de Azeitão, espera-se entre duas horas, duas horas e meia, isto é quase uma anedota para não dizer outra coisa.

Senhor Presidente, era isto que eu tinha aqui para lhe dizer, e também já agora para lhe dar mais uma “acheга”, no tempo da sua antecessora, eu também apresentei aqui o problema das enxurradas, e a senhora ex-Presidente, quis resolver o problema, com 2 lombas na estrada, estão lá ainda hoje, o que isto quer dizer é que as águas vem de cima, encaminham-se na Rua Alexandre Cardoso e vem sair tudo à Rua do Poço, portanto, esta situação se não for vista ou se não for analisada, todos os anos vamos ter este problema e este problema é grave, porque as águas invadem mesmo os terrenos e as casas das pessoas.

Ana Rita Drouillet (CDU) – As alterações climáticas são uma ameaça grave e iminente, que nos afeta a todos, independentemente da nossa localização ou condição.

No entanto, a decisão de travar esta ameaça é, sem dúvida, uma decisão política e a Câmara Municipal de Setúbal já a tomou.

Ao contrário do que se possa ouvir por aí, a nossa cidade nunca esteve tão verde, nunca esteve tão limpa e nunca foi tão ecoeficiente.

Os números falam por si, atualmente, 85% da iluminação pública está equipada em tecnologia LED, o que se traduz numa enorme poupança energética e numa redução substancial nas emissões de carbono.

Foram plantadas 1503 novas árvores e substituídas muitas mais, num esforço continuado e sem precedente para renovar a cobertura verde da cidade.

Este esforço não é meramente decorativo, é uma mudança planejada e coerente, um trabalho significativo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas na cidade e para a sua sustentabilidade.

Constatamos também um investimento importante nas condições de trabalho e equipamentos, com a substituição de equipamentos térmicos por elétricos, reduzindo emissões de gases e melhorando as condições de quem trabalha, dia-após-dia, em prol da cidade.

Foram criados mais de 400 m² de novos espaços públicos com áreas verdes.

Foram plantadas espécies autóctones, mais resilientes ao nosso clima e que requerem menos água, melhorando também a eficiência dos sistemas de rega.

A CDU, assumiu também uma mudança histórica no modelo de deservagem, com um compromisso bastante claro, abandonar os pesticidas e herbicidas poluentes.

Estas medidas protegem não só o meio-ambiente, mas também as pessoas e os animais de companhia, numa aposta clara e inequívoca de devolver à cidade, à sua população, longe das diferentes fontes de poluição.

No entanto, foram feitas diversas melhorias que, apesar de menos visíveis não deixam de ser cruciais.

Temos como exemplo diversas obras de saneamento, repartido por todo o Concelho, destacando-se a conclusão da primeira fase da obra de saneamento básico na Freguesia de Gâmbia – Pontes e Alto da Guerra.

A municipalização das águas e o alargamento do trabalho dos Serviços Municipalizados de Setúbal, constituiu um marco que permitiu retomar o investimento na rede pública de distribuição e saneamento, após anos de abandono pelo anterior concessionário no que concerne à manutenção.

A gestão privada pelas Águas do Sado, legado da gestão socialista, foi desastrosa e prejudicou os setubalenses durante duas décadas.

Hoje, felizmente, podemos dizer que estamos a recuperar o passado e a preparar um futuro mais sustentável.

Além do investimento em infraestruturas, tem sido feito um trabalho notável ao nível da sensibilização.

Este esforço é visível no aumento da reciclagem e na gestão cada vez mais eficaz dos biorresíduos.

Em termos de qualidade, a nossa água classifica-se como uma das melhores do país, tendo mesmo sido distinguida pela ERSAR com o “Selo de Qualidade Exemplar”, atingindo uma taxa de conformidade de 99,8%, dos 3411 critérios avaliados.

Este nível de qualidade é a prova de que o serviço público, quando é bem gerido e a pensar nas populações, está bem e recomenda-se.

Destacamos também o papel fundamental dos Serviços Municipalizados de Setúbal, nas ações de formação e sensibilização em matéria de resíduos.

Nunca, em momento algum, Setúbal teve tantas iniciativas de sensibilização como agora.

Este trabalho é reconhecido não só pelas autarquias do Concelho, mas também pela nossa população, que está cada vez mais consciente que a mudança começa em cada casa, em cada família, em cada pequeno gesto quotidiano.

Não podemos, no entanto, deixar de denunciar o custo exorbitante que a taxa de Resíduos Sólidos Urbanos tem atingido, sem que esse valor seja devolvido àqueles que investem nas pessoas e no território.

A falta de investimento quer por parte do governo central, quer pelos gestores privados da AMARSUL, faz com que sejam as populações a custear um serviço que, para além de insuficiente, não cumpre o propósito para o que foi criado.

Se é verdade que as alterações climáticas exigem respostas globais, também é verdade que as decisões, essas podem ser locais e políticas, e em Setúbal, essas decisões já foram tomadas.

Rui Lamim (PSD) – A gestão CDU conta 22 anos, porque foi em 2002, que Carlos de Sousa, tomou posse no início de janeiro, portanto, são 22 anos de gestão CDU, e foram 22 anos em que a CDU, não conseguiu entregar a chave de uma habitação social, que tivesse construído.

Toda a habitação foi construída antes deste período da gestão CDU.

É certo que, agora a iniciativa municipal, tem variadíssimos projetos, e ainda bem, para retomar uma das funções do Estado, e nomeadamente, do Estado local, de fornecer habitação.

Aliás, durante estes 22 anos, a CDU até se deu ao luxo de vender habitação municipal a preços ridiculamente baixos, habitação que faz falta hoje, continua a fazer falta, portanto, não se compreende essa iniciativa, mas, enfim, foram 22 anos.

O que se passa hoje em Setúbal, há um desequilíbrio extremamente elevado, talvez um dos maiores do país, no que diz respeito ao preço da Habitação, e nomeadamente, ao preço do aluguer, à renda, o valor da renda, em Setúbal atinge no país, um índice ou um valor extremamente elevado.

Este desequilíbrio vai ser compensado, e está a ser compensado agora neste momento, pela iniciativa privada, com habitações caríssimas, é certo, mas habitações que aduzem ou acrescentam gente à cidade de Setúbal, o que é bom.

Só que acrescenta também mais tráfego, mais pressão sobre as vias de comunicação, que temos, e se o espaço efetivamente não é elástico, convém lembrar que as vias demoram muito tempo a fazer, é necessário que haja um planeamento, e muitas vezes as vias que são necessárias fazer, demoram vários mandatos, desde o seu início até à sua construção, e durante este tempo todo, a grande via estruturante na cidade, terá sido a Variante de Brancanes Cascalheira, que também não foi construída durante estes 22 anos, porque, durante estes 22 anos no centro da cidade, foi construída a Avenida Paula Costa, e a continuação da Avenida de Moçambique, aquela “coisa”, que passa ali pelo Lidl, meio esquisita, meio torta, e onde passam autocarros, é um bocadinho inconcebível, que uma rua, que é a Avenida de Moçambique, que agora vai ser requalificada e que tem a dimensão que tem, desemboque numa rotunda com aquela “coisa” do Lidl, e depois tenha uma “cobrazinha”, até ir à Estrada dos Ciprestes, e onde passam autocarros, quer dizer, onde é mais necessário, é onde está mais estreitado.

Aliás, uma coisa que se tem verificado nesta cidade, é estreitar as vias!

Mas voltemos à Avenida Paula Costa, na última reunião de câmara, foi decidido colocar um sinal de 30 quilómetros por hora, ali naquela zona, porque era uma zona onde havia muitos acidentes, aquela zona, aquele sítio mesmo, que é o sítio ali daquele cruzamento ou entroncamento, como queiram chamar, junto daquele supermercado, é onde confluem, as pessoas que vem de Palmela, para o centro da cidade e as pessoas que vêm da rotunda lá de cima da autoestrada e que descem aquela “Avenida do Jumbo”, e a velocidade é reduzida a 30, é alucinante a quantidade de estrangulamentos que nos últimos anos, têm ocorrido em Setúbal.

A cidade não é ecoeficiente, para utilizar uma palavra que ouvimos há pouco, quando se gasta mais gasolina, mais gasóleo, mais tempo, mais paciência, mais carro, no movimento da cidade. Com estas novas habitações, mais congestionados vamos estar, e precisaríamos, precisamos de um planeamento, de um pensamento a vários mandatos, para que haja uma maneira de circular na cidade ecoeficiente, que seja rápida, que seja um fator de progresso, e nós não tivemos isto durante estes 22 anos, não vejo planos para que tenhamos isto a 22 anos, não temos parques de estacionamento à entrada de Setúbal, para que as pessoas possam deixar o seu carro, para que possam utilizar o transporte público.

Eu tenho dúvidas, mas sérias dúvidas, que os tais 2 milhões de euros, que nós gastamos nos transportes públicos tenham rendimento, uso!

Porque, quando as pessoas deixarem o carro, por preferirem os transportes públicos, então estamos a ter bom uso, destes 2 milhões de euros públicos.

Precisamos de vias rápidas, fluidas, no sentido de serem fluidas, onde nós, não gastemos as horas infindas de ir de um lado para o outro, não gastemos o dinheiro em gasolina ou em gasóleo, e onde os autocarros possam circular, nós não queremos aquelas vias tipo em “T”, onde o autocarro, tem que pular por cima do lancil, para fazer a curva, e elas continuam a acontecer.



Naquela rotunda das Flores da Arrábida ou as Flores do “Pinipon”, há pouco tempo quando fizeram a nova via, tiveram de afastar o passeio, para deixar um pouco mais de espaço, para o autocarro poder passar. Os autocarros, os transportes públicos precisam passar, não estreitem as vias!
A mobilidade nesta cidade foi tratada, durante estes 22 anos, “abaixo de cão”, e precisávamos, precisamos de planos sérios, pesados, investimentos pesados, e ao longo do tempo, para que possamos ter uma cidade competitiva e efetivamente ecoeficiente.



Simão Calixto (CDU) – Depois de ouvir todas estas intervenções, não podia deixar de pensar que, os eleitos do PS não se podem ver ao espelho, senão ainda lhes acontece como ao “Barbeiro” e chamam-se “malandros”, a eles próprios, porque, de facto, a única coisa que sabem fazer, é falar mal de tudo o que se faz nesta cidade, é falar mal de tudo e mais alguma coisa.

Em relação às questões da Juventude, que aqui foram levantadas, não podia deixar de dizer à senhora deputada Eunice, que certamente, não recebe os mesmos documentos do Conselho Municipal de Juventude, que eu!

Nem certamente, tem participado nas mesmas reuniões que eu!

Porque de facto há conjunto de investimentos que supera até ao meio milhão de euros nesta área, em um conjunto de atividades que é desenvolvida, quer na Pousada da Juventude, quer noutros espaços, com um conjunto de descentralização de muitas atividades pelas várias Freguesias, do Concelho.

É também bom falar em políticas de juventude, mas também concretizar algumas questões, porque “falar no éter” é muito fácil.

Mas, e no concreto, falar dos ataques que os jovens sofrem à sua participação nas escolas e nas instituições de ensino superior, está quieto!

Falar sobre as propinas e o peso que elas têm sobre os orçamentos das famílias!

E o que isso depois representa!

Os jovens terem de trabalhar para as poderem pagar, também está quieto!

É falar zero!

Mesmo em relação à habitação juvenil, também poderíamos falar muito, ou então em medidas que não servem para nada, como aquelas que o Governo do PSD, agora aprovou, de crédito para jovens, para comprar casas, que não têm dinheiro para comprar, evidentemente.

Eu sou jovem, tenho 26 anos, tenho um salário à 10, e não me vejo em condições de sair da casa dos meus pais, porque das duas, uma, ou gasto o meu salário numa renda e depois como do ar, ou então pago um empréstimo ao banco e os seus juros, e a seguir pago a luz com espírito de equipa, que é isso que nos vendem quando vamos trabalhar.

Paulo Lopes (PS) – Vou ser muito telegráfico, até nem era para falar, mas depois da intervenção do deputado Simão Calixto, senti-me impelido a dizer aqui qualquer coisa e vou dizer o seguinte. Realmente o pior cego é o que não quer ver, e aquele que não tem qualquer espírito autocrítico, e, portanto, acusar o PS, que só vê coisas más, e depois de ver as 5 ou 6 intervenções, dos Presidentes de Junta, que só veem coisas boas, realmente apetece dizer que a realidade é uma perceção.

E, portanto, eu admito, no entusiasmo, do Presidente da União de Freguesias de Setúbal, e daquilo que é o seu trabalho, obviamente, se ele achasse que estava a fazer um mau trabalho, ia-se embora, portanto, acha que está bem, e está cá, obviamente, que a nós, aquilo que interpretamos e que vemos é, as coisas que não são boas e que apresentamos com esse espírito crítico, que se impõe em democracia, porque senão isto não era uma democracia, era outra coisa qualquer que nós não queremos, e, portanto, essa questão de os unanimismos e essas coisas todas, nós somos frontalmente contra, também somos oposição contra os unanimismos todos.

Eu acho que a sessão de hoje foi muito prolongada, foi muito didática, porque deu para perceber, o pouco trabalho que alguns Presidentes de Junta, estão a fazer, e o muito que outros Presidentes de Junta, acham que estão a fazer, e isso foi notório aqui nalgumas intervenções. Mas, acima de tudo o que foi mais notório, foi a ausência de espírito crítico de verem as queixas que a população apresenta, quando se fala na questão da limpeza, na questão das ervas, nos passeios, nos buracos, etc.

Sónia Paulo (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Efetivamente, o que me parece, em resumo desta assembleia, é a democracia, por isso são as diferentes perspetivas, face àquilo que se vem vindo a realizar no território.

Não me parece correto assumirmos que nada foi feito, quando não foi feito o que outras pessoas pretendiam, agora que houve trabalho realizado, esse foi, e acho que está à vista de todos.

Em relação aos pilares que me parecem principais numa sociedade, habitação, saúde e educação, parecem-me fundamentais numa discussão do território, chaves da habitação e qualificação da mesma foram entregues, na Freguesia que presido, a construção de uma nova Unidade de Saúde Familiar, está feita!

Onde estão os médicos? Onde estão os enfermeiros? Onde está o dentista, para a sala que foi criada? Onde estão os fisioterapeutas?

Por isso, não chega virmos aqui dizer o que não foi feito, é importante reconhecer, é esse o trabalho feito em democracia.

Em relação à Educação, pergunto também, quando é que o Município irá ter os 20 milhões, que são necessários de obras, para que a título de exemplo, o neto do Senhor Manuel Esteves e outros netos, não tenham que vir para as Manteigadas, não tenham que vir para Setúbal, para ter uma educação de qualidade, e garantir o mesmo tipo de ensino do país inteiro, no Município, não falo só, do ensino secundário, que, aliás, hoje foi aprovado um orçamento e não está lá a construção de uma Escola Secundária, em Azeitão.

O Partido Comunista Português, apresentou uma proposta, em relação aos 20 milhões necessários, para a requalificação da Escola 2,3, onde não existe laboratório de ciências, não existe um auditório, para imensas atividades, não existe um pavilhão na escola, meus senhores, falta muito para fazer num país inteiro, e em vários órgãos que o integram, falta muito nesta cidade.

Se as dívidas no âmbito das transferências de competências, fossem assumidas por todos, se calhar, teríamos mais cidade, deste exemplo, que estamos aqui a falar.

O orçamento é de todos, o orçamento é de um país, quando ele é aprovado e quando alguém o viabiliza, é importante estarmos atentos a estes aspetos.

Presidente da Mesa – Terminaram as intervenções, vamos para a intervenção final do senhor Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara – Foi um debate interessante, em que ouvimos todos, aquilo que gostaríamos de dizer e viemos aqui dizer.

Este mandato autárquico de 2021-2025 fica já marcado, por um lado, por uma postura da oposição ao executivo da CDU, de criação de obstáculos à gestão municipal que se traduzem, em termos concretos, na redução significativa das receitas do município.

É um facto!

Este comportamento só pode ser considerado de grande irresponsabilidade porque os partidos da oposição não podem dizer que desconhecem as contas e, conseqüentemente, a situação financeira do município.

Não podem dizer isso!

Esta irresponsabilidade traduz-se no corte de cerca de vinte milhões de euros ao orçamento municipal até ao final do mandato.

Por outro lado, fica também marcado este mandato por um investimento municipal da ordem dos trinta milhões de euros em obras que fazem falta.

No momento, em que avaliamos o estado do município, podemos afirmar que, no mandato de 2021-2025, as obras e ações na educação, na saúde, no desporto, na cultura, no ambiente e nos espaços verdes, na mobilidade e transportes, no movimento associativo e na habitação, representam em cada uma destas áreas, um investimento realizado superior a qualquer um dos anteriores mandatos da CDU.

Este é o mandato em que, de acordo com os dados oficiais, Setúbal é o terceiro município do país com mais candidaturas do PRR até hoje já aprovadas.

Atingimos um valor de investimento público, através de candidaturas a este programa, superior a 150 milhões de euros.

O período de 2021-2025 representa o mandato autárquico que maior investimento público garantiu em Setúbal, em todos os mandatos autárquicos depois do 25 de Abril de 1974.

Sabemos que não fazemos tudo bem, sabemos que ainda, e sempre, há mais por fazer.

Continuamos a trabalhar para servir com seriedade, Setúbal e as suas populações.

É o compromisso que mais uma vez aqui assumimos.

Presidente da Mesa – Encerrado este nosso debate do estado do município, resta-me pedir a vossa aprovação para a minuta da ata.

A próxima reunião ordinária, deixem-me dar este reparo, será a 27 de dezembro, se não for possível ser a 20 de dezembro.

A Comissão Permanente, recomenda o dia 20 de dezembro, para a realização da sessão da assembleia, para aprovação do orçamento, se tal for possível. Senhor Presidente da Câmara, deixo aqui esta observação, de modo a ver a viabilidade com os serviços, da possibilidade das propostas sejam apresentadas em reunião de câmara, mesmo que seja extraordinária, a tempo de fazermos a assembleia, fora do período de Natal.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e cinquenta e dois minutos do dia trinta e um de novembro, de dois mil e vinte e quatro.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de 20 de dezembro de dois mil e vinte e quatro, contém cinquenta e cinco folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.
Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*